

“O mundo rural tem direito à educação nacional e tem, ainda, direito à especificidade, talvez mesmo à singularidade, da sua ruralidade.”

Rui Jacinto

INTRODUÇÃO

A Carta Educativa é um Projecto fundamental e dinâmico de intervenção, de planeamento e de ordenamento da Rede Educativa, inserida no contexto mais abrangente do ordenamento territorial, que tem como meta atingir a melhoria da Educação, do ensino, da formação e da cultura num dado território, ou seja ser parte integrante do seu desenvolvimento social.

À Carta Educativa do Município de Góis estão associados um conjunto de objectivos, dos quais se destacam os seguintes:

- Minimizar as disparidades inter e intra-regionais, promovendo a igualdade de acesso ao ensino, a adequação da Rede Escolar às características Regionais e Locais, assegurando a coerência dos princípios normativos no todo nacional.
- Orientar a expansão do sistema educativo no concelho de Góis, em função do desenvolvimento económico, sócio-cultural e urbanístico, prevendo uma resposta adequada às necessidades de redimensionamento da Rede Escolar colocadas pela evolução da política educativa, pelas oscilações da procura da educação e rentabilização do parque escolar existentes.
- Fundamentar tecnicamente as tomadas de decisão relativas à construção de novos empreendimentos, encerramentos de escolas, reconversão e adaptação do parque escolar, assim como otimizar a funcionalidade da rede existente e a respectiva expansão.

A Carta Educativa enquanto instrumento de planeamento das Autarquias Locais, visa a racionalização e redimensionamento do parque de recursos físicos existentes e o cumprimento dos grandes objectivos da Lei de Bases do Sistema Educativo e dos normativos daí emanados, nomeadamente:

- *Prever uma resposta adequada às necessidades de redimensionamento da Rede Escolar colocadas pela evolução da política educativa, pelas oscilações da procura da educação, rentabilizando o parque escolar existente;*
- *Caminhar no sentido de um esbatimento das disparidades inter e intra-regionais, promovendo a igualdade do acesso ao ensino numa perspectiva de adequação da Rede Escolar às características regionais e locais, assegurando a coerência dos princípios normativos no todo nacional.*

A Carta Educativa deverá ser um instrumento fundamental de planeamento que permita aos responsáveis desenvolver uma actuação estratégica no sentido de:

- *Orientar a expansão do sistema educativo num determinado território em função do desenvolvimento económico e sócio-cultural;*
- *Tomar decisões relativamente à construção de novos empreendimentos, ao encerramento de escolas e à reconversão e adaptação do parque optimizando a funcionalidade da rede existente e a respectiva expansão;*
- *Definir prioridades;*
- *Optimizar a utilização dos recursos consagrados à educação;*
- *Evitar rupturas e desadequações da rede educativa à dinâmica social e ao desenvolvimento urbanístico.*

A Carta Educativa é um processo inacabado, na medida em que tem de se adequar a uma realidade que evolui constantemente, em função de dinâmicas demográficas, sócio-económicas, de alterações da política educativa e do desenvolvimento local.

É assim, em grande medida, o resultado dos contextos em que se insere ou pode inserir-se, os quais estão em permanente mudança.

A Carta Educativa deve ter um determinado período de vigência, sendo de prever, desde o início da sua feitura, a realização de revisões periódicas, se possível anuais.

PRINCÍPIOS GERAIS DA EDUCAÇÃO

De acordo com a Lei de Bases do Sistema Educativo, todos os cidadãos portugueses e todos aqueles que residam ou se encontrem em Portugal são titulares das liberdades e direitos pessoais fundamentais de educação, nos termos da Constituição da República e da lei.

O direito e o dever de educação exprimem-se, nos termos da lei, por uma efectiva acção formativa ao longa da vida, destinada a, no respeito pela dignidade humana, promover o desenvolvimento da personalidade e a valorização individual assente no mérito, a igualdade de oportunidades, a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais, bem como, o progresso social, com vista à consolidação de uma vivência colectiva livre, responsável e democrática.

A educação promove o desenvolvimento do espírito democrático e pluralista, respeitador dos outros, das suas personalidades, ideias e projectos individuais de vida, aberto à livre troca de opiniões e à concertação, formando cidadão capazes de julgarem, com espírito crítico e criativo, a sociedade em que se integram e de se empenharem activamente no seu desenvolvimento, em termos mais justos e sustentáveis.

I PARTE
ENQUADRAMENTO TERRITORIAL E
CARACTERIZAÇÃO DO CONCELHO

1. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL E CARACTERIZAÇÃO DO CONCELHO DE GÓIS

Situado na parte oriental do distrito de Coimbra, o Concelho de Góis é atravessado pelo Vale do Rio Ceira e é delimitado e separado da Beira Serra Interior pelas Serras da Lousã e Açor.

Como confrontações, tem a norte o concelho de Arganil, Poiares e Lousã, a nascente os de Arganil e Pampilhosa da Serra, a sul o de Pampilhosa da Serra e a poente os de Pedrógão Grande e Castanheira de Pêra.

Mapa 1 – Concelho de Góis de Acordo com as NUT's



Inserindo-se numa região do interior, o concelho possui uma vasta área territorial estimada em 276Km² e caracteriza-se por um forte isolamento geográfico.

Marcado por uma geografia própria muito acidentada e por uma dimensão essencialmente micro-regional e local, onde perduram as heranças históricas que definem o tipo de ocupação, o modo de organização do seu território assume uma forte componente rural.

O solo do Concelho mostra altas montanhas e vales profundos, com povoações de casas brancas e de xisto a ornamentar a paisagem e onde há hortas e quintais a aproveitar a água que jorra da serra.

A sua vida social e económica cruza-se com a forma de implantação e desenvolvimento dos aglomerados tradicionais existentes apresentando o território formas de povoamento disperso, como atestam as 190 povoações existentes distribuídas pelas suas 5 freguesias: Alvares, Cadafaz, Colmeal, Góis e Vila Nova do Ceira.

Cerca de 60 % da área total do Concelho encontra-se incluída na Bacia Hidrográfica do Rio Ceira (afluente de 1ª ordem do Rio Mondego) e a restante parte pertence à Bacia Hidrográfica do Rio Zêzere (afluente de 1ª ordem do Rio Tejo).

O tipo de orografia do território, aliado aos extractos geológicos predominantes (formações xistosas) e ao clima, condicionam a existência de uma grande variedade e multiplicidade de Bacias Hidrográficas, algumas elementares, com cursos de água de regime torrencial.

O povoamento inicial consolidou-se a partir do estabelecimento dos aglomerados populacionais ao longo das antigas vias de comunicação fluvial e terrestre, ou em locais estratégicos do ponto de vista defensivo, coincidindo as primeiras com as áreas de maior valia agrícola, do ponto de vista físico.

As aglomerações populacionais vieram a ser reforçadas, nalguns casos, pela presença de unidades industriais de dimensão significativa, cuja implantação e desenvolvimento teve, contudo, lugar em períodos distintos - casos de Alvares e Ponte do Sótão, em ambos os casos vinculadas à presença de cursos de água, as unidades industriais em questão encontram-se actualmente extintas.

A partir da década de 1940 o Concelho de Góis vê a sua população residente substancialmente reduzida, no decurso de um processo de êxodo rural e migração.

A acessibilidade, determinada por uma rede viária fortemente vinculada às características de uma topografia acidentada, constitui ainda factor de desvantagem, apesar de nos últimos anos a Autarquia ter investido consideravelmente na melhoria da rede viária.

As desvantagens decorrentes da fraca acessibilidade (intra e inter-concelhia), determinada pelas características do território, acentuaram-se, num contexto em que o número de postos de trabalho na agricultura se reduz e em que o desenvolvimento dos sectores secundário e terciário é factor determinante na fixação da população.

A implantação de unidades industriais no Concelho de Góis está hoje prejudicada pela oferta crescente de localizações alternativas surgidas devido à implementação do Plano Rodoviário Nacional 2000.

Os factores determinantes na localização passam, assim, a ser a naturalidade dos empresários, e/ou o preço mais baixo dos terrenos industriais.

O perfil do promotor industrial está, em grande parte, vinculado aos factores acima referidos, bem como a procura de solo para indústria.

O Concelho de Góis é fundamentalmente um concelho rural onde as características edafo-climáticas, não permitindo o desenvolvimento de uma agricultura intensiva, determinaram a generalização das explorações florestais (nomeadamente com pinheiro bravo e eucalipto), que hoje ocupa cerca de 75 % da sua superfície.

É pouco significativa a presença, no tecido empresarial concelhio, de unidades de transformação a jusante da silvicultura.

O Concelho de Góis está incluído numa das zonas de máximo risco no que se refere aos incêndios florestais (segundo Carta de Sensibilidade da Direcção Geral das Florestas).

Este facto, resulta da simultaneidade e da intensidade com que nele ocorrem certos factores favoráveis, especialmente os respeitantes ao clima, pedologia e coberto florestal existente.

A área florestal afecta à exploração de eucalipto (que está prestes a atingir os limites máximos previstos por lei) tende a aumentar dada a rentabilidade que oferece aos proprietários da terra.

A área urbana (área social em núcleo urbano) apresenta uma expansão lenta, encontrando-se circunscrita às sedes de freguesia, com excepção de:

§ Ponte de Sótão (na freguesia de Góis);

§ Cortes (na freguesia de Alvares, em que as condições de edificabilidade são significativamente melhores que as da sede de freguesia);

§ Cabreira, na freguesia de Cadafaz ;

§ Várzea Pequena (na freguesia de Vila Nova do Ceira).

A dinâmica de transformação dos aglomerados, para as funções residencial e comercial tende a ser mais significativa nas suas formas de expansão urbana do que nas vertentes de reabilitação/reutilização do património existente (edificado ou solo urbano).

O Concelho de Góis é abrangido por coutos mineiros de, entre outros, Volframite, Casseterite, Ouro e Prata, cuja exploração está desactivada.

Merecem destaque as características ambientais e de património edificado do Concelho de Góis, e a sua relação de acessibilidade com Coimbra.

O património edificado do Concelho apresenta consideráveis adulterações, quer nos núcleos principais, quer em situações isoladas, associadas à introdução de novos materiais e influências de linguagens arquitectónicas mal assimiladas e fora de contexto.

Encontram-se, ao longo do espaço concelhio, edifícios de traça e construção tradicionais, de pequena dimensão e que não estão afectos a qualquer uso (caso da Talisca, conjunto da Cabreira).

As características da paisagem, ditadas pelo acidentado do terreno, pela concentração do povoamento e a possibilidade de aproveitamento recreativo dos recursos hídricos, conjugada com a existência de pequenas edificações disponíveis, constituem atractivos (a juntar aos do património edificado) a aproveitar sob a forma de produto turístico.

Do ponto de vista de lazer e recreio podemos salientar dois aspectos principais que se ligam ao aproveitamento das áreas de caça que cobrem praticamente todo o concelho e da pesca desportiva em alguns cursos de água.

O Concelho possui ainda alguns valores de interesse estético e humanos dos quais se destaca o património histórico-arquitectónico já referido e ainda às paisagens ao longo dos traçados da E.N. 2 e da E.M. 543 e do cume da Serra (freguesia de Alvares).

A população urbana de Coimbra (em que pesa a população universitária e ligada aos serviços), num contexto de maior mobilidade individual e de procura crescente de recreio de ar livre, poderá constituir um mercado privilegiado para o referido produto turístico.

O Concelho de Góis representa 10% da área do Pinhal Interior Norte, 1% da área da Região Centro e 0,3% da área total de Portugal.

Mapa 2 – Freguesias do concelho de Góis



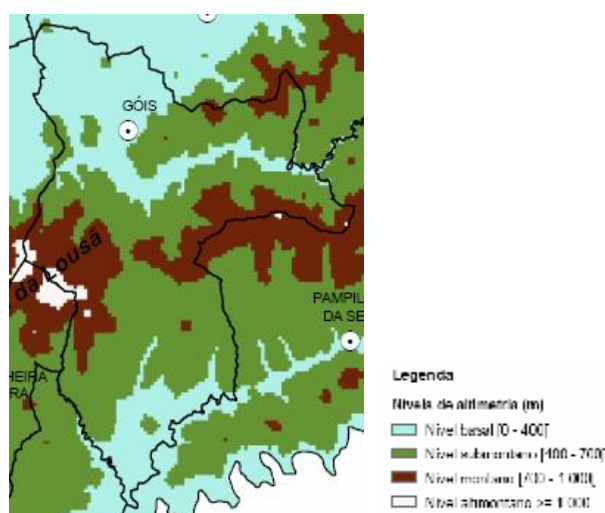
Fonte: Plano Desenvolvimento Local/Leader +

1.1 - Orografia

Apresenta-se a caracterização orográfica da região de Góis, no que respeita aos níveis de altimetria, à sobreposição da hipsometria e altimetria, declives e exposições. Em termos macro topográficos trata-se de um relevo muito rigoroso, correspondendo ao troço do sistema montanhoso central entre a Serra da Lousã e do Açor.

A orografia de um território é uma das variáveis fisiográficas que explica, de forma relevante, a recolha de resíduos florestais no Concelho de Góis. Conhecer a orografia do território é poder planear com maior segurança, acções de combate a incêndios e acções de limpeza de vegetação espontânea, nas faixas de gestão de combustível (FGC) que se pretendam realizar bem como, promover a prevenção e mitigação dos riscos de erosão.

Mapa 3 – Níveis de Altimetria



Fonte: Prof do PIN

De acordo com o mapa acima apresentado, os níveis de altimetria de maior visibilidade são o nível basal (0-400m) e submontano (400-700 metros), correspondendo cada um deles a 40% do território em estudo. 10% da área está em nível montano (700-1000) e menos de 5% da área encontra-se a um nível altimontano (superior a 1000 metros).

2. CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÓMICA DO CONCELHO

2.1. Análise Demográfica

“A população é um elemento estratégico que se inter-relaciona com o sistema económico, social e territorial, interferindo na definição de uma política...” (in: Plano Regional de Ordenamento Florestal).

No sentido de caracterizar esta região em termos sociais, analisam-se a população residente, a densidade populacional e o índice de envelhecimento populacional, comparativamente aos restantes concelhos que integram o Pinhal Interior Norte.

A análise é reportada ao ano de 2001 e as suas variações entre 1981 e 2001, para a densidade populacional e índice de envelhecimento. Relativamente à população residente, a variação é reportada ao período de 1911 a 2001.

Entende-se por densidade populacional, o número de habitantes por quilómetro quadrado, sendo, por isso, um indicador da “concentração” da população – altas densidades populacionais indicam um elevado número de habitantes por unidade de superfície.

O índice de envelhecimento corresponde ao número de habitantes com mais de 65 anos, por cada 100 habitantes com menos de 15 anos. Valores superiores a 100, indicam que a população está envelhecida.

A população residente são as pessoas que habitam a maior parte do ano com a família ou detêm a totalidade ou a maior parte dos seus haveres.

População Residente

Quadro 1 - População Residente

	Ano 1991	Ano 2001	Taxa de Variação	Taxa de Crescimento Médio Anual
	Nº	Nº	%	%
Portugal	9867147	10355824	5	0,48
Região Centro	1721650	1782254	3,5	0,35
P.I.N.	139413	138543	-0,6	-0,06
Góis	5372	4861	-9,5	-0,99

Fonte: INE (Anuário R. C. 2001)

No período apresentado, registou-se um decréscimo da população residente no Pinhal Interior Norte (P.I.N.) e em Góis de, respectivamente, -0,6% e -9,5%. Em contraste, na unidade geográfica de Portugal (5%) e na Região Centro (3,5%), verificou-se um crescimento deste indicador.

Às taxas de variação indicadas corresponde um crescimento anual negativo no concelho em estudo (0,99%) e no Pinhal Interior Norte (0,06%), ao mesmo tempo que na Região Centro e em Portugal o crescimento é positivo (0,35% e 0,5%, respectivamente).

Densidade Demográfica

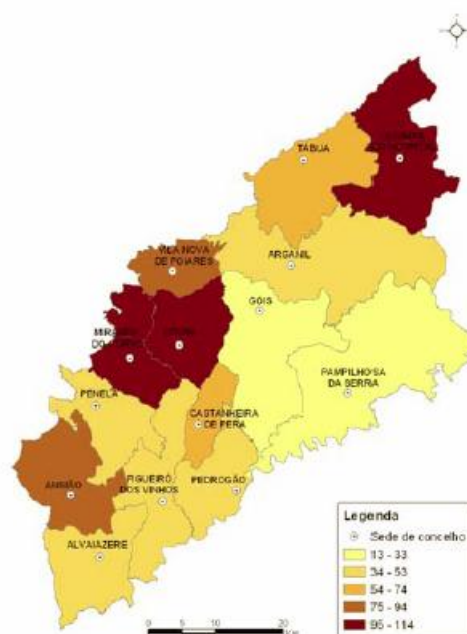
Quadro 2 - Densidade Populacional

Unidades Geográficas	Ano 1996	Ano 2001	Taxa de Variação	Taxa de Crescimento Médio Anual
	Habitantes/ km ²		%	%
Portugal	108,09	112,4	4	0,8
Região Centro	72,25	75,3	4,2	0,8
P.I.N.	51,01	52,09	2,12	0,4
Góis	18,35	18,5	0,82	0,2

Fonte: INE (Anuários R. C. 1996 e 2001).

Da observação deste quadro conclui-se que o ritmo de crescimento de densidade populacional em Góis é claramente inferior ao observado nas unidades territoriais em comparação. Note-se que a taxa de crescimento médio anual do concelho de Góis representa apenas 25% e 50%, respectivamente, de igual indicador em Portugal e no Pinhal Interior Norte.

Mapa 4 – Densidade Populacional, por Concelho



Fonte: PROF, 2001

Da análise da variação da densidade populacional das 2 últimas décadas, verifica-se uma clara assimetria regional.

A densidade populacional no concelho de Góis sofreu um decréscimo percentual acentuado, assim como grande parte dos seus concelhos vizinhos.

Índice de Envelhecimento

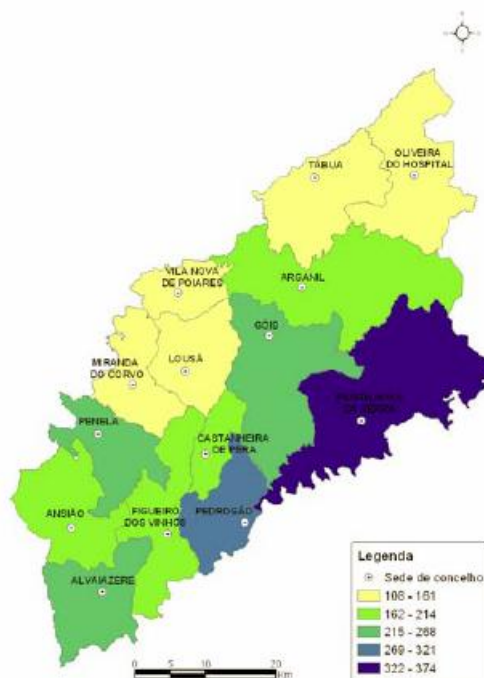
Quadro 3 - Índice de envelhecimento

Unidades Territoriais	Ano 1991	Ano 2001
	%	%
Portugal	69,48	102,25
Região Centro	77,09	131
P.I.N.	118,46	161,1
Góis	185,71	255,38

Fonte: INE (Anuário R. C. 2001 e Pesquisa por Unidades Territoriais -1991)

O índice de envelhecimento aumentou nas unidades territoriais em estudo, com a particularidade de ser elevado em Góis, onde, no ano 2000, alcançou o valor de 255,38%, ou seja, por cada jovem, existem em média, três idosos.

Mapa 5 – Índice de Envelhecimento, por Concelho



Fonte: PROF, 2001

O concelho de Góis, segundo estudo do prof. Daniel Bessa, enquadra-se na tipificação dos territórios envelhecidos e desertificados.

É um concelho com uma densidade populacional de 18,2 habitantes por KM. Segundo o anuário estatístico da Região centro (indicadores de população/2004) apresenta uma taxa de crescimento efectivo negativa (-1,23) assim como a taxa de crescimento natural (-1,36). Importa também referir, que estamos em presença de um concelho sem capacidade de regeneração social, porquanto apresenta um índice de envelhecimento de 290,6% e um índice de dependência de idosos de 57,3%.

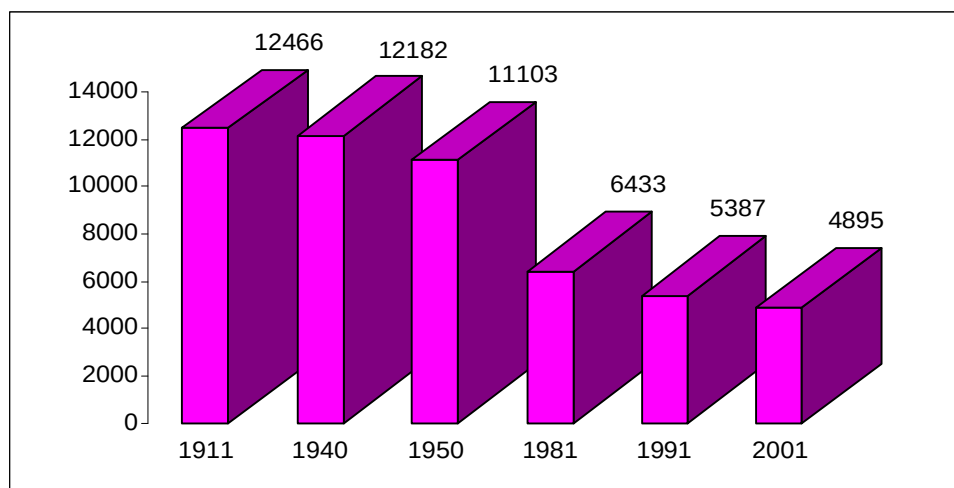
De acordo com fonte do INE, a população residente em Góis em 31.12.2004 era de 4606 habitantes (2191H; 2415M), sendo que o grupo etário das pessoas com mais de 65 anos, o mais expressivo (1491 pessoas) – 32,4%.

Quanto aos restantes grupos etários e com base na fonte já referida, a realidade do concelho é a seguinte:

- Grupo etário dos 0 aos 14 anos – 513
- Grupo etário dos 15 aos 24 anos – 520
- Grupo etário dos 25 aos 64 anos – 2082

O grupo etário dos 0 aos 14 anos representa 11,1% da população; o grupo etário dos 15 aos 24 anos representa 11,3%; o Grupo etário dos 25 aos 64 anos representa 45,2%; o Grupo etário com idade igual ao superior a 65 anos representa 32,4% da população total.

Gráfico 1 - População do Concelho de Góis
(1911 a 2001)



Fonte: INE – Recenseamentos Gerais da População, CENSOS 1911 a 2001

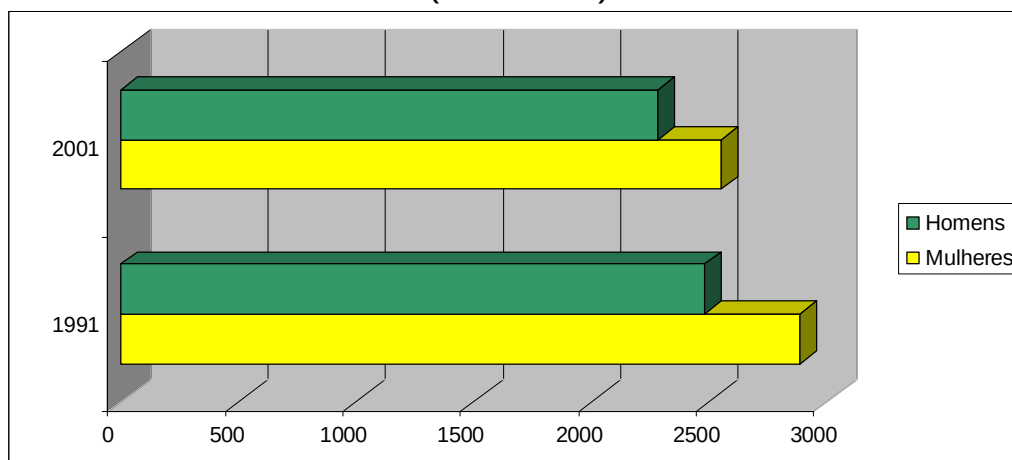
Concelho de Góis

Quadro 4 - População Residente por Sexo
(1991/2001)

	1991	2001
Mulheres	2890	2551
Homens	2482	2280

Fonte: INE – Recenseamentos Gerais da População, Censos 1991e 2001

Gráfico 2 - População Residente por Sexo
(1991/2001)



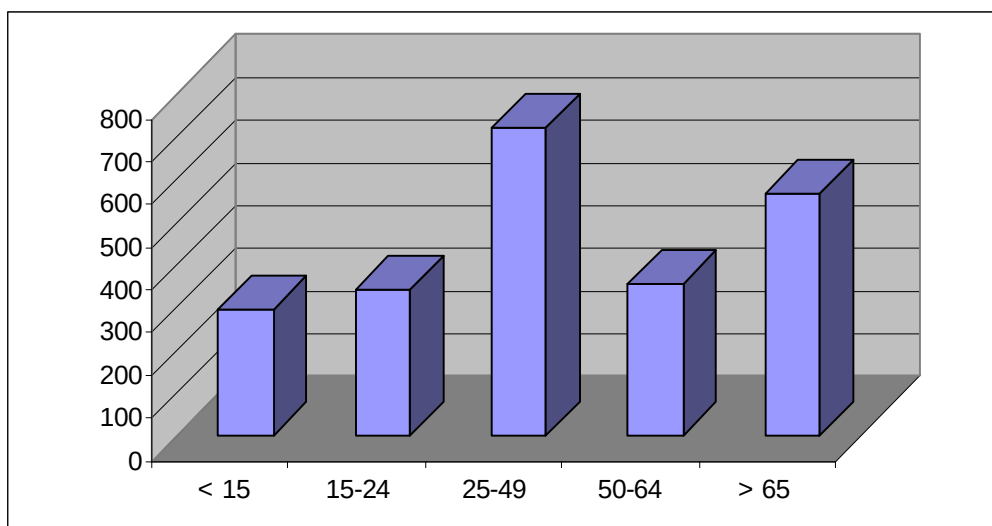
Fonte: INE – Recenseamentos Gerais da População, Censos 1991e 2001

Quadro 5 - População Residente por Grupo Etário
(2001)

Grupo Etário	Total
< 15	581
15-24	622
25-49	1437
50-64	732
> 65	1459

Fonte: INE – XIV Recenseamentos Gerais da População, Censos 2001

Gráfico 3 - População Residente por Grupo Etário
(2001)



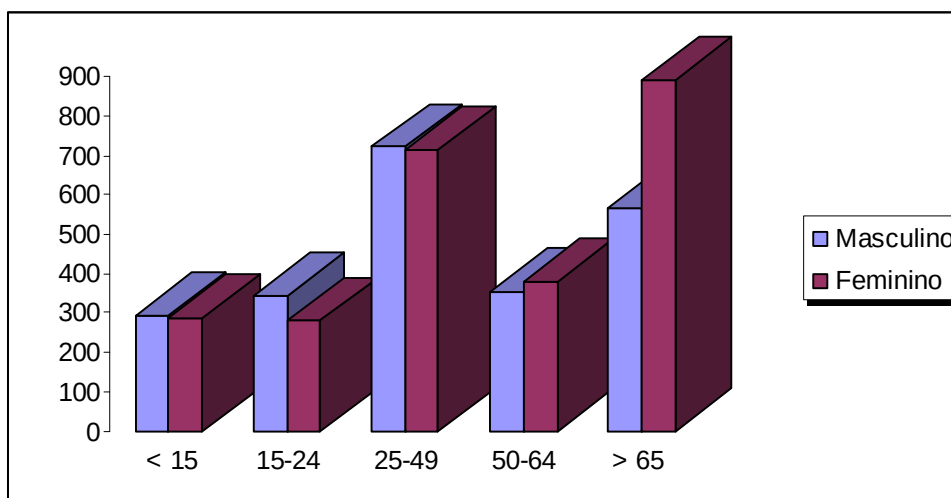
Fonte: INE – XIV Recenseamentos Gerais da População, Censos 2001

Quadro 6 - População Residente por Grupo Etário/Sexo (2001)

Grupo Etário	Total	Masculino	Feminino
< 15	581	294	287
15-24	622	342	280
25-49	1437	722	715
50-64	732	355	377
> 65	1459	567	892

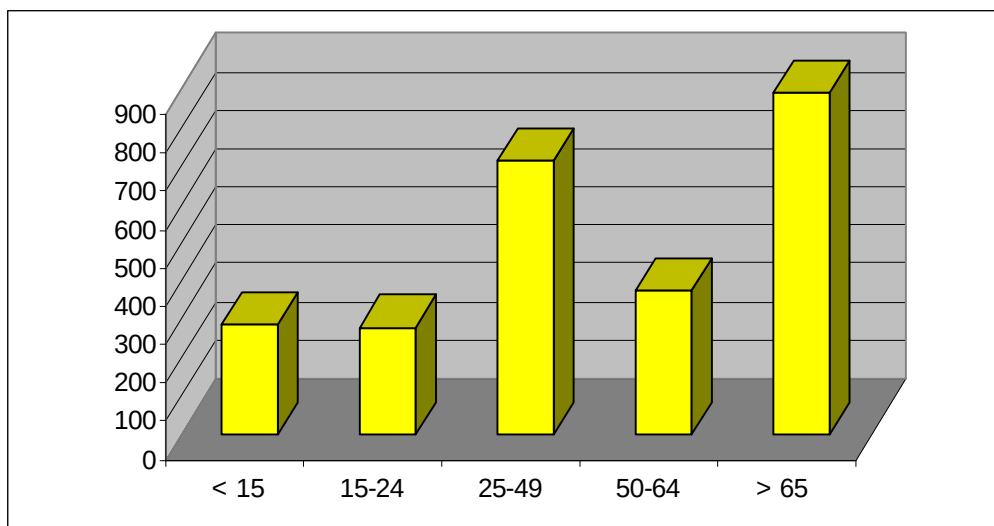
Fonte: INE – XIV Recenseamentos Gerais da População, Censos 2001

Gráfico 4 – População Residente por Grupo Etário/Sexo (2001)



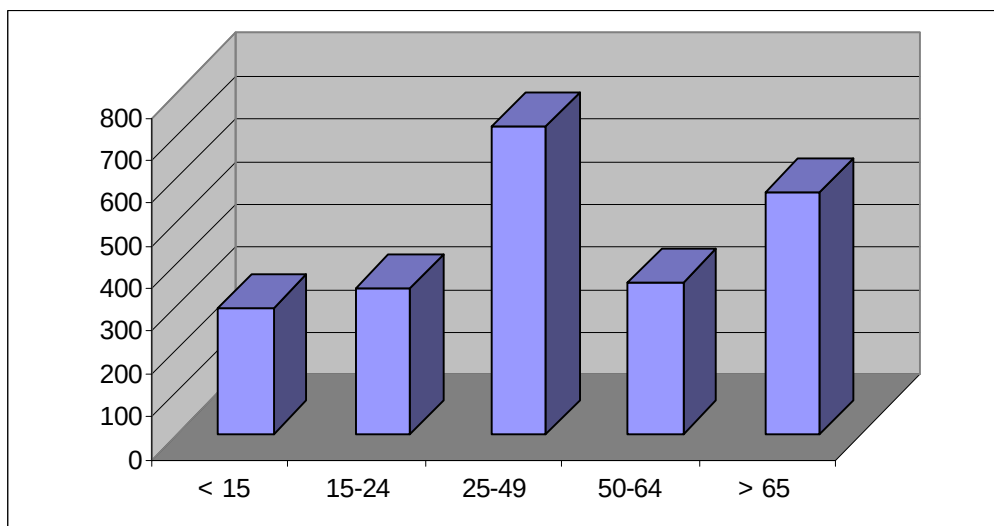
Fonte: INE – XIV Recenseamentos Gerais da População, Censos 2001

Gráfico 5 -População Residente Feminina (2001)



Fonte: INE – XIV Recenseamentos Gerais da População, Censos 2001

Gráfico 6 -População Residente Masculina (2001)



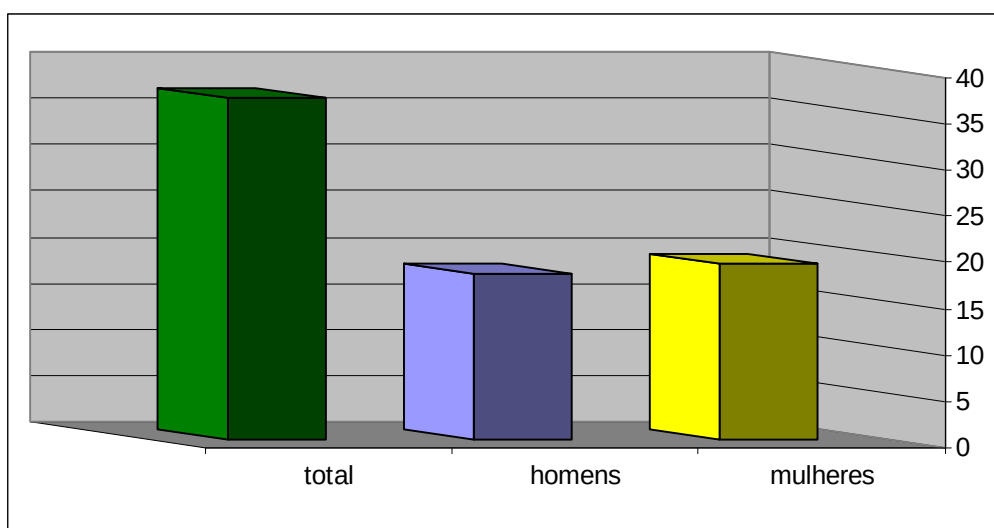
Fonte: INE – XIV Recenseamentos Gerais da População, Censos 2001

Quadro 7 – Nados Vivos, Óbitos, Taxa de Natalidade, Taxa de Mortalidade e Saldo Natural (2001)

Nados Vivos		Óbitos		Taxa de Natalidade	Taxa de Mortalidade	Saldo Natural
HM	H	HM	H			
37	18	102	46	5,0%	18,6%	- 1,36%

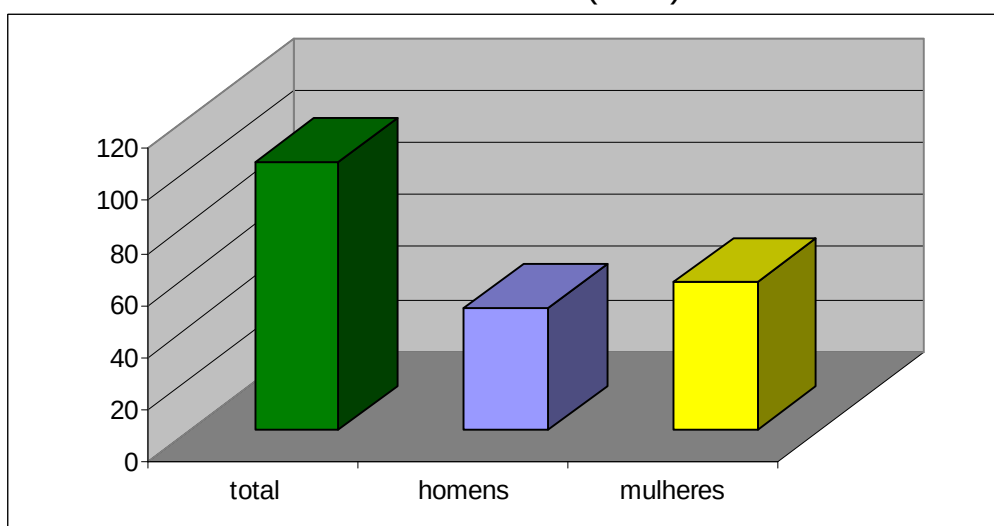
Fonte: INE Anuário Estatístico da Região Centro - 2004

Gráfico 7 – Nados Vivos (2001)



Fonte: INE – XIV Recenseamentos Gerais da População, Censos 2001

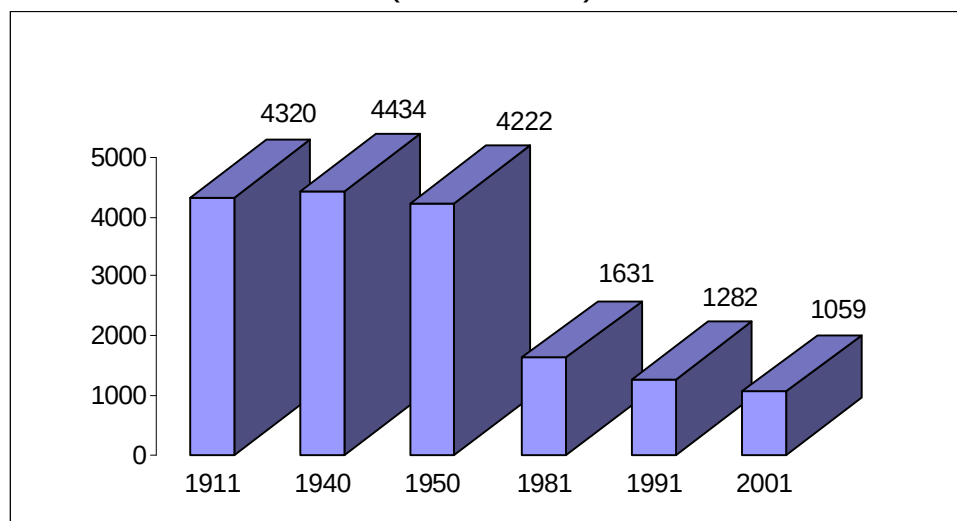
Gráfico 8 – Óbitos (2001)



Fonte: INE – XIV Recenseamentos Gerais da População, Censos 2001

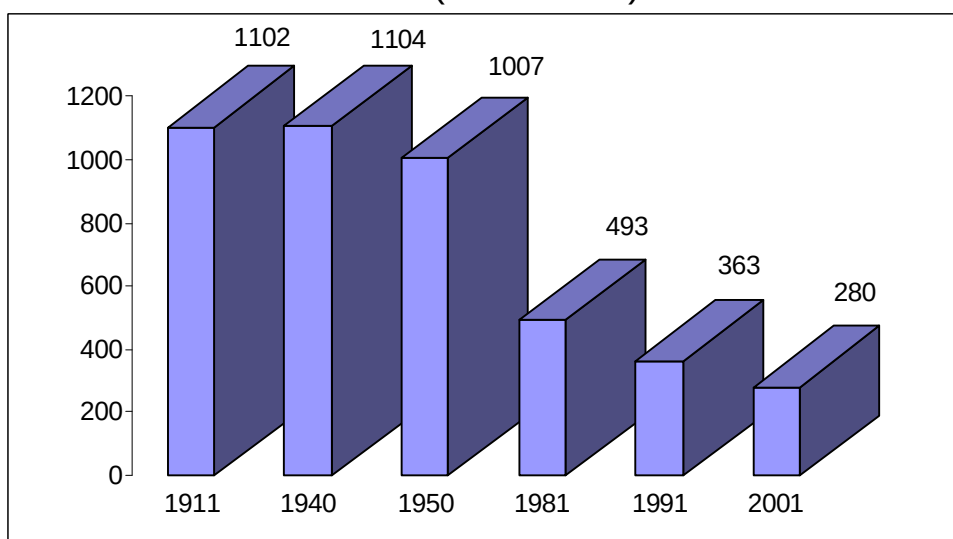
Análise Demográfica por Freguesia

**Gráfico 9 – População Residente na Freguesia de Alvares
(1911 a 2001)**



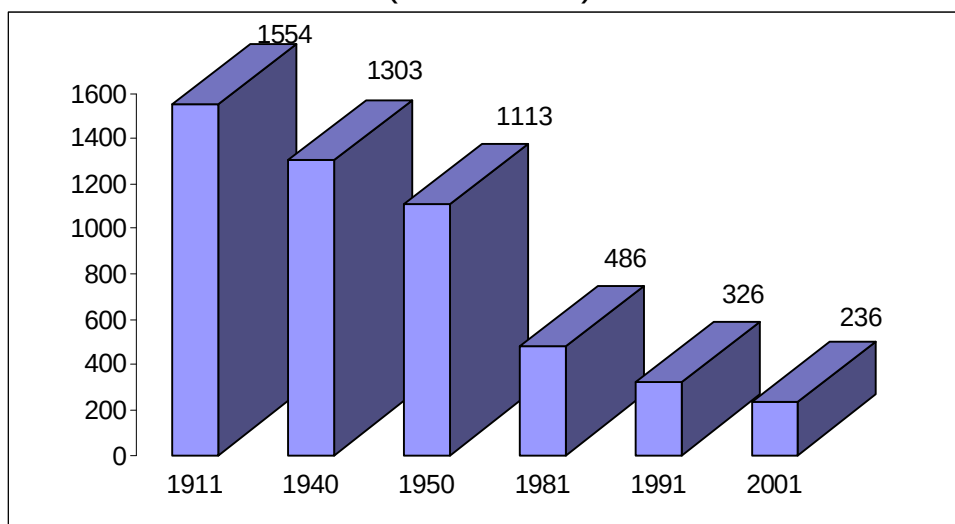
Fonte: INE – Recenseamentos Gerais da População, Censos 1911 a 2001

**Gráfico 10 – População Residente na Freguesia de Cadafaz
(1911 a 2001)**



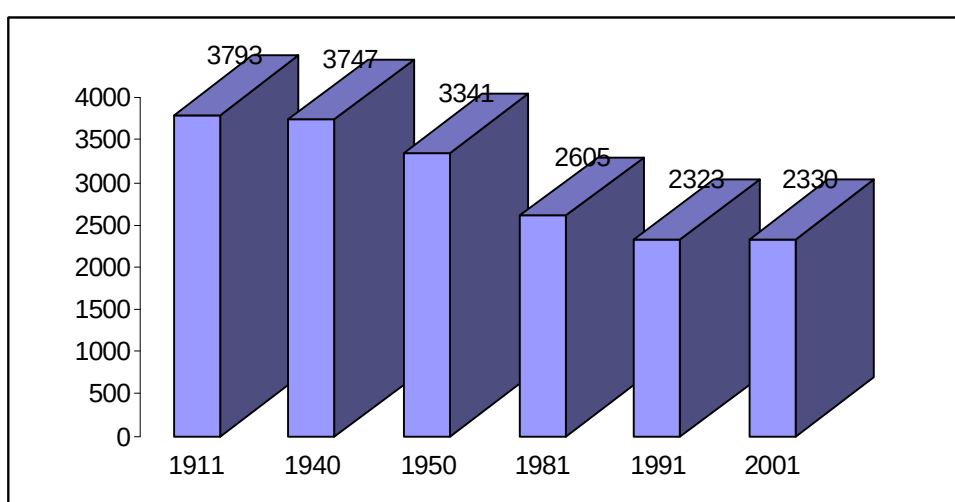
Fonte: INE – Recenseamentos Gerais da População, Censos 1911 a 2001

**Gráfico 11 – População Residente na Freguesia de Colmeal
(1911 a 2001)**



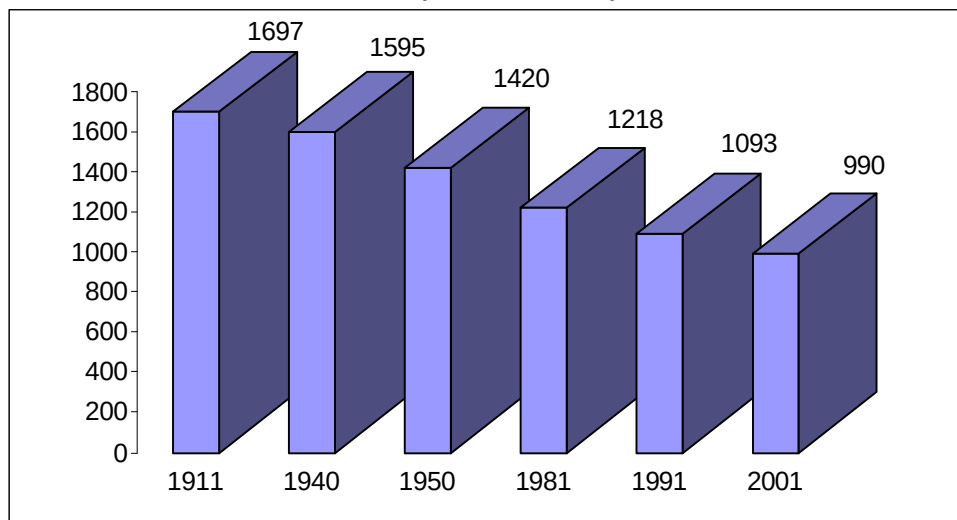
Fonte: INE – Recenseamentos Gerais da População, Censos 1911 a 2001

**Gráfico 12 – População Residente na Freguesia de Góis
(1911 a 2001)**



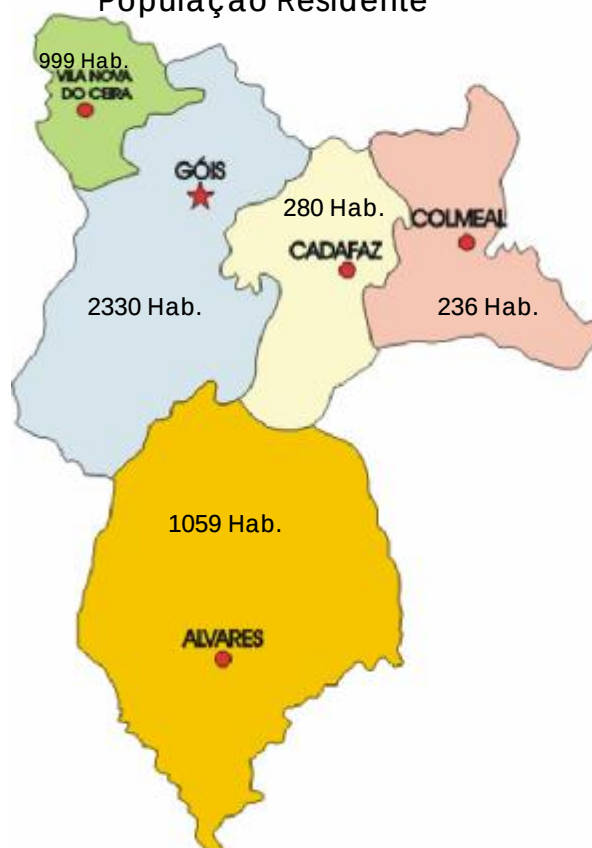
Fonte: INE – Recenseamentos Gerais da População, Censos 1911 a 2001

Gráfico 13 – População Residente na Freguesia de Vila Nova do Ceira (1911 a 2001)



Fonte: INE – Recenseamentos Gerais da População, Censos 1911 a 2001

Mapa 6 - Concelho de Góis
População Residente



Fonte: INE – Recenseamentos Gerais da População, Censos 1911 a 2001

2.2. ACTIVIDADES ECONÓMICAS E EMPREGO

A economia do concelho conheceu ao longo dos tempos, diversas actividades que foram surgindo ao sabor das conjunturas históricas: o aproveitamento da neve natural da Serra da Neve, que era guardada em poços, no já longínquo período monárquico; a exploração mineira (volfrâmio, estanho e ouro), no período da 2ª Guerra Mundial, o fabrico de papel, pela Companhia de Papel de Góis, a maior empresa de que há memória no concelho, fundada em 1912 e encerrada em 1992.

Na obra literária de Adriano Pacheco, intitulada “Febre no Rabadão” e a propósito da exploração mineira no concelho de Góis, podemos verificar a representação histórica-económica-social deste tempo “...a época mineira em terras de Góis, teve grande impacto fora das suas fronteiras, não se ficando apenas pelo deslumbramento duma época faustosa vivida no seu reduto, nem por um crescimento de abastança transitório, cujo devaneio alterou hábitos e toldou como um nevoeiro. Ela teve repercussões sérias na Europa, serviu de plataforma ao desenvolvimento do saber técnico-científico e instalou-se em todos os focos de alta tensão política. Deu têmpera ao aço e à composição de bombas disseminadas em todos os países envolvidos no segundo conflito mundial.

Não parece tratar-se de um episódio com incidência histórica de somenos importância...Ele revestiu-se de um valor tal que marcou uma época e transvazou para lá das fronteiras locais...”

Apesar da sua índole rural, verifica-se um acréscimo do número de pessoas que depende cada vez menos exclusivamente da agricultura.

Hoje, os activos agrícolas a tempo inteiro são poucos. A agricultura que existe não é especializada e raramente mecanizada, revelando um atraso significativo. Naturalmente que esta realidade é consequência também da pequena dimensão das explorações, ausência de investimento, inexistência de novas técnicas, baixa produtividade e incipientes circuitos de comercialização.

As suas características edafo-climáticas, não permitiram o desenvolvimento de uma agricultura e pastorícia intensiva.

Este modelo de subsistência determinou a generalização das explorações florestais – pinheiro bravo e eucalipto – que hoje ocupam cerca de 75% da sua superfície.

A silvicultura assume pois papel predominante no âmbito da actividade económica.

A implantação reduzida e cíclica de diferentes sectores de actividade económica, porque efémera no tempo, gerava insegurança na população pela precaridade acentuada com que caracterizava o mercado de trabalho.

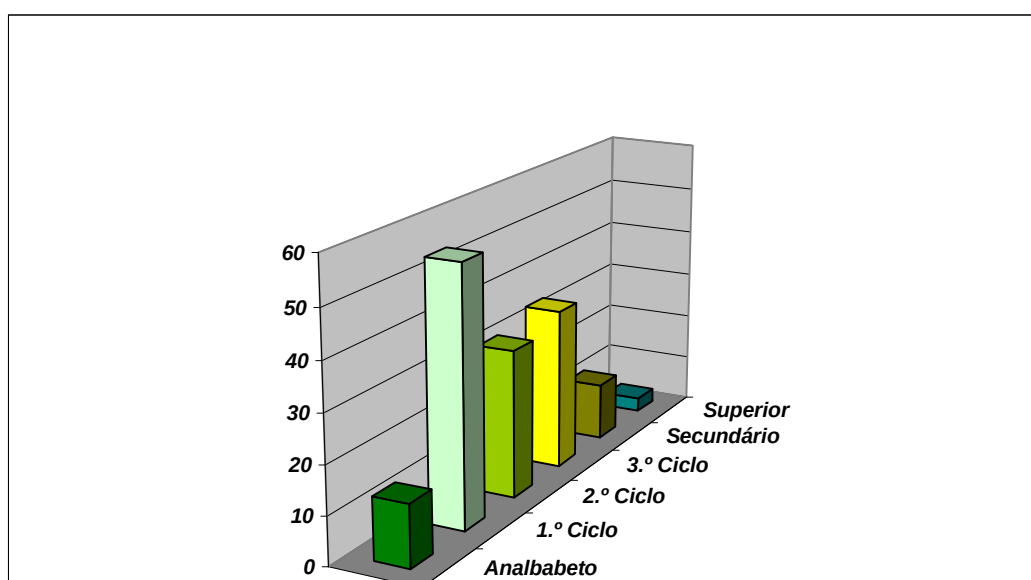
Actualmente, o tecido económico do concelho apresenta fragilidades, consequência da própria interioridade que caracteriza o concelho, mas também pelos escassos investimentos que se têm verificado e, consequentemente a fixação de indústrias não tem grande expressão.

Quadro 8 - Desemprego / Escolaridade

N.º Desempregados	Escolaridade
13	Analfabeto
54	1.º Ciclo
31	2.º Ciclo
34	3.º Ciclo
12	Secundário
3	Superior

Fonte: Centro de Emprego de Arganil – Maio 2006

Gráfico 14 – Desemprego / Escolaridade



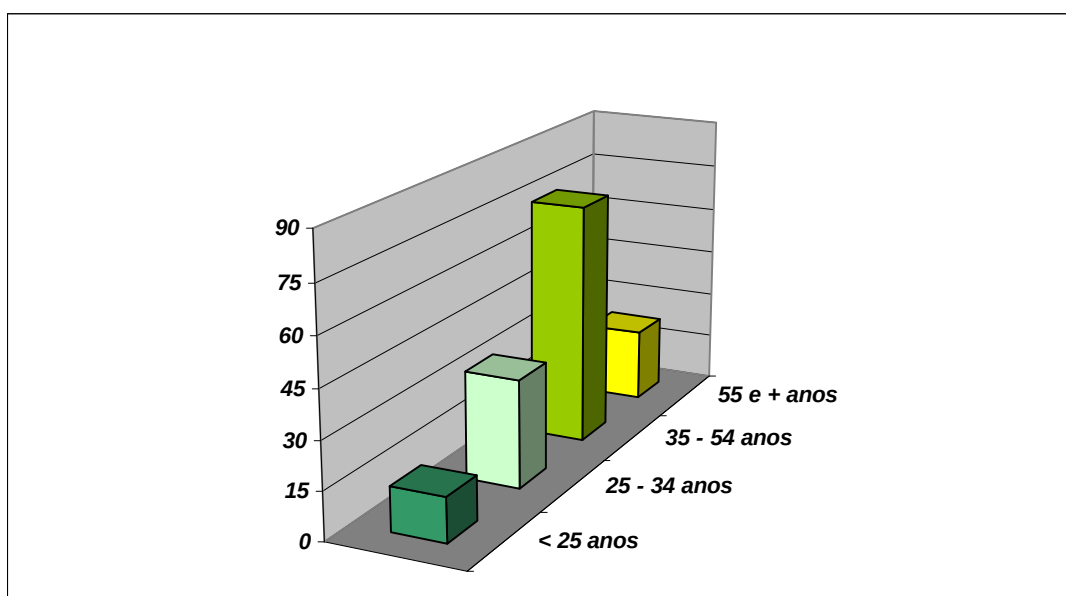
Fonte: Centro de Emprego de Arganil – Maio 2006

Quadro 9 - Desemprego / Grupo Etário

N.º Desempregados	Grupo Etário
14	< 25 anos
34	25 - 34 anos
76	35 - 54 anos
23	55 e + anos

Fonte: Centro de Emprego de Arganil – Maio 2006

Gráfico 15 – Desemprego / Grupo Etário



Fonte: Centro de Emprego de Arganil – Maio 2006

Conforme se pode verificar, o desemprego centra-se com maior incidência no escalão etário dos 35-54 anos, seguido do escalão etário dos 25-34 anos. Relativamente às habilitações literárias, o maior número de desempregados têm como escolaridade o 1.º Ciclo do Ensino Básico.

A) Identificação do Tecido Empresarial

Com um modelo industrial maioritariamente tradicional, pouco evoluído tecnologicamente e com fraco nível de competitividade, Góis possui três Pólos Industriais localizados nas freguesias de Alvares, Góis e Vila Nova do Ceira.

Os sectores da indústria cerâmica, madeira e alumínios absorvem a maior fatia de mão-de-obra.

Dispersos pelo concelho têm igualmente alguma dimensão, os sectores dos mármore e da pecuária.

A exploração florestal, de grande importância no concelho, assume um modelo de exploração tipicamente familiar, registando-se muitas pequenas empresas (Quadro).

Quadro 10 – Análise Percentual por sector de Actividade

Sectores	Estrutura da População Activa (%)
Primário	18.3
Secundário	41.8
Terciário	39.7

Fonte: Alguns Indicadores Socio-Económicos - Ruralidade (Direcção Geral do desenvolvimento Rural, 1999).

Quadro 11 - Empresas com Sede no concelho segundo C.A.E.

Agricultura/Produção Animal, Caça, Silvicultura e Pesca	74
Indústrias Extractivas	1
Indústrias Transformadoras	56
Construção	79
Comércio por grosso e a retalho	156
Alojamento e restauração	39
Transportes, Armazenagem e Comunicações	14
Actividades Financeiras	15
Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados	19
Administração Pública, Defesa, Segurança Social, Educação, Acção Social, Saúde	16
TOTAL	469

Fonte: INE – XIV Recenseamentos Gerais da População, Censos 2001

Quadro 12 - Industrias Transformadoras

Indústrias Alimentares, das Bebidas e do Tabaco	10
Industrial Têxtil	4
Industria do Couro	1
Indústria da Madeira e da Cortiça e suas obras	12
Industria de Pasta, de Papel e Cartão; Edição Impressão	5
Fabricação de Coque, Produtos Petrolíferos	1
Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	3
Industrias Metalúrgicas de Base e de Produtos Metálicos	13
Fabricação de Equipamento Eléctrico e de Óptica	1
Indústrias Transformadoras, N.E.	6
TOTAL	56

Fonte: INE – XIV Recenseamentos Gerais da População, Censos 2001

Conforme se pode verificar as industrias transformadoras, representam 12% do tecido empresarial do concelho.

B) Recurso Florestal: Caracterização e Quantificação

As características edafo-climáticas do concelho de Góis não permitiram o desenvolvimento de uma agricultura e pastorícia intensiva.

A silvicultura assume pois papel predominante no âmbito da actividade económica. No entanto, devido à degradação dos sistemas agro-florestais, a ocupação do solo no concelho de Góis (bem como de grande parte do Território Português), tornou-se complexa e difícil. As causas desta complexidade podem ser imputadas aos incêndios, abandono das terras aráveis e consequente avanço em mosaicos dos incultos, diminuição da silvopastorícia, etc. (Câmara Municipal de Góis, 1997).

Assim, encontramos hoje uma ocupação do solo caracterizada pela ocorrência duma mistura de espécies na mesma mancha (por exemplo olival com mato, pinheiros e uns restos de vinha) e por manchas florestais que apresentam frequentemente um grau de cobertura bastante inferior a 100% (por exemplo uma mancha de um antigo pinhal que já ardeu e que actualmente é ocupada por mato no estrato rasteiro e 20% de pinheiros mais 20% de eucaliptos no estrato arbóreo).

Quadro 13 – Ocupação do solo actual

Grupos	% de Ocupação
Agrícola	4
Florestal	93.6
Ocupação Humana	2.4
Total	100%

Fonte: Câmara Municipal de Góis, 1997

Este quadro mostra claramente que o Concelho de Góis apresenta fortes características florestais. Existem neste concelho 21 espécies botânicas diferentes (Câmara Municipal de Góis, 1997). No entanto, destas 21, apenas 5 têm alguma expressão em termos de área (> 1%).

Quadro 14 – Ocupação do solo em termos de espécies florestais

Espécies florestais	% de ocupação
Eucalipto	26.9
Pinheiro Bravo	24
Acácia	1.6
Pinus Nigra	1.3
Castanheiro	1.3

Fonte: Câmara Municipal de Góis 1997

À semelhança do que vai sucedendo no Centro do território português, os pinhais vão sendo substituídos pelos eucaliptais, sendo o concelho de Góis um exemplo a esse nível. A espécie dominante é o eucalipto, seguido pelo pinheiro bravo. A destacar a presença significativa de mais três espécies: a acácia, *Pinus Nigra* e o castanheiro.

A acácia atinge uma proporção elevada tendo em conta que se trata de uma espécie exótica, sem grande interesse comercial e de fácil propagação, competindo com espécies autóctones, ameaçando os seus habitats.

No Concelho de Góis grande parte dos produtores não reside habitualmente no Concelho, e não têm como actividade principal a agricultura ou a floresta, sendo a causa dessa realidade devida aos seguintes factores limitantes: muito elevado risco de fogo, pequena dimensão da propriedade, elevado número de proprietários, ausência de gestão florestal, falta de conhecimento de mercados de prestação de serviços ou de venda dos produtos pelos proprietários florestais, desmotivação do proprietário para o investimento florestal, desarticulação entre as diversas infra-estruturas, rara presença do proprietário como produtor florestal ou mesmo como residente, estrutura dos povoamentos existentes não possibilitando a mecanização ou tornando os custos de exploração muito elevados, não permitindo assim uma rentabilidade que garanta a continuidade da actividade florestal.

A actividade florestal é vista como um suplemento eventual de rendimento dos proprietários, sendo a propriedade de dimensão muito reduzida e por vezes distribuída por varias prédios distintos não confinantes.

Quadro 15 – Empresas florestais significativas do Concelho de Góis

Nome da Empresa	Tipo de Empresas	Localização
Carpintaria Varzeense, L.da.	Fabrico de móveis	Vila Nova do Ceira
Carpintaria Irmãos Santa Cruz L.da	Fabrico de móveis	Góis
Carpintaria Mecânica de Carlos Alberto Mendes Silva L.da.	Fabrico de móveis	Góis
Irmãos Garcia, L.da	Empresa de Serração	Vila Nova do Ceira
Duarte & Duartes, L.da	Empresa de Corte	Góis
Aida Matos & L.da	Exploração Florestal	Vila Nova do Ceira
David & Lopes, L.da	Exploração Florestal	Alvares
Simões Alves & Companhia, L.da	Exploração Florestal	Góis
Álvaro Matos Bandeira & Filho	Exploração Florestal	Góis
Fernando Barata Alves & Companhia, L.da	Exploração Florestal	Góis
Arlindo Alves Duarte	Exploração Florestal	Góis
Victor Manuel Antunes Bandeira	Exploração Florestal	Góis
Casimiro Antunes Bandeira	Exploração Florestal	Góis
António Vala Coelho	Fabrico Carvão Vegetal	Góis
Prorresina - Produtos Resinosos, L.da	Transformadora de Resina	Alvares
Serralharia Vale do Ceira	Comércio de Madeiras	Cadafaz

Fonte: DRABL - Zona Agrária de Góis, 2000

De acordo com um estudo requisitado pela Câmara Municipal de Góis, em 1997 existiam 49 empregados a tempo inteiro na Silvicultura sendo que muitos trabalhadores agrícolas complementam a sua actividade com a floresta (Quadro).

Quadro 16 – Impacto da Silvicultura no Emprego

Actividade	Empregados (n.º)	Área (ha)	N.º de empregado/ha	ha/empregado
Agricultura	163	159	1.02	0.98
Silvicultura	49	2343	0.02	47.82
Total	212	2502	0.08	11.80

Fonte: Estudo das causas de Incêndios com vista à sua prevenção no concelho de Góis (C.M.G, 1997).

De acordo com os últimos Censos, o concelho de Góis apresenta uma taxa de actividade de 38,6% e uma taxa de desemprego de 5,5%. Os activos distribuem-se pelas 469 empresas com sede no concelho, sendo que o maior empregador é a Câmara Municipal de Góis, seguido pela empresa de cerâmica “Lusalva”.

As indústrias transformadoras, representam 12% do tecido empresarial local.

Importa salientar a importância que assume o 3º sector ou a designada Economia Social no contexto das oportunidades de emprego. As instituições Particulares de Solidariedade Social e outras de Direito Privado sem fins lucrativos empregam nos seus quadros um conjunto significativo de activos, particularmente mão-de-obra feminina.

2. 3. REDE VIÁRIA E ACESSIBILIDADES

O concelho de Góis, localizado no Alto Distrito de Coimbra, sofrendo as consequências da interioridade e dos factores inerentes ao mundo rural, dispõe de uma Rede Viária Concelhia totalmente asfaltada e com bons acessos não só de ligação entre as cinco Freguesias, mas também entre as diferentes aldeias e lugares.

A melhoria da Rede Viária foi nos últimos anos o principal investimento da Autarquia em colaboração com as Juntas de Freguesia, por se considerar que as vias de comunicação assumem grande relevância na mobilidade de pessoas, bens e serviços e contribuem inequivocamente para o desenvolvimento local.

A estrutura viária proposta assentou na definição de uma rede hierarquizada das infra estruturas rodoviárias.

Para o estabelecimento desta hierarquia tomou-se como base a rede urbana proposta (núcleos urbanos principais – níveis I e núcleos urbanos secundários – níveis II e III) e aceitou-se que um dos modelos possíveis seria o de prever ligações rodoviárias a dois níveis:

- § Ligações exógenas;
- § Ligações endógenas;

e dentro destas últimas, ligações entre sedes de espaço, e entre sedes de sub-espaço e a, respectiva, sede de espaço.

Resultou, deste modo, uma estrutura viária concelhia hierarquizada a três níveis:

- § Vias Principais;
- § Vias Secundárias – nível 1;
- nível 2.

A) VIAS PRINCIPAIS

Estas vias, que são sobretudo eixos integrados na rede regional (ligações exógenas), têm troços que nos limites do concelho constituem verdadeiras vias concelhias pela importância que assumem localmente.

A E.N.02 assume um papel importantíssimo como via estruturante do Concelho. Assim, como vias principais existem:

§ E.N.02 - Limite do Concelho (Vila Nova de Poiares) - Várzea Pequena - Várzea Grande - Góis - Portela do Vento - Alvares - Limite do Concelho (Pedrogão Grande);

§ E.N.112 - Portela do Vento (E.N.02) - Limite do Concelho (Pampilhosa de Serra);

§ E.N.342 - Limite do Concelho (Lousã) - Ponte de Sótão - Góis - Bordeiro - Limite do Concelho (Arganil);

§ E.N.342-3 - Limite do Concelho (Lousã) - Várzea Grande (E.N.02);

§ E.N.344 - Alvares (E.N.02) - Limite do Concelho (Pampilhosa da Serra);

§ E.N.342 - Vilarinho - Góis - Arganil;

§ E.N.2 - Portela de Góis – Alvares;

§ Estrada Regional - Castanheira de Pêra – Góis

B) VIAS SECUNDÁRIAS

A rede de vias secundárias é dividida em dois níveis (1 e 2):

Nível 1

§ E.M.543 - E.N.342 (Góis) - Cortecega - Cabreira - Sandinha - Capelo - Colmeal - Limite do Concelho;

§ E.M.543-1 - E.M.543 (Proximidades de Cabreira) - Tarrastal – Cadafaz.

Nível 2

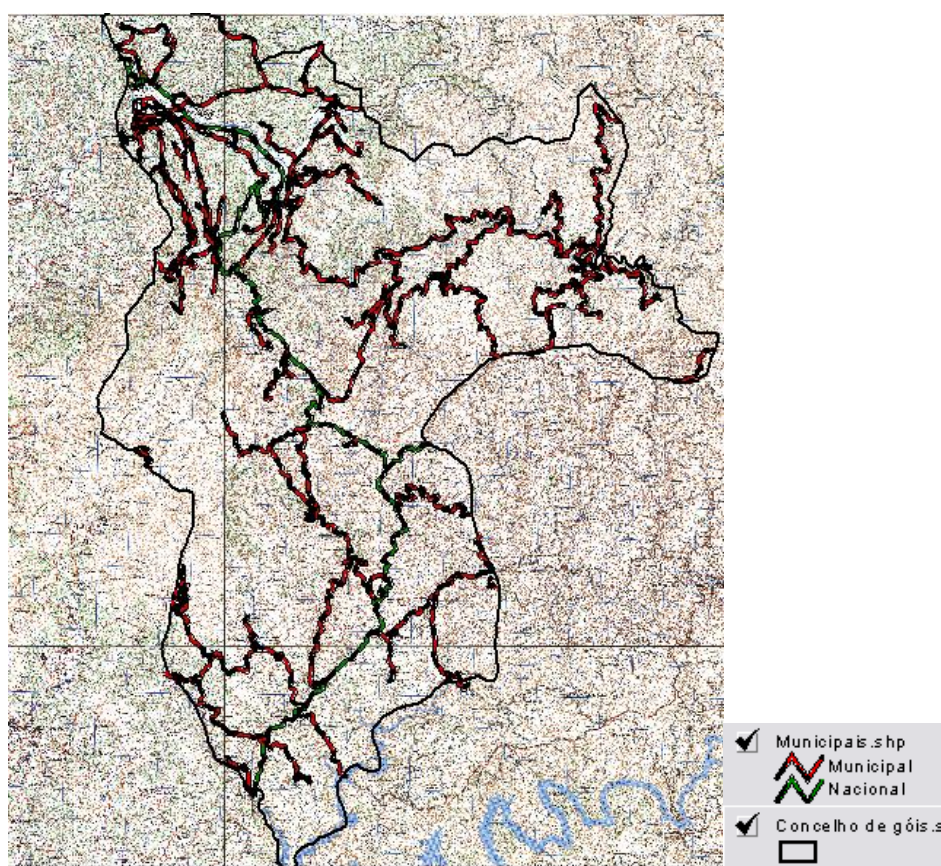
§ E.M.549 - E.N.02 (Tulha) - Chã de Alvares;

§ C.M.1387 - E.N.02 - Relva da Mó - Roda Fundeira - Roda Cimeira - Casal de Novo - E.N.02;

§ C.M.1391 - E.N.02 – Cortes;

§ C.M. 1160 - Portela do Torgal - Boiça.

Mapa 7 - Localização da rede viária a nível nacional e municipal



Fonte: Câmara Municipal de Góis

2. 4. ANÁLISE SWOT DO TERRITÓRIO

Após a caracterização genérica e sectorial do Território, importa proceder à identificação das potencialidades e possibilidades locais, bem como das suas envolventes, ao nível da análise dos seus Pontos Fortes, Fracos, Oportunidades e Ameaças.

Pontos Fortes e Pontos Fracos

	Pontos Fortes	Pontos Fracos
1. Competitividade Social		
	Existem actores locais públicos e privados, individuais e colectivos mobilizados para a concretização de iniciativas para o desenvolvimento das suas comunidades.	Insuficiente formação técnica para as questões do desenvolvimento. Desconfianças que dificultam a constituição de plataformas de parceria.
2. Competitividade Ambiental		
2.1. Solos e subsolos	Aproveitamento dos subsolos ao nível da requalificação de antigos coutos mineiros para fins turístico – pedagógicos	- Expressão reduzida de solos com aptidão agrícola
2.2. Água	Existência de linhas de água com enorme potencial turístico, já comprovado.	Possibilidades de redução da qualidade da água por intervenção e sobre-utilização humana.
2.3. Património Construído	Existência de uma arquitectura regional diversificada e pitoresca, muito do agrado dos visitantes. - Alguns monumentos de interesse público.	Insuficiente promoção e divulgação e ausência de circuitos turísticos integrados
2.4. Património arqueológico	- Recentes descobertas arqueológicas na Serra do Açor / Góis	Inexistência de cartas arqueológicas actualizadas Abandono das estações Ausência de estudos aprofundados Perigo de destruição.

2.5.Caminhos e Estradas	Recente levantamento de vários percursos em eixos turísticos integrados e complementares (Carta de lazer da Beira Serra) Existência de variadas estradas panorâmicas Criação das Vias Turísticas do Ceira e Alva	Insuficiente sinalização e promoção integrada Traçados sinuosos sem pontos de leitura da paisagem
2.6. Paisagens	Penedo de Góis e as Aldeias Serranas Paisagens imponentes e de beleza agreste	Fogos Florestais de consequências devastadoras para a fauna e flora. Desertificação das aldeias Serranas tornando-as espaços “sem vida”. Crescimento desordenado dos aglomerados mais urbanos.
2.7. Cultura Local e Tradições	Existência de variadas práticas sócio – culturais e religiosas de cariz popular, bastante atractivas. Realização sazonal de feiras, mostras e festivais de Artes Existência de variadas colectividades culturais e recreativas bastante activas (Filarmónicas, Ranchos, Tocatas, Tunas, Associações Juvenis, Comissões de Melhoramentos ,...)	- Qualidade variável dos eventos e falta da sua oferta integrada num pacote turístico - cultural, programado por períodos sazonais.

3.Competitividade Económica		
3.1 Agricultura	Investimento no desenvolvimento da Fileira Caprina Actividades Agro-pecuárias com dinamismo ao nível da cunicultura, avicultura e suinicultura. Existência de culturas tradicionais com valor de mercado. Possibilidade de desenvolvimento de práticas de agricultura biológica e outras alternativas ao modelo intensivo. Desenvolvimento da Hortofloricultura Progressiva procura dos produtos da Apicultura. Mel com Certificação/DOP Serra da Lousã Agricultura como gestora da paisagem e do ambiente.	Espírito individualista dos caprinicultores Produtores e Criadores envelhecidos, portanto mais avessos à mudança. Ausência de certificação das produções oriundas da fileira caprina Dispersão das parcelas agrícolas. Reduzida superfície com aptidão agrícola . Agricultura local em regime de subsistência. Falta de inovação nas culturas e práticas agrícolas. Produção insuficiente e de variável qualidade. Ausência de estruturas continuadas de comercialização dos produtos típicos locais.
3.2. Floresta	Existência de grandes manchas de Pinheiro Bravo e Eucalipto Existência de varias industrias espacialmente distribuídas ligadas à transformação dos produtos da floresta. Possibilidade de aproveitamento e transformação dos resíduos da Floresta, para o sector energético. Produtores Florestais constituídos em associações. Produtores Florestais motivados para o investimento na actividade florestal Rentabilidade da actividade florestal. Progressiva sensibilização para o uso múltiplo da Floresta.	Avanço excessivo da área de eucaliptal Falta de investimento na industria madeireira tradicional. Ausência de métodos e processos recorrentes de recolhas de resíduos florestais Movimento associativo dos produtores florestais ainda incipiente Reservas Quanto à introdução de novas tecnologias e formas de gestão equilibrada da floresta.

3.3. Artesanato	Existência de Artesanato de interesse, com valor e procura no mercado. Instalação de Unidades de Produção Artesanal de Queijo de Cabra e Ovelha Madeiras Trabalhadas Colheres de Pau Olaria e as Louças Pintadas à Mão Miniaturas de Xistos e Lousas Estanhos Panos de Linho	Dificuldades de inventariação de todos os produtores artesanais. Falta de qualidade em algumas produções artesanais. Dificuldades em implementar lógicas de produção para o mercado. “Aversão” à troca de experiências e à formação em gestão e marketing. Ausência de uma associação de artesãos. - Ausência de uma promoção minuciosa do artesanato associado às característica e denominação do território.
3.4. Industria	Vários pólos de localização industrial disseminados ao longo do território, com vários incentivos à fixação de investimentos. Vários Incentivos Financeiros à constituição e desenvolvimento de micro e pequenas empresas; e de grandes investimentos inovadores. Existência e Proximidade de matérias-primas, particularmente nos sectores da ligados à floresta e outras industrias transformadoras Empresas e Cooperativas de Produção e comercialização de Azeite. Pequena Industria da Panificação e Pastelaria Tradicional Empresas Produtoras de Queijo e Requeijão Industria de Madeiras, Mobiliário e Carpintaria, dinâmica e competitiva. Industria de Transformação de Granitos em crescimento. Industria Metalo-mecânica com mão de obra especializada e know-how adquirido.	Acessibilidades difíceis e afastamento dos principais mercados e pontos de abastecimento de matérias primas. Dificuldades burocrático-administrativas na legalização de terrenos. Inexistência de qualquer estrutura associativa representativa do sector. Dificuldades no acessos e percepção dos sistemas de incentivos Nacionais e Comunitários. Falta de uma imagem de marca / denominação territorial associada aos produtos locais. Maior promoção das actividades produtivas da região no país e no estrangeiro, alargando os mercados.

4. Turismo		
	Existência de Paisagem natural muito rica. Existência de Locais de interesse turístico. Publicação da Carta de Lazer da Beira Serra Recente instalação de nova e mais perceptível Sinalização Turística Existência de Postos de Informação Turística. Alojamento turístico diversificado. Qualidade das Unidades de Turismo em espaço Rural Elevação da oferta em Restauração e em Empresas de Animação Turística e Desportos de Aventura Instalação de Posto de Venda de produtos locais e existência de Espaços Museológicos de Temática Rural. Varias e diversificadas Zonas de Lazer e Parques Merendeiros. Realização de Eventos culturais e desportivos periódicos, que atraem milhares de visitantes. Possibilidades de prática de caça e pesca desportiva em áreas vocacionadas para esses fins. Condições para a atracção de Segmentos de mercado específicos, ao nível do Turismo Verde activo e Turismo de Aventura / Montanha Existência de percursos pedestres, e oferta de serviços equestres / hípicas. Edição de material promocional do Concelho. Carácter transversal do sector, com impactos significativos no tecido económico da Região.	Insuficiente promoção da denominação e das potencialidades turísticas do território, utilizando os canais e meios que ofereçam melhor retorno. Desequilíbrios territoriais na distribuição do alojamento. Sazonalidade da actividade Reduzidas taxas médias de ocupação Falta de técnicos e outro pessoal especializado na gestão e atendimento das actividades. Falta de qualidade em alguns serviços prestados. Dificuldades no acesso e desconhecimento dos Sistemas de Incentivos Financeiros à actividade turística . Melhor aproveitamento dos recursos hídricos. Insuficiente sensibilização dos actores locais para importância estratégica do sector Frac projecção nos mercados .

5. Serviços à População		
	- Existência de uma Rede de Apoio Social, direccionada para os mais idosos, crianças e residentes nas aldeias de montanha.	Sector demasiado dependente financeiramente das políticas sociais emanadas pelo governo central. Excessiva dependência de uma substancial parte das populações rurais deste conjunto de medidas.
6. Recursos Humanos		
	Grande disponibilidade de mão de obra feminina Disponibilidade de mão de obra especializada em sectores como a confecção e artes gráficas.	População envelhecida Baixos níveis de escolaridade, especialmente nas mulheres em idade activa Dificuldades de inserção profissional pós-formação. Problemas de alguma mobilidade intra e inter territorial
7. Serviços às Empresas		
	Disponibilidade de serviços prestados por empresas de Consultadoria e Assessoria Especializada (Financeira, Estudos e Projectos, publicidade, serviços gráficos e edição,...) com sede na Região Apoio Técnico Local Gratuito proporcionado pela Associação de Desenvolvimento Integrado da Beira Serra, pela Associação Florestal do Concelho de Góis, entre outras.	Serviços especializados dispendiosos e demasiado morosos Falta de um Gabinete Permanente de Apoio ao Investidor.

8. Novas Possibilidades		
	Reforço das Parcerias entre os actores públicos e Privados Aposta nas Novas Tecnologias de Informação e Comunicação, aplicadas em contextos definidos e funcionais. Papel crescente das iniciativas e investimentos produtivos protagonizadas por jovens que se instalam na região Idem para a comunidade estrangeira, que aposta muito nas potencialidades naturais da região. Importância crescente do papel mobilizador das associações juvenis	Ausência de formação e sensibilização para as virtualidades do Desenvolvimento Local. Resistências individuais e institucionais à adopção das NTIC e sua aplicação em projectos mobilizadores. Acções de cooperação pouco produtivas Desconfiança em relação à inovação, quer em termos de métodos quer em termos de práticas. Dificuldades de integração e desconhecimento das oportunidades e estrangulamentos do território por parte da população neo-local.

Oportunidades e Ameaças

	Oportunidades	Ameaças
1. Competitividade Social		
	Criação de estruturas associativas e plataformas de parceria alargada, como consequência do alastramento do espírito de parceria para o desenvolvimento.	Perder as oportunidades no âmbito dos apoios Nacionais e Comunitários para a instalação de parcerias fortes e produtivas, desperdiçando o capital de confiança mutua que daí advém, tendo em conta os desafios do futuro.
2. Competitividade Ambiental		
2.1. Solos e subsolos	Incentivar uma mais racional e produtiva utilização dos solos, através da mobilização de Apoio Técnico Especializado	- Abandono gradual e desinteresse pelas práticas agrícolas, envelhecimento progressivo da população agrícola, aumento das áreas incultas e surgimento de focos de desertificação física.
2.2. Água	Valorizar como capital de futuro todos os recursos hídricos, aproveitando as complementaridades dos Apoios Comunitários e as políticas nacionais para a Água	- Surgimento de potenciais focos de poluição das linhas de água que podem motivar a interdição de praias fluviais, e a redução genérica da sua qualidade.
	- Incentivar investimentos para aproveitamento da água para consumo.	- Idem
2.3. Património Construído	- Recuperar aldeias de interesse turístico e outro património existente, criando alojamento turístico, museus de temática rural e postos de venda e atendimento	Progressiva degradação do património, em resultado do continuado abandono das aldeias rurais. Adulteração progressiva da fisionomia típica das aldeias e da arquitectura tradicional.

2.4. Património arqueológico	- Elaboração de cartas arqueológicas integradas, explorando o potencial turístico e pedagógico dos achados, activando em simultâneo as respectivas estações.	Potencial abandono de alguns achados e sítios de interesse arqueológico, após as primeiras intervenções.
2.5. Caminhos e Estradas	- Criar ou beneficiar com o recurso às medidas apropriadas dos Programas Nacionais e Comunitários, percursos, caminhos rurais e estradas panorâmicas de qualidade, nos eixos prioritários de interesse turístico.	Abandono definitivo destas infra – estruturas, que cairão inevitavelmente em desuso e no esquecimento, degradando-se um importante recurso.
2.6. Paisagens	Valorizar e promover o enorme potencial paisagístico do Concelho, enquanto património de futuro que é imperioso preservar. Instalação de guardiões da montanha e da floresta. Aproveitamento da orografia da Região para a instalação de Parques Eólicos para produção de energia eléctrica	Eclosão de violentos fogos florestais, que dizimam anualmente a floresta, as encostas de arbustos e algum património rural. Progressivo abandono das terras e das aldeias, desumanizando a paisagem.
2.7. Cultura Local e Tradições	Efectuar a exploração integrada e complementar destes recursos com fins turístico – culturais, animando a par as comunidades rurais e as suas instituições. Criação de condições para a perpetuação da memória colectiva das gentes rurais	- Risco de progressiva desactivação de algumas instituições e práticas populares em resultado do gradual envelhecimento das populações rurais e da fuga de jovens para os espaços urbanos.

3. Competitividade Económica		
3.1 Agricultura	Valorização da caprinicultura como actividade de futuro. Protecção e Certificação das produções resultantes da caprinicultura (Queijo de cabra, carne de Cabrito,...) Incentivarem-se práticas de agricultura biológica e outras ambientalmente sustentáveis e geradoras de rendimentos. Criação de circuitos e estruturas de comercialização e distribuição das produções endógenas. Reforço e operacionalização do movimento associativo ou sua mobilização. Melhoria da qualidade dos produtos endógenos ao nível da produção, embalagem e comercialização. Mobilização para o trabalho em rede e para a cooperação dos vários sectores complementares.	Abandono progressivo das actividades do sector agrícola. Envelhecimento progressivo da população ocupada no sector. Pouca atractividade para os jovens Decréscimo do número de jovens agricultores. Decréscimo dos rendimentos provenientes do sector agro-pecuário Dificuldades na implementação de melhorias técnicas e tecnológicas Forte concorrência por parte de produtores externos em regime intensivo. Insuficiente rede de apoio e controle sanitário às explorações. Dificuldades na colocação das produções no mercado, fora dos circuitos de distribuição tradicionais. Resistências à inovação e implementação do saber adquirido nas acções de formação.

3.2. Floresta	Racionalização do uso e exploração dos recursos florestais, enquanto actividade altamente rentável, a que é necessário dar sustentabilidade futura. Introdução de novos e mais racionais métodos e tecnologias na exploração da floresta. Mobilização e operacionalização da Associação de Produtores florestais. Utilização dos substanciais meios financeiros postos à disposição da região, onde o sector se assume como prioritário. Manutenção de Equipas de sapadores florestais, para primeiras intervenções no combate a incêndios.	Extrema sensibilidade da floresta aos incêndios florestais. Ocorrência de elevado numero de fogos florestais, habitualmente com enormes manchas de área ardida. Incipientes planos de ordenamento florestal e reflorestação. Pequena dimensão da propriedade florestal. Algum desconhecimento das oportunidades proporcionadas pelos incentivos Nacionais e Comunitários.
3.3. Artesanato	Melhorar e qualificar a produção. Criar uma imagem de marca e denominação associada ao Concelho. Mobilizar e integrar os artesãos, associando-os sectorialmente. Proporcionar-lhes acções de formação e trocas de experiências nos domínios do design e marketing . Criar redes de promoção, comercialização e distribuição de artesanato. Proporcionar acções de demonstração “ao vivo”, especialmente nos meios urbanos e grandes superfícies comerciais.	Envelhecimento e desmotivação dos artesão mais idosos. Desinteresse pela aprendizagem por parte dos mais novos. Perda gradual de algum do know-how adquirido. Vista como actividade complementar, com produções irregulares e de qualidade variável. Resistências à inovação à assumpção de novas perspectivas para as actividades.

3.4. Industria	Diversificação do tecido produtivo industrial. Dinamização dos Pólos Industriais existentes no Concelho. Possibilidades de introdução de novos métodos e tecnologias nas linhas de produção. Aposta prioritária na inovação empresarial. Apostar na introdução das novas tecnologias de informação e comunicação. Apostar na criação de plataformas associativas sectoriais com capacidade reivindicativa e negocial. Possibilidade de desenvolvimento de projectos integrados de promoção e acesso a novos mercados. Reforço da qualificação da mão de obra.	Lenta melhoria das acessibilidades da Região. Insuficiente implantação das modernas técnicas de gestão, design e marketing. Ausência de investigação no sector local em parceria com as Universidades. Insuficiente aposta em estratégias consequentes de promoção no exterior e fixação de marcas e labels.
-----------------------	---	--

4. Turismo		
	Possibilidades de forte investimento no sector, com carácter estratégico, apostando nas potencialidades locais. Criar mais e melhor alojamento turístico. Criação e beneficiação de Zonas de Lazer e infra- estruturas de temática rural. Valorização das principais linhas de água e equipamentos turísticos envolventes. Introdução de novas actividades turísticas. Reforço da qualidade dos serviços prestados, ao nível da animação turística Aposta preferencial na implementação de serviços turísticos integrados e de excelência Reforço da rede de informação turística e sua complementaridade territorial. Reforço da rede de sinalização turística com instalação de leitores de paisagem em áreas criadas e preparadas para esse efeito, explorando as estradas panorâmicas e a rede de percursos Desenvolver projectos de parceria e cooperação	Insuficiente promoção da denominação e das potencialidades turísticas da região, utilizando os canais e meios que ofereçam melhor retorno. Desequilíbrios territoriais na distribuição do alojamento. Sazonalidade da actividade Reduzidas taxas médias de ocupação Falta de técnicos e outro pessoal especializado na gestão e atendimento das actividades. Sector com factores debilidades estruturais. Forte concorrência de outros territórios similares, com outras mais valias já concretizadas . Potencial degradação do equipamentos hoteleiros e das unidades de alojamento e restauração por falta de investimento. Reduzida frequência de acções de formação especializadas. Falta de apoio técnico e consultadoria especializada. Ausência de estudos técnicos aprofundados sobre as potencialidades da região, sua atractividade e valor de mercado.
5. Serviços à População		
	Reforço da Rede de Apoio Social. Contribuir para o reforço a coesão social do território. Combater a exclusão sob todas as formas e integrar social e profissionalmente os grupos de risco.	- Constrangimentos decorrentes dos problemas demográficos da região: elevado índice de envelhecimento da população; taxa de dependência total igualmente alta, baixa taxa de natalidade e êxodo rural.

6. Recursos Humanos		
	Possibilidade de implementação de acções de formação de acordo com as necessidades do território. Reforço da qualificação e das competências dos recursos humanos da região.	Problemas de inserção social e profissional, com o arrastamento de processos de integração e dependência de sucessivos programas de intervenção social.
7. Serviços às Empresas		
	Alargar o numero e qualidade dos serviços técnicos prestados.	Sector muito concorrencial, dependente das oportunidades proporcionadas pelos sucessivos Quadros Comunitários de Apoio.
8. Novas Possibilidades		
	Condições para a instalação de industrias nas diferentes zonas industriais do Concelho. Criação de novos empregos / fixação das populações. Novas abordagens para o desenvolvimento local. Instituição formal de parcerias activas. As NTIC como prioridade estratégica. Possibilidades incontáveis de trabalho em rede e cooperação dos actores locais. A inovação empresarial surge a qualquer momento. Colocar a criatividade dos agentes locais ao serviço do Concelho, criando plataformas e estruturas para o seu encaminhamento e concretização.	Desmobilização dos agentes do território face a dificuldades burocrático-administrativas. Entraves à inovação em resultado de limitações regulamentares. Dificuldades de percepção dos mecanismos e Sistemas de Apoio Comunitário.

II PARTE
ENQUADRAMENTO E CARACTERIZAÇÃO
DA EDUCAÇÃO NO CONCELHO

1. CARACTERIZAÇÃO E EVOLUÇÃO DO SISTEMA EDUCATIVO

Neste ponto vai ser traçado um quadro retrospectivo e prospectivo da procura do ensino no concelho, bem como, a avaliação dos níveis de escolarização, de sucesso e de abandono escolar nos últimos anos. Vai ser igualmente apresentado as condições de funcionamento do parque escolar existente.

1.2. Enquadramento Geral da Educação e Ensino

Quadro 17- Distribuição da população segundo o nível de ensino (2001)

Góis	Nenhum Nível	1º Ciclo E.B.	2º Ciclo E.B.	3º Ciclo E.B.	Ensino Secundário	Ensino Médio	Ensino Superior	Total
H/M	999	2326	527	494	380	7	128	4861
H	343	1164	282	262	174	4	50	2279
M	656	1162	245	232	206	3	78	2582
% Total	20,5	47,8	10,8	10,16	7,8	0,15	2,7	100%

Fonte: INE – Recenseamentos Gerais da População, Censos 1991 e 2001

Quadro 18 – Taxas de Analfabetismo – 1991/2001

Concelho de Góis	
1991	2001
21,6	17,6

Fonte: INE – Recenseamentos Gerais da População, Censos 1991 e 2001

De acordo com os Censos de 1991, 21,6% da população concelhia não sabia ler nem escrever, enquanto os Censos de 2001 revelam que 17,6% da população do concelho não concluiu qualquer nível de ensino.

Para colmatar as questões ligadas ao analfabetismo/baixo nível de instrução, é importante fomentar a educação de adultos bem como possibilitar o acesso aos Centros de Reconhecimento e Certificação de Competências.

1.3. A Procura da Educação, Ensino e Formação

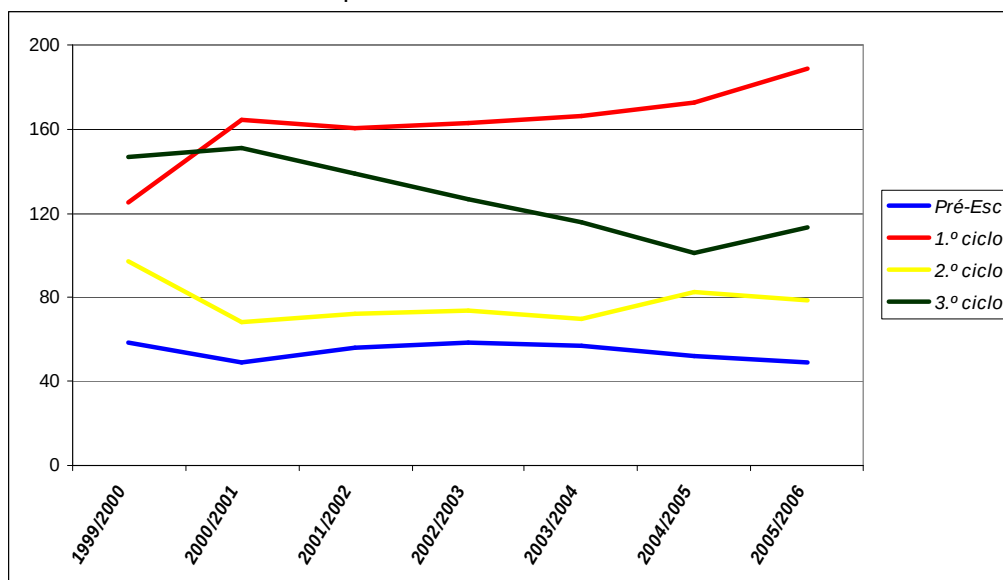
O concelho de Góis tem conhecido nos últimos anos uma evolução negativa ao nível do número de escolas, fruto de uma tendência demográfica que teve como consequência o encerramento progressivo de escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico.

Quadro 19 – Alunos a Frequentar o Ensino no concelho de Góis entre 1999 a 2006

	Pré-Esc	1.º ciclo	2.º ciclo	3.º ciclo
1999/2000	59	125	97	147
2000/2001	49	165	68	151
2001/2002	56	161	72	139
2002/2003	59	163	74	127
2003/2004	57	166	70	116
2004/2005	52	173	83	101
2005/2006	49	189	79	113

Fonte: Arquivo do Agrupamento de Escolas do concelho de Góis, 2006

Gráfico 16 - Alunos a Frequentar o Ensino no concelho de Góis entre 1999 a 2006



Fonte: Arquivo do Agrupamento de Escolas do concelho de Góis, 2006

1.3.1. A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

A Lei Quadro da Educação Pré-Escolar, Lei nº5/97, de 10 de Fevereiro, enuncia, no seu artigo 10º, os objectivos da Educação Pré-Escolar:

- a) Promover o desenvolvimento pessoal e social da criança com base em experiências de vida democrática numa perspectiva de educação e cidadania;
- b) Fomentar a inserção da criança em grupos sociais diversos, no respeito pela pluralidade das culturas, favorecendo uma progressiva consciência do seu papel como membro da sociedade;
- c) Contribuir para a igualdade de oportunidades no acesso à escola e para o sucesso da aprendizagem;
- d) Estimular o desenvolvimento global da criança, no respeito pelas suas características individuais, inculcando comportamentos que favoreçam aprendizagens significativas e diversificadas;
- e) Desenvolver a expressão e a comunicação através da utilização de linguagens múltiplas como meios de relação, de informação, de sensibilização, estética e de compreensão do mundo;
- f) Despertar a curiosidade e o pensamento crítico;
- g) Proporcionar a cada criança condições de bem-estar e de segurança, designadamente no âmbito da saúde individual e colectiva;
- h) Proceder à despistagem de inadaptações, deficiências e precocidades, provendo a melhor orientação e encaminhamento da criança;
- i) Incentivar a participação das famílias no processo educativo e estabelecer relações de efectiva colaboração com a comunidade.

Tem sido com base nestes pressupostos, que no concelho de Góis foi criada uma Rede de Equipamentos de Educação Pré-Escolar, por iniciativa pública e privada, que tem vindo a ser melhorada, quer ao nível da qualidade das condições físicas, quer ao nível do apetrechamento.

O plano de expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar, permitiu implementar ao nível concelhio uma rede de parcerias, respondendo de forma eficaz e eficiente às reais necessidades das famílias: a cedência de transportes, a prestação de refeições quentes e a consolidação da Componente de Apoio à Família, têm contribuído para aumentar o interesse das famílias pela Educação Pré-Escolar.

Quadro 20 – Jardins de Infância do concelho de Góis
Ano Lectivo 2005/06

Identificação dos Jardins de Infância		Frequência
Jardim de Infância de Góis	Rede Pública	22
Jardim de Infância de Vila Nova do Ceira	Rede Pública	21
Jardim de Infância de Ponte do Sótão	Rede Pública	6
Jardim de Infância de Cortes – Alvares	Rede Privada	8
Jardim de Infância do Centro Social Rocha Barros	Rede Privada	47

Fonte: Agrupamento de Escolas de Góis, Centro Social Rocha Barros, Centro Paroquial S.S. da freguesia de Alvares, 2006

Quadro 21 – Pré-Escolar /Rede Pública
Ano lectivo 2005/2006

Jardim de Infância	Grupo de 3 Anos	Grupo de 4 Anos	Grupo de 5 Anos	Total
Góis	1	7	14	22
Ponte do Sótão	2	3	1	6
Vila Nova do Ceira	8	7	6	21
TOTAL	11	17	21	49

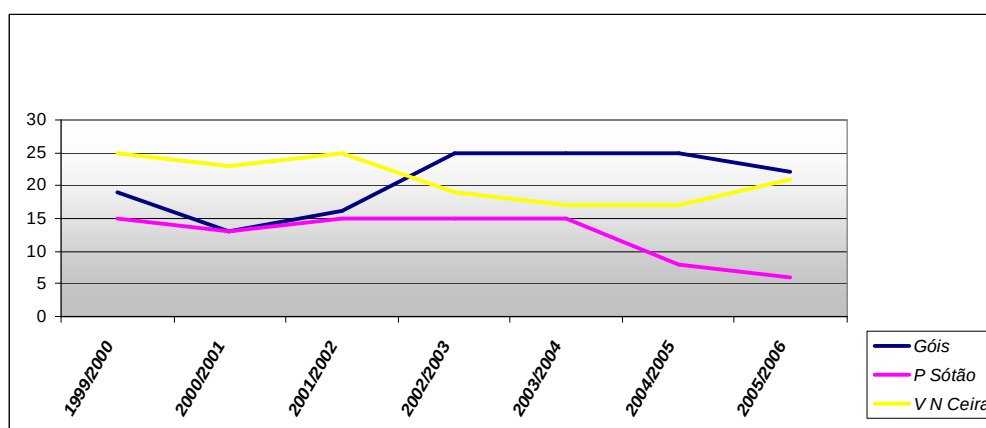
Fonte: Agrupamento de Escolas de Góis, 2006

Quadro 22 - Estabelecimentos do Pré-Escolar/Rede Pública
Frequência 1999/2006

	<i>Góis</i>	<i>Ponte do Sótão</i>	<i>Vila Nova do Ceira</i>
<i>1999/2000</i>	19	15	25
<i>2000/2001</i>	13	13	23
<i>2001/2002</i>	16	15	25
<i>2002/2003</i>	25	15	19
<i>2003/2004</i>	25	15	17
<i>2004/2005</i>	25	8	17
<i>2005/2006</i>	22	6	21

Fonte: Agrupamento de Escolas de Góis, 2006

Gráfico 17 - Estabelecimentos do Pré-Escolar/Rede Pública
Frequência 1999/2006



Fonte: Agrupamento de Escolas do concelho de Góis, 2006

De acordo com o Quadro nº 19 pode aferir-se que é o Jardim de Infância da rede pública localizado na sede de concelho que concentra o maior número de crianças. O Jardim de Infância de Ponte do Sótão apresenta uma taxa de frequência no presente ano lectivo, na ordem dos 25%, situação que urge colmatar com o cumprimento da legislação em vigor, a qual obriga a que as crianças sejam matriculadas nos estabelecimentos de ensino da área de residência.

Fig. 1 – Jardim de Infância de Góis/Rede Pública



Localização: Góis (Freguesia de Góis)

Nível de Ensino: Pré-Escolar

Nº salas: 1

Capacidade: 25 alunos

Nº de Alunos (2005/2006): 22

Pessoal docente: 1

Pessoal não docente: 1

Observações: A componente de apoio à família funciona no mesmo edifício em sala separada.

Fig. 2 – Jardim de Infância de Ponte do Sótão/Rede Pública



Localização: Ponte do Sotão (Freguesia de Góis)

Nível de Ensino: Pré-Escolar

Nº salas: 1

Capacidade: 25 alunos

Nº de Alunos (2005/2006): 6

Pessoal docente: 1

Pessoal não docente: 1

Observações: A componente de apoio à família funciona no mesmo edifício em sala separada.

Fig. 3 - Jardim de Infância de Vila Nova do Ceira /Rede Pública



Localização: Várzea Grande (Freguesia de Vila Nova do Ceira)

Nível de Ensino: Pré-Escolar

Nº salas: 1

Capacidade: 25 alunos

Nº de Alunos (2005/2006): 21

Pessoal docente: 1

Pessoal não docente: 1

Observações: A componente de apoio à família funciona no mesmo edifício em sala separada.

Pré-Escolar / Rede Privada

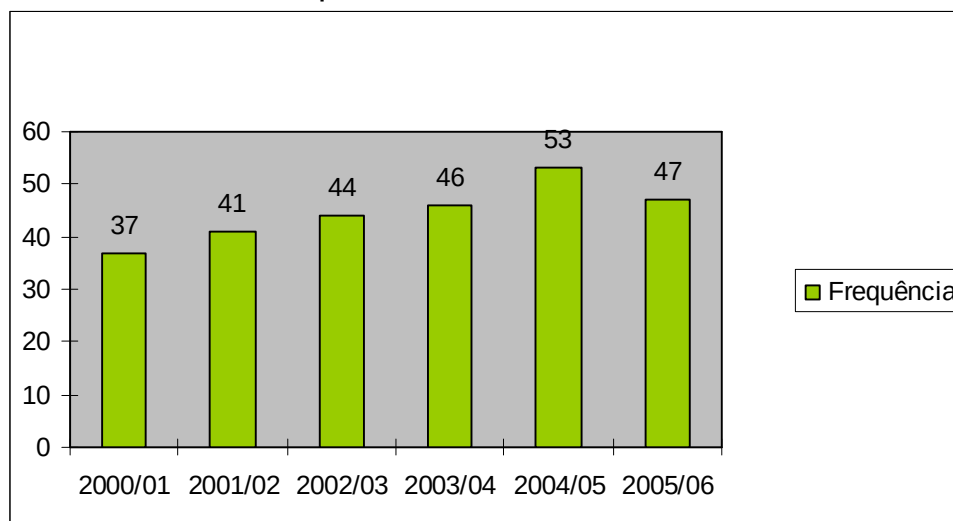
Centro Social Rocha Barros

Quadro 23 - Frequência Escolar 2000/2006

Ano	Frequência	Nº Salas
2000/01	37	2
2001/02	41	2
2002/03	44	2
2003/04	46	2
2004/05	53	2
2005/06	47	2

Fonte: Centro Social Rocha Barros, 2006

Gráfico 18 - Centro Social Rocha Barros/Jardim de Infância
Frequência Escolar 2000/2006



Fonte: Centro Social Rocha Barros, 2006

Fig. 4 - Jardim de Infância – Centro Social Rocha Barros



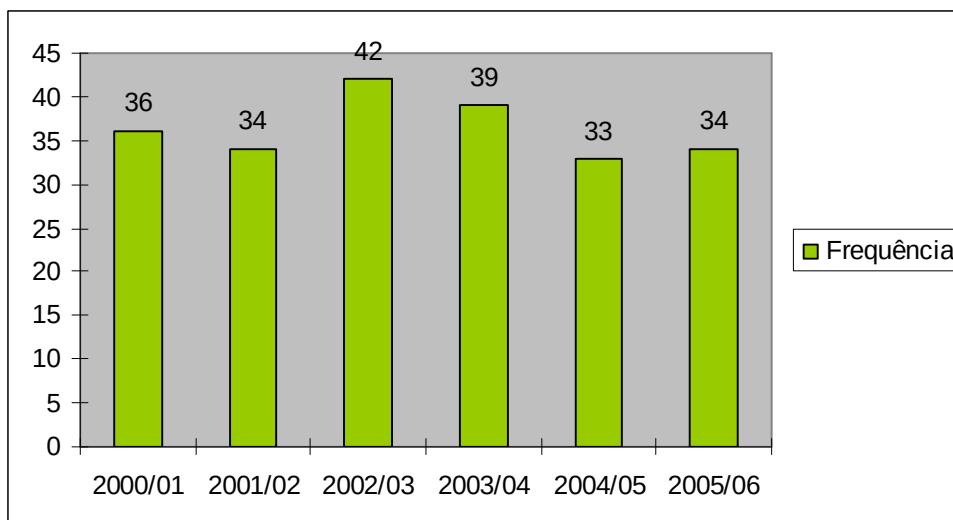
Localização: Góis (Freguesia de Góis)
Nível de Ensino: Pré-Escolar
Nº salas: 2
Capacidade: 25 alunos p/ sala
Nº de Alunos (2005/2006): 47
Pessoal docente: 2
Pessoal não docente: 4

Quadro 24 - Creche/Centro Social Rocha Barros
Frequência 2000/2006

Ano	Frequência
2000/01	36
2001/02	34
2002/03	42
2003/04	39
2004/05	33
2005/06	34

Fonte: Centro Social Rocha Barros, 2006

Gráfico 19 -Creche – Centro Social Rocha Barros
Frequência 2000/2006



Fonte: Centro Social Rocha Barros, 2006

O Jardim de Infância do Centro Social Rocha Barros é o estabelecimento de Educação Pré-Escolar que concentra o maior número de crianças na faixa etária dos três aos seis anos. Trata-se de uma Instituição de direito privado sem fins lucrativos (IPSS), cujo funcionamento resulta de Acordos de Cooperação celebrados com a Segurança Social e das participações familiares.

O Centro Paroquial de Solidariedade Social da Freguesia de Alvares é igualmente uma IPSS, cuja sustentabilidade depende, tal como o Centro Social Rocha Barros, dos financiamentos da Segurança Social e das participações familiares.

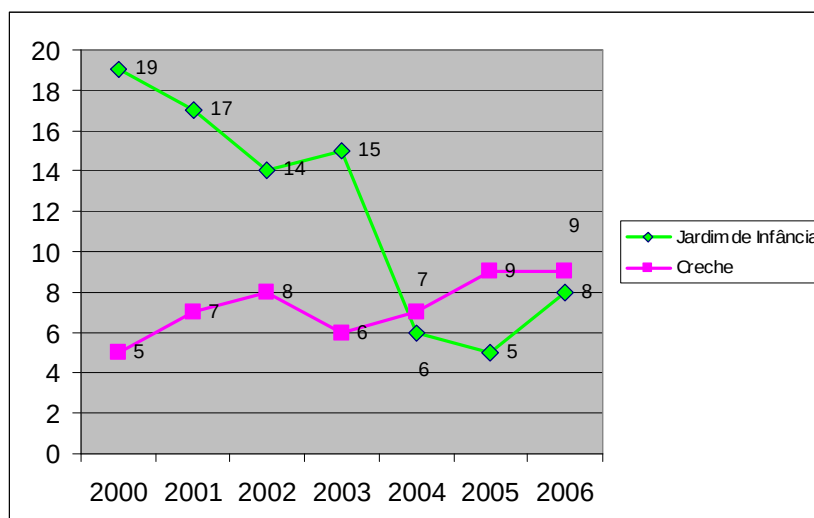
Centro Paroquial de Solidariedade Social da Freguesia de Alvares

Quadro 25 - Creche e Jardim de Infância de Cortes
Frequência 2000/2006

Ano	Creche	Jardim de Infância
2000	5	19
2001	7	17
2002	8	14
2003	6	15
2004	7	6
2005	9	5
2006	9	8

Fonte: Centro Paroquial de Solidariedade Social da Freguesia de Alvares

Gráfico 20 - Creche e Jardim de Infância de Cortes
Frequência 2000/2006



Fonte: Centro Paroquial de Solidariedade Social da Freguesia de Alvares

Fig. 5 – Jardim de Infância de Cortes



Localização: Cortes (Freguesia de Alvares)
Nível de Ensino: Pré-Escolar
Nº salas: 1
Capacidade: 25 alunos
Nº de Alunos (2005/2006): 8
Pessoal docente: 1
Pessoal não docente: 1

1.3.2. ENSINO BÁSICO

Quadro 26 - Ano Lectivo 2005/2006

ESCOLA	1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO	TOTAL
Alvares	3	1	2	2	8
Bordeiro	4	6	5	5	20
Colmeal	0	1	3	1	5
Cortes	4	2	3	1	10
Góis	26	22	21	15	84
Ponte do Sótão	1	10	1	6	18
Vila Nova do Ceira	8	18	7	9	42
TOTAL	46	60	42	39	187

Fonte: Agrupamento de Escolas de Góis, 2006

O concelho de Góis tem actualmente em funcionamento 7 escolas do 1º CEB, sendo que o universo de alunos é de 187, no presente ano lectivo.

Na última década, encerraram no concelho de Góis, mais de uma dezena de escolas (em 1989/90 funcionavam 19 Eb1 no concelho), fruto da desertificação, do envelhecimento populacional, e, consequentemente da reduzida taxa de natalidade.

O encerramento das Escolas altera naturalmente as dinâmicas locais e gera “vazios” nas aldeias. Contudo e numa óptica de revitalização das aldeias mais isoladas do concelho e no sentido de rentabilizar recursos, os edifícios escolares devolutos têm sido cedidos pela Câmara Municipal, a diversas organizações de direito privado sem fins lucrativos, nomeadamente às Comissões de Melhoramentos, para ali serem instalados serviços de cariz social, recreativo e/ou cultural.

Escola Básica do 1º Ciclo - Alvares

Quadro 27 – Frequência Escolar
(1999/2006)

	1.º	2.º	3.º	4.º	TOTAL
1999/2000	2	1	3	1	7
2000/2001	1	3	2	10	16
2001/2002	2	2	2	6	12
2002/2003	0	2	3	1	6
2003/2004	2	2	0	3	7
2004/2005	2	2	2	0	6
2005/2006	3	1	2	2	8

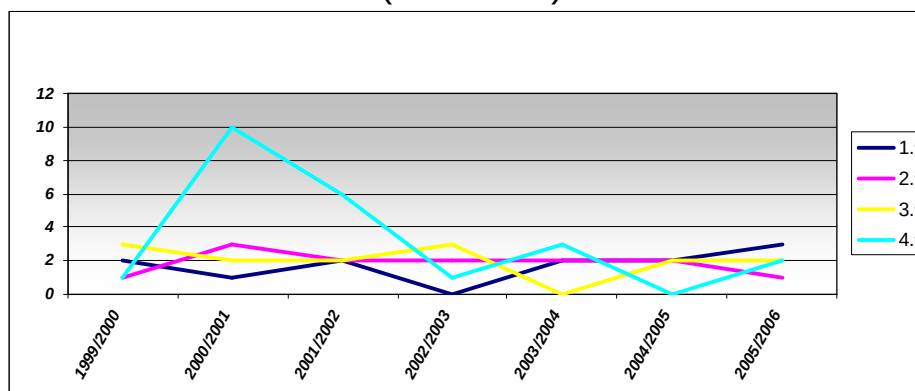
Gráfico 21 - Frequência Escolar
(1999/2006)

Fig. 6 – E.B. 1 de Alvares



Localização: Alvares (Freguesia de Alvares)
 Nível de Ensino: 1º ciclo do Ensino Básico
 Nº salas: 2
 Capacidade: 25 alunos p/ sala
 Nº de Alunos (2005/2006): 8
 Pessoal Docente: 1
 Pessoal não Docente: 1
 Observações: Uma das salas funciona como ATL.

Escola Básica do 1º Ciclo – Bordeiro

Quadro 28 – Frequência Escolar
(1999/2006)

	1.º	2.º	3.º	4.º	TOTAL
1999/2000	1	4	4	2	11
2000/2001	4	2	4	4	14
2001/2002	2	4	2	5	13
2002/2003	2	2	4	2	10
2003/2004	4	2	3	1	10
2004/2005	6	4	5	1	16
2005/2006	4	6	5	5	20

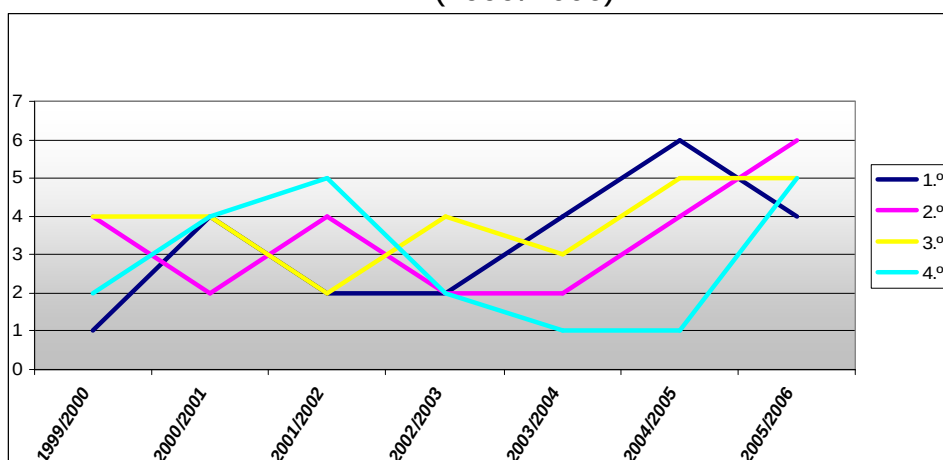
Gráfico 22 – Frequência Escolar
(1999/2006)

Fig. 7 – E.B. 1 de Bordeiro



Localização: Bordeiro (Freguesia de Góis)
 Nível de Ensino: 1º ciclo do Ensino Básico
 Nº salas: 2
 Capacidade: 25 alunos p/ sala
 Nº de Alunos (2005/2006): 20
 Pessoal Docente: 2
 Pessoal não Docente: 1

Escola Básica do 1º Ciclo - Cortes

Quadro 29 – Frequência Escolar
(1999/2006)

	1.º	2.º	3.º	4.º	TOTAL
1999/2000	2	5	1	3	11
2000/2001	3	3	4	1	11
2001/2002	3	3	3	4	13
2002/2003	2	4	1	4	11
2003/2004	4	2	3	1	10
2004/2005	3	2	2	3	10
2005/2006	4	2	3	1	10

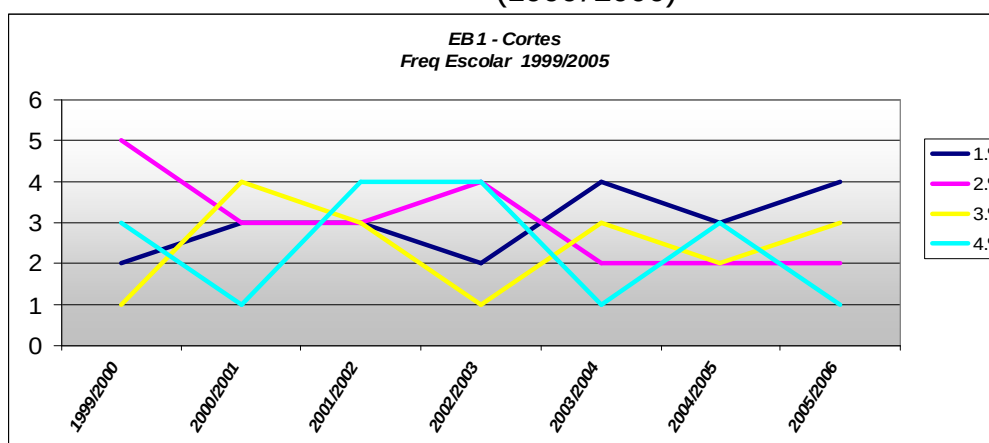
Gráfico 23 - Frequência Escolar
(1999/2006)

Fig. 8 – E.B. 1 de Cortes



Localização: Cortes (Freguesia de Alvares)
 Nível de Ensino: 1º ciclo do Ensino Básico
 Nº salas: 2
 Capacidade: 25 alunos p/ sala
 Nº de Alunos (2005/2006): 10
 Pessoal Docente: 1
 Pessoal não Docente: 1
 Observações: Uma das salas encontra-se devoluta.

Escola Básica do 1º Ciclo – Colmeal

Quadro 30 – Frequência Escolar
(1999/2006)

	1.º	2.º	3.º	4.º	TOTAL
1999/2000	0	1	1	2	4
2000/2001	2	0	1	0	3
2001/2002	2	1	0	2	5
2002/2003	0	7	1	0	8
2003/2004	3	3	3	1	10
2004/2005	0	4	1	2	7
2005/2006	0	1	3	1	5

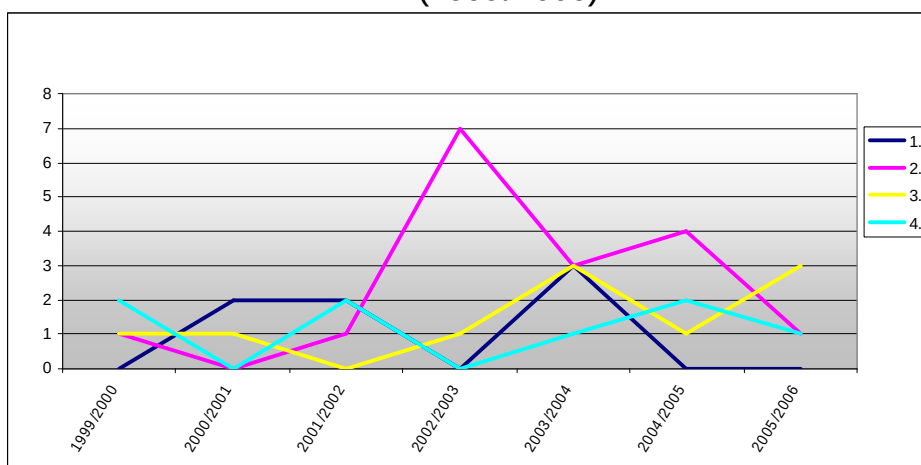
Gráfico 24 – Frequência Escolar
(1999/2006)

Fig. 9 – E.B. 1 de Colmeal



Localização: Colmeal (freguesia de Colmeal)
 Nível de Ensino: 1º ciclo do Ensino Básico
 Nº salas: 1
 Capacidade: 25 alunos
 Nº de Alunos (2005/2006): 5
 Pessoal Docente: 1
 Pessoal não Docente: 1
 Observações: No ano lectivo de 2006/2007 vai ser suspensa

Escola Básica do 1º Ciclo – Góis

Quadro 31 – Frequência Escolar
(1999/2006)

	1.º	2.º	3.º	4.º	TOTAL
1999/2000	12	14	14	14	54
2000/2001	27	14	14	18	73
2001/2002	11	29	14	13	67
2002/2003	18	16	27	14	75
2003/2004	18	16	27	14	75
2004/2005	18	24	15	17	74
2005/2006	26	22	21	15	84

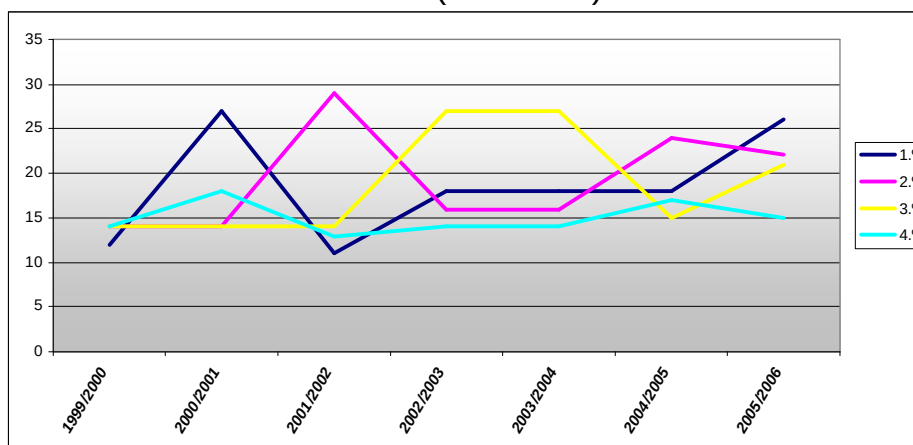
Gráfico 25 – Frequência Escolar
(1999/2006)

Fig. 10 – E.B.1 de Góis



Localização: Góis (Freguesia de Góis)
 Nível de Ensino: 1º ciclo do Ensino Básico
 Nº salas: 4
 Capacidade: 25 alunos p/ sala
 Nº de Alunos (2005/2006): 84
 Pessoal Docente: 7
 Pessoal não Docente: 6
 Observações: Neste edifício funciona também o Jardim de Infância. Dispõe ainda de Refeitório, Sala de Reuniões, Salas de ATL/Componente de Apoio à Família e Sala de Multimédia.

Escola Básica do 1º Ciclo – Ponte do Sótão

**Quadro 32 – Frequência Escolar
(1999/2006)**

	1.º	2.º	3.º	4.º	TOTAL
1999/2000	2	7	1	2	12
2000/2001	3	2	7	4	16
2001/2002	6	4	2	7	19
2002/2003	5	6	3	7	21
2003/2004	1	6	5	4	16
2004/2005	9	2	6	5	22
2005/2006	1	10	1	6	18

**Gráfico 26 – Frequência Escolar
(1999/2006)**

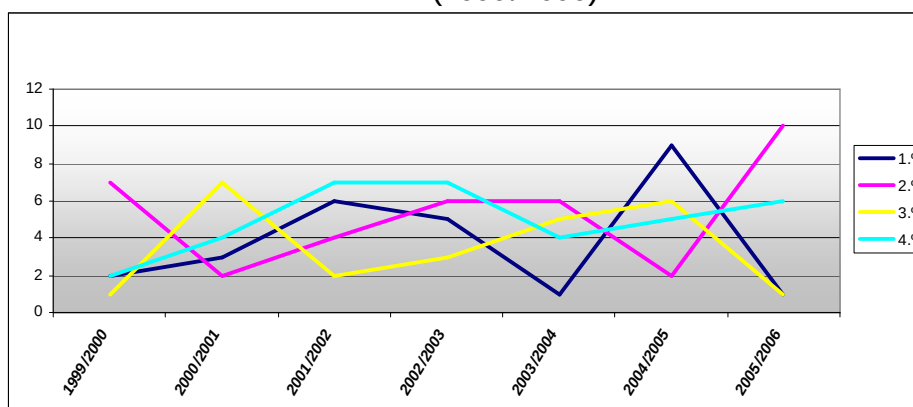


Fig. 11 – E.B.1 de Ponte do Sotão



Localização: Ponte do Sótão (Freguesia de Góis)
 Nível de Ensino: 1º ciclo do Ensino Básico
 Nº salas: 2
 Capacidade: 25 alunos p/ sala
 Nº de Alunos (2005/2006): 18
 Pessoal Docente: 1
 Pessoal não Docente: 1

Observações: Uma das salas funciona como ATL.

Escola Básica do 1º Ciclo – Vila Nova do Ceira

**Quadro 33 – Frequência Escolar
(1999/2006)**

	1.º	2.º	3.º	4.º	TOTAL
1999/2000	6	6	8	6	26
2000/2001	12	7	7	6	32
2001/2002	6	12	7	7	32
2002/2003	8	7	9	8	32
2003/2004	9	8	8	8	33
2004/2005	12	11	7	8	38
2005/2006	8	18	7	9	42

**Gráfico 27 – Frequência Escolar
(1999/2006)**

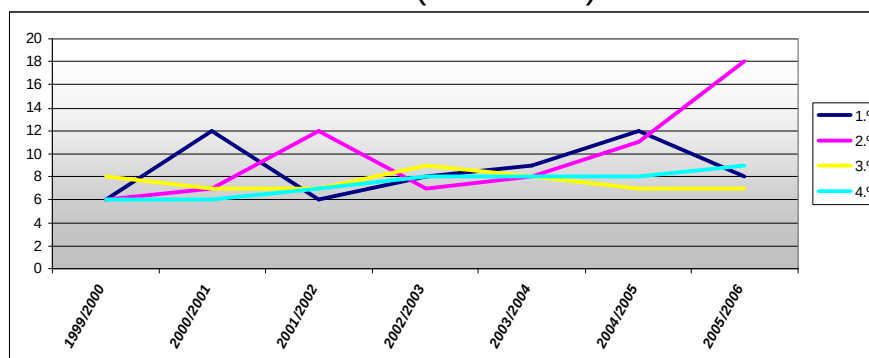


Fig. 12 – E.B. 1 de Vila Nova do Ceira



Localização: Vila Nova do Ceira (Freguesia de Vila Nova do Ceira)
 Nível de Ensino: 1º ciclo do Ensino Básico
 Nº salas: 2
 Capacidade: 25 alunos p/ sala
 Nº de Alunos (2005/2006): 42
 Pessoal Docente: 2
 Pessoal não Docente: 3

**Quadro 34 – Evolução da População Escolar e Taxas de Ocupação
1.º Ciclo do Ensino Básico**

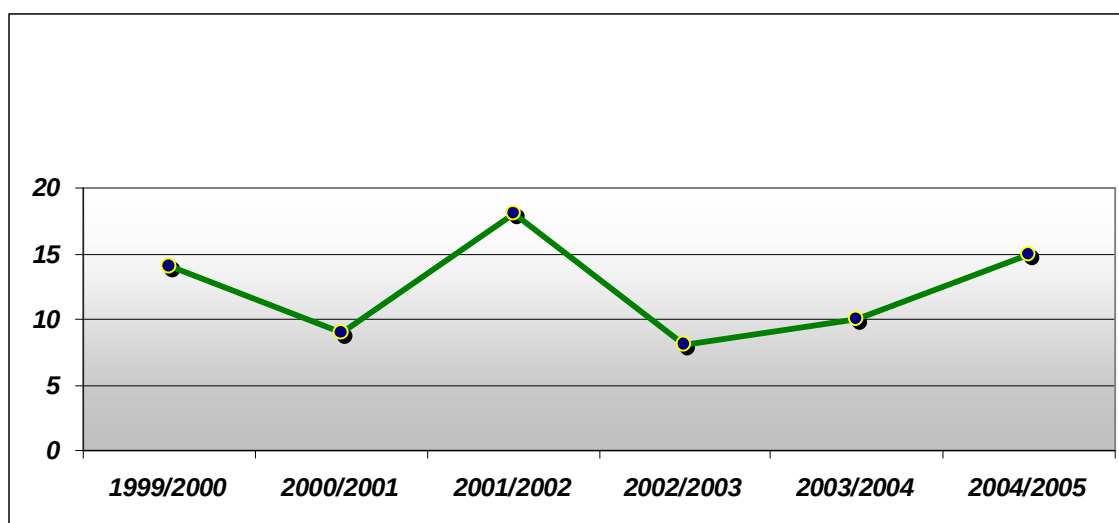
EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO ESCOLAR E TAXAS DE OCUPAÇÃO 2001/02 a 2005/06												
	Tipologia	Capacidade em	2001/02		2002/03		2003/04		2004/05		2005/06	
ESCOLAS		Alunos	Alunos	Taxas	Alunos	Taxas	Alunos	Taxas	Alunos	Taxas	Alunos	Taxas
Alvares	1.º CEB	50	12	24%	6	12%	7	14%	6	12%	8	16%
Bordeiro	1.º CEB	50	13	26%	10	20%	10	20%	16	32%	20	40%
Cortes	1.º CEB	50	13	26%	11	22%	10	20%	10	20%	10	20%
Colmeal	1.º CEB	25	5	20%	8	32%	10	40%	7	28%	5	20%
Góis	1.º CEB	100	67	67%	75	75%	75	75%	74	74%	84	84%
Ponte do Sotão	1.º CEB	50	19	38%	21	42%	16	32%	22	44%	18	36%
Vila Nova do Ceira	1.º CEB	50	32	64%	32	64%	33	66%	38	76%	42	84%
TOTAL		375	161	43%	163	44%	161	43%	173	46%	187	50%

Quadro 35 – Retenções 1º Ciclo/Concelho de Góis
(1999/2005)

Ano Lectivo	Total	Retenções	%
1999/2000	123	14	11.38
2000/2001	164	9	5.49
2001/2002	163	18	11.04
2002/2003	161	8	4.97
2003/2004	176	10	5.68
2004/2005	173	15	8.6

Fonte: Agrupamento de Escolas de Góis, 2006

Gráfico 28 – Estabelecimentos do 1º Ciclo
Retenções (1999/2005)



Fonte: Agrupamento de Escolas de Góis, 2006

Da leitura do Quadro nº 32, pode verificar-se que a percentagem das retenções documentos nos últimos três anos lectivos.

Em geral, trata-se de alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE), que têm dificuldades em atingir os objectivos propostos no Programa Pedagógico, exigindo por isso um acompanhamento diferenciado, que potencie as suas capacidades e competências, preparando-os para cidadãos autónomos.

Fig. 13 – Escola E.B. 2.3. de Góis



Localização: Góis (Freguesia de Góis)

Nível de Ensino: 2 e 3º ciclos do Ensino Básico

Nº salas: 15

Capacidade: 300 alunos

Nº de Alunos (2005/2006): 192

Nº de Professores: 36

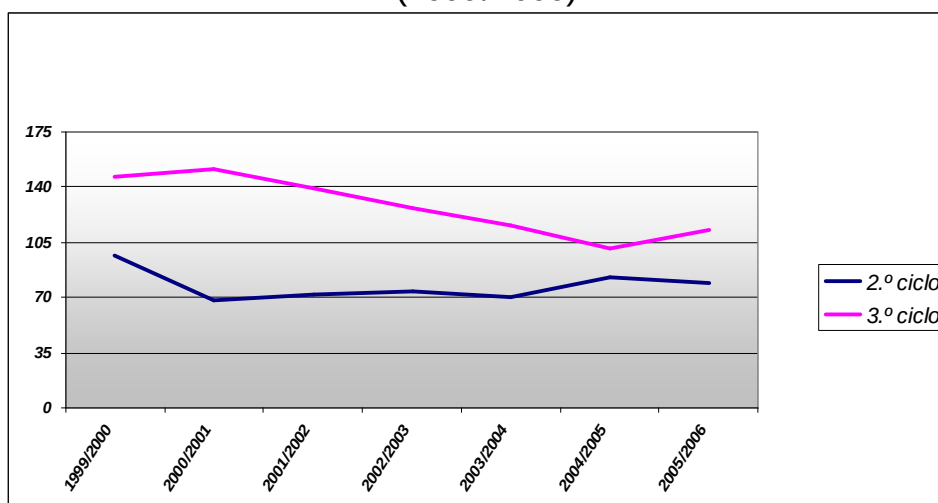
Observações: Este estabelecimento de ensino dispõe de cozinha e refeitório, sala de alunos, sala de Professores, bufete, biblioteca e reprografia.

Quadro 36 - Frequência Escolar 2º e 3º Ciclo
(1999/2006)

	2.º ciclo	3.º ciclo
1999/2000	97	147
2000/2001	68	151
2001/2002	72	139
2002/2003	74	127
2003/2004	70	116
2004/2005	83	101
2005/2006	79	113

Fonte: Agrupamento de Escolas de Góis, 2006

Gráfico 29 - Frequência Escolar 2º e 3º Ciclo
(1999/2006)



Fonte: Agrupamento de Escolas de Góis, 2006

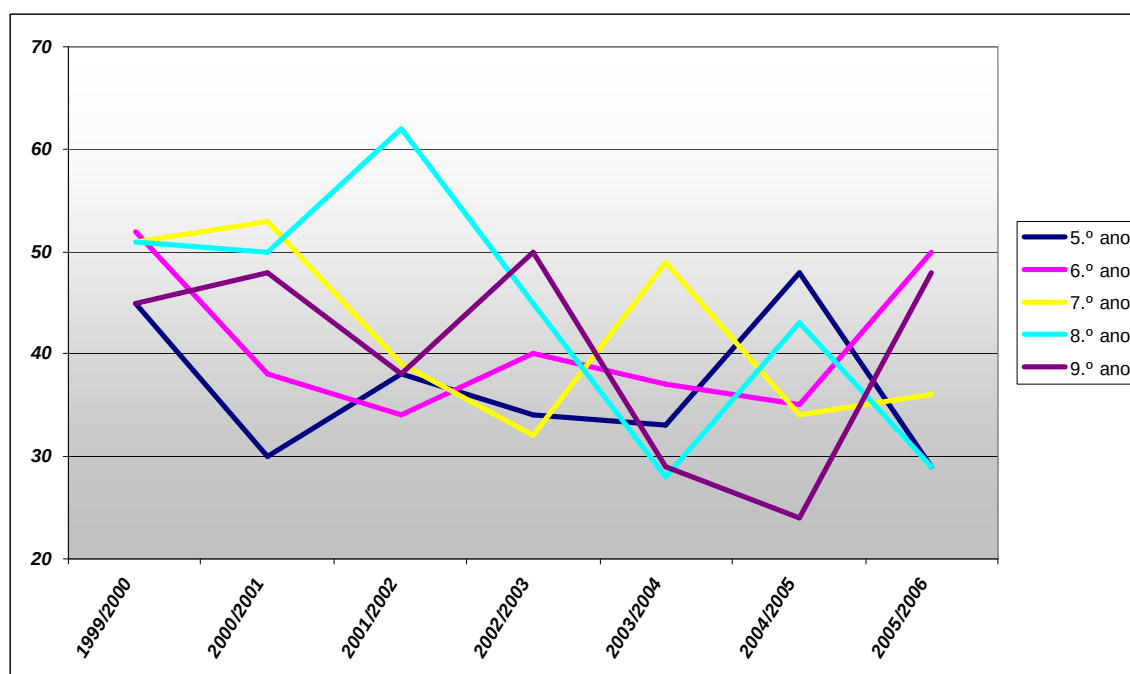
Conforme se pode verificar, não tem havido grandes oscilações na frequência de alunos ao nível do 2º e 3º ciclos. Contudo, o número de alunos é reduzido, em função da capacidade da Escola, pelo que a taxa de ocupação cifra-se nos 64%.

Quadro 37 - Frequência Escolar 5º ano/9º ano
(1999/2006)

	5.º ano	6.º ano	TOTAL	7.º ano	8.º ano	9.º ano	TOTAL
1999/2000	45	52	97	51	51	45	147
2000/2001	30	38	68	53	50	48	151
2001/2002	38	34	72	39	62	38	139
2002/2003	34	40	74	32	45	50	127
2003/2004	33	37	70	49	28	29	106
2004/2005	48	35	83	34	43	24	101
2005/2006	29	50	79	36	29	48	113

Fonte: Agrupamento de Escolas de Góis, 2006

Gráfico 30 - Frequência Escolar 5º ano/9º ano
(1999/2006)



Fonte: Agrupamento de Escolas de Góis

1.3.3. Alunos com Necessidades Educativas Especiais

Quadro 38 - 1º CICLO

ANO LECTIVO 2005/2006

ESCOLA	1º ANO	NEE	2º ANO	NEE	3º ANO	NEE	4º ANO	NEE	TOTAL
Alvares	3	0	1	0	2	0	2	0	8
Bordeiro	4	1	6	0	5	0	5	2	20
Colmeal	0	0	1	0	3	0	1	0	5
Cortes	4	0	2	0	3	1	1	0	10
Góis	26	0	22	1	21	0	15	2	84
Ponte do Sótão	1	1	10	0	1	0	6	0	18
Vila Nova do Ceira	8	1	18	2	7	1	9	1	42
TOTAL	46	3	60	3	42	2	39	5	187

Fonte: Agrupamento de Escolas de Góis, 2006

Da análise do presente quadro pode verificar-se que o maior número de crianças do 1º CEB com Necessidades Educativas Especiais concentra-se na Escola de Vila Nova do Ceira, seguida das EB1 de Góis e Bordeiro.

A intervenção da Equipa de Apoio Educativo traduz-se basicamente na concepção, aplicação e avaliação de currículos escolares próprios ou currículos alternativos que vão ao encontro das reais necessidades educativas dos alunos.

De acordo com o Dec-Lei nº 319/91 de 23 de Agosto considera-se Ensino Especial o conjunto de procedimentos pedagógicos que permitam o reforço da autonomia individual do aluno com necessidades educativas especiais (NEE) devidas a deficiências físicas e mentais e o desenvolvimento pleno do seu Projecto Educativo próprio.

Os Currículos Escolares próprios têm como padrão os currículos do regime educativo comum, devendo ser adaptados ao grau e tipo de deficiência.

Os Currículos Alternativos substituem os currículos do regime educativo comum e destinam-se a proporcionar a aprendizagem de conteúdos específicos.

No âmbito da aplicação do diploma anteriormente citado está também contemplado que, sempre que as medidas previstas – currículos escolares próprios; currículos alternativos, se revelem comprovadamente insuficientes em função do tipo e grau de deficiência do aluno, devem os serviços de psicologia e orientação em colaboração com os serviços de saúde escolar, propor o encaminhamento apropriado, nomeadamente a frequência de uma Instituição de Educação Especial.

A aplicação do regime educativo especial compete ao Órgão de Administração e Gestão da escola, sob proposta conjunta dos professores do ensino regular e de educação especial, ou dos serviços de psicologia e orientação, consoante a complexidade das situações.

Quadro 39 - Alunos com Educação Especial
Ano Lectivo 2005/2006

Alunos Abrangidos pela Educação Especial					
Agrupamento de Escolas	Pré-Escolar	1º CEB	2º/3º CEB	Secundário	Outros Recursos
Góis	1	13	43	—	1 Professor do 1ºCEB para apoio sócio-educativo
Nº Professores de Apoio	1	3	1		

1.3.4. Abandono e Sucesso Escolar

A saída da Escola antes de concluído o actual Ensino Básico, vulgarmente designado por Abandono Escolar, tem muito mais a ver com a idade do que com o ano de escolaridade que se frequenta. É geralmente precedido de histórias de insucesso repetido e concretiza-se ainda pela forte atractividade exercida por uma actividade profissional ainda acessível aos jovens desqualificados.

Segundo os indicadores de Abandono escolar e de aspectos conexos em Portugal, existe uma relação entre retenção escolar e abandono escolar. As taxas de abandono escolar são significantes no 1º ciclo, revelando-se crescentes nos ciclos seguintes. As taxas de abandono escolar decompostas por idades acentuam o fenómeno a partir dos 13 anos.

De acordo com a situação social da União Europeia (Comissão Europeia; 2003) em Portugal existe (dados de 2001), comparativamente à média dos restantes países, uma percentagem elevada de jovens de 18-24 anos fora do ensino (da educação e da formação) e com emprego (48% Portugal; EU 34%), o que conjugado com as taxas de saída precoce remeterá para um emprego não qualificado.

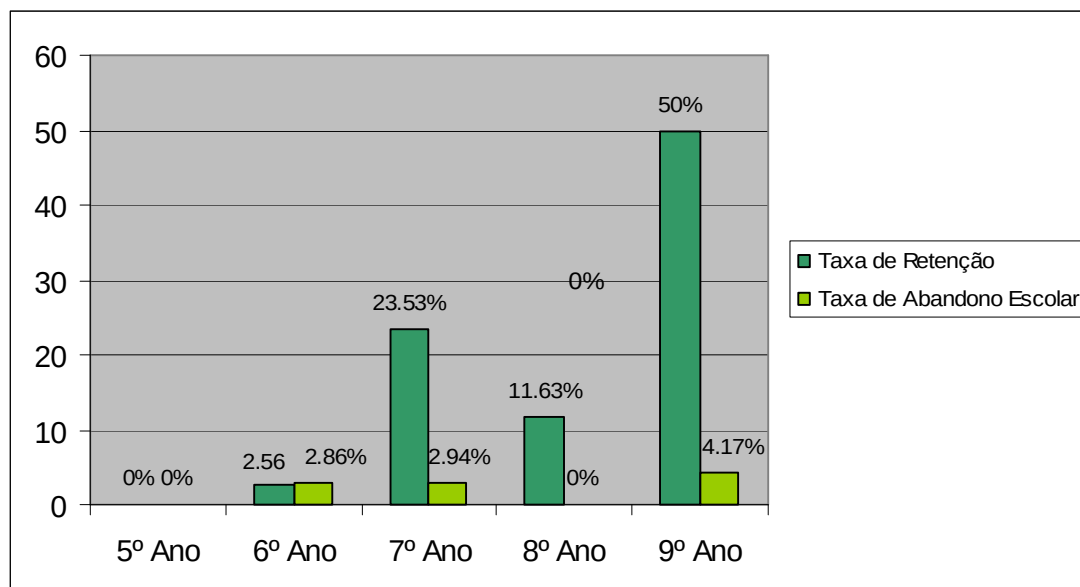
Face a esta realidade nacional, em 2004 foi publicado o Plano Nacional de Prevenção do Abandono Escolar, cujo objectivo é reduzir para menos de metade as taxas de abandono escolar e de saída precoce até 2010, tomando como referência os valores inventariados para o ano de 2001.

Quadro 40 – Taxa de Retenção e de Abandono Escolar
2º e 3º Ciclos – ano Lectivo 2004/2005

Ano	Taxa de Retenção	Taxa de Abandono Escolar
5º Ano	0	0
6º Ano	2.56	2.86
7º Ano	23.53	2.94
8º Ano	11.63	0
9º Ano	50	4.17

Fonte: Agrupamento de Escolas de Góis, 2006

Gráfico 31 - Taxa de Retenção e de Abandono Escolar
2º e 3º Ciclos – ano Lectivo 2004/2005



Fonte: Agrupamento de Escolas de Góis, 2006

A resiliência escolar ou educativa, é a capacidade do indivíduo ficar na escola, apesar dum conjunto de características dos subsistemas (o próprio indivíduo, a família, a escola, o meio envolvente) que motivariam para o abandono escolar.

O educacional *life-span*, não é mais que a prevenção do abandono escolar ao longo do ciclo de vida escolar e formativo dos sujeitos, desejavelmente com início na pré-escolaridade e com conclusão após doze anos de escolaridade bem sucedidas.

Relativamente à realidade de Góis e de acordo com os dados anteriormente apresentadas (ano 2004/05) verificamos que a taxa de abandono não é significativa, sem prejuízo de alguma preocupação com os valores percentuais ao nível do 9º ano. Deve igualmente constituir motivo de preocupação as questões relacionadas com a taxa de repetência, considerando a eventual relação directa entre abandono escolar e retenção escolar.

Assim, deve ser dada especial atenção às recomendações consignadas no Plano Nacional de Prevenção do Abandono Escolar, criando condições à sua exequibilidade no terreno:

- Integrar na Escola; apoiar o desenvolvimento e Promover o Sucesso;
- Atribuir um sentido de utilidade e vocação à Escola;
- Valorizar socialmente a Escola e a Escolaridade de doze anos.

De entre as muitas propostas que fazem parte integrante das recomendações, a criação da figura do tutor-escolar (prevista para 2005) poderia ser importante, enquanto responsável pela identificação e acompanhamento das crianças em risco.

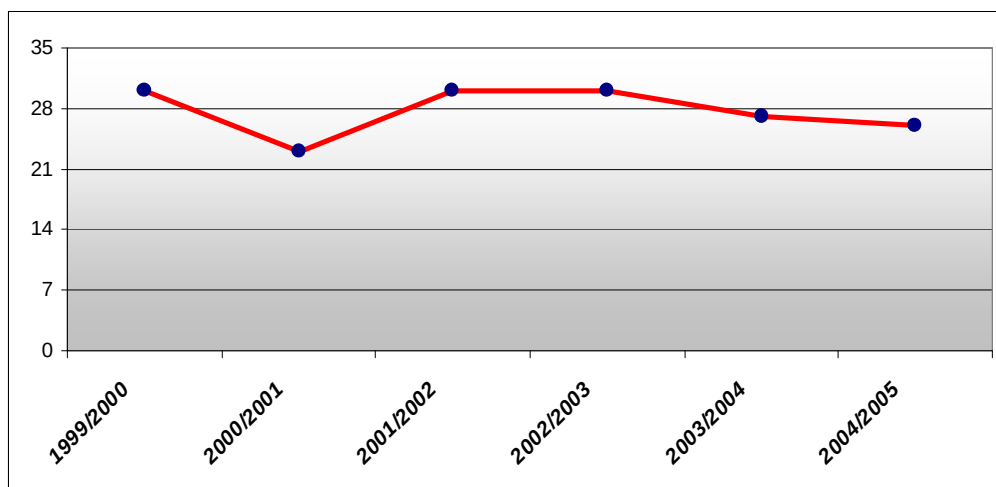
A implementação de cursos profissionalmente qualificados e qualificantes, será também, indiscutivelmente, uma medida que em muito contribui para “atribuir um sentido de utilidade e de vocação à escola”.

Quadro 41 – Retenções 2º e 3º Ciclos
(1999/2005)

Ano Lectivo	Total	Retenções	%
1999/2000	249	30	12.05
2000/2001	233	23	9.87
2001/2002	216	30	13.89
2002/2003	221	30	13.57
2003/2004	191	27	14.14
2004/2005	184	26	14.13

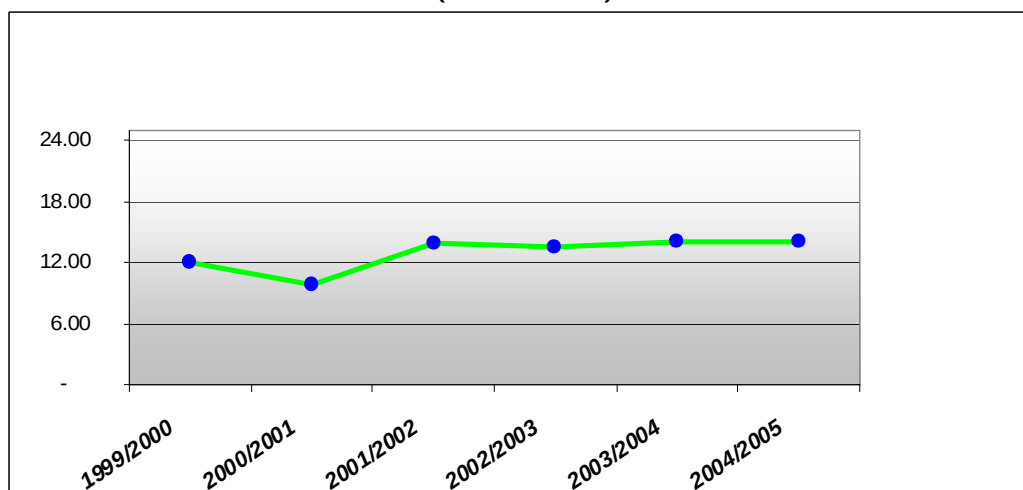
Fonte: Agrupamento de Escolas de Góis, 2006

Gráfico 32 – Retenções 2º e 3º Ciclos
(1999/2005)



Fonte: Agrupamento de Escolas de Góis, 2006

Gráfico 33 – Retenções 2º e 3º Ciclos/ Valor Percentual
(1999/2005)



Fonte: Agrupamento de Escolas de Góis, 2006

1.3.5. Pessoal Docente

Agrupamento de Escolas do Concelho de Góis

Quadro 42 - Ano Lectivo 2005/2006

PRÉ-ESCOLAR		
Quadro de Escola	Quadro Zona Pedagógica	Contratados
2	2	0
1º CICLO		
Quadro de Escola	Quadro Zona Pedagógica	Contratados
4	8	1
2º CICLO		
Quadro de Escola	Quadro Zona Pedagógica	Contratados
7	2	7
3º CICLO		
Quadro de Escola	Quadro Zona Pedagógica	Contratados
14	1	4

Fonte: Agrupamento de Escolas de Góis, 2006

Quadro 43 - Docentes dos Apoios

PRÉ-ESCOLAR	
Quadro de Escola	
1	
1º CICLO	
Quadro de Escola	Quadro Zona Pedagógica
1	2
2º e 3º CICLO	
Quadro	
1	

Fonte: Agrupamento de Escolas de Góis, 2006

Quadro 44 - Apoio Sócio-Educativo

1º CICLO
Quadro Zona Pedagógica
1

Fonte: Agrupamento de Escolas de Góis, 2006

1.3.6. Pessoal Não Docente

Quadro 45 - Ano Lectivo 2005/2006

	Ministério da Educação	Câmara Municipal Góis	TOTAL
Auxiliares de Acção Educativa	17	7	24
Administrativos	9	-	9
Técnicos Auxiliares de Educação	-	1	1
Guarda Nocturno	1	-	1
POC	2	-	2
Cozinheiras	4	-	4
TOTAL	33	8	41

Fonte: Agrupamento de Escolas de Góis, 2006

Os dados acima apresentados referem-se a todo o Pessoal não docente que se encontra ao serviço do agrupamento Vertical de Escolas de Góis. Este pessoal pertence na sua grande maioria ao Ministério da Educação. Paralelamente, a Câmara Municipal de Góis assegura também um conjunto de recursos humanos, afectos ao 1º ciclo do Ensino Básico e ao Pré-Escolar. É todo o Pessoal da Câmara Municipal que garante o funcionamento da Componente de apoio à Família e das Actividades de Tempos Livres. Em alguns estabelecimentos, estas actividades são asseguradas por Pessoal das IPSS's, em conformidade com os Acordos celebrados com a Segurança Social.

Saliente-se que, tem havido uma crescente e sistemática preocupação na garantia de pessoal de apoio em todas as E.B. 1 do concelho. Para tal, tem o Agrupamento de Escolas em parceria com as Autarquias locais (Câmara Municipal e Juntas de Freguesia) e com o Centro de Emprego de Arganil integrado pessoas em situação de desemprego ao abrigo dos Programas Ocupacionais.

Esta metodologia de trabalho e de parceria tem resultado num maior e melhor acompanhamento às crianças, bem como num apoio ao Pessoal Docente, em particular a todos aqueles professores que estão colocados em escolas isoladas.

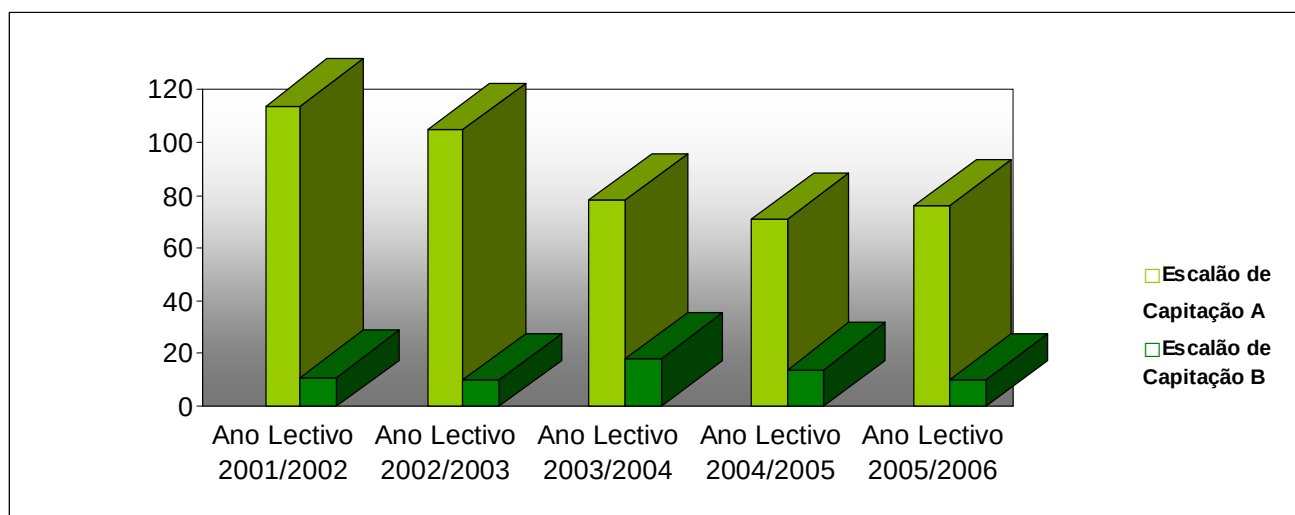
1.3.7. Acção Social Escolar

Quadro 46 - 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico
(2001/2006)

Nível de Ensino		Escalão de capitação	Ano Lectivo 2001/2002	Ano Lectivo 2002/2003	Ano Lectivo 2003/2004	Ano Lectivo 2004/2005	Ano Lectivo 2005/2006	Total de alunos carenciados
Ensino Básico	2º/ 3º Ciclo	A	114	105	78	71	76	444
		B	11	10	18	14	10	63
		Total	125	115	96	85	86	507

Fonte: Agrupamento de Escolas de Góis, 2006

Gráfico 34 – Acção Social Escolar
(2001/2006)



Fonte: Agrupamento de Escolas de Góis, 2006

A atribuição dos Auxílios Económicos/subsídio escolar no 2º e 3º ciclos do ensino básico é da competência do Agrupamento de Escolas de Góis, os quais são financeiramente assumidos pelo Ministério da Educação.

Relativamente ao 1º ciclo do ensino básico, é da competência da Câmara Municipal a atribuição de auxílios económicos aos alunos carenciados.

A Câmara Municipal de Góis tem nos últimos anos adoptado uma outra metodologia no que concerne ao 1º ciclo, sem prejuízo de no próximo ano lectivo garantir a atribuição de auxílios económicos. A metodologia que tem sido utilizada consubstancia-se no pagamento dos manuais escolares a todos os alunos, desde que os pais/encarregados de educação apresentem os respectivos documentos de despesa.

Importa aqui também referir, que a Câmara Municipal de Góis apesar de não ter nos últimos anos atribuído os designados auxílios económicos, não deixou de realizar elevados investimentos em matéria de educação, particularmente no que se refere ao pessoal não docente, aos transportes escolares e no apoio financeiro a actividades promovidas pelo Agrupamento de Escolas de Góis.

1.3.8. Ensino Recorrente

O Ensino Recorrente corresponde à vertente da Educação de Adultos que, de uma forma organizada e segundo um plano de estudo, conduz à obtenção de um grau e à atribuição de um diploma ou certificado, equivalentes aos conferidos pelo ensino regular.

Através desta modalidade é assegurada uma nova oportunidade de acesso à escolaridade aos que dela não usufruíram na idade própria, aos que abandonaram precocemente o sistema educativo e aos que a procuram por razões de promoção cultural ou profissional.

O Ensino Recorrente organiza-se de forma autónoma no que respeita a condições de acesso, currículos, programas, avaliação de alunos, etc., tendo em vista adaptar-se aos diferentes grupos, bem como às experiências pessoais e profissionais e conhecimentos adquiridos ao longo da vida.

Ao nível do ensino básico, os cursos do Ensino Recorrente abrangem três ciclos de ensino, 1º ciclo, 2º ciclo e 3º ciclo e visam a eliminação do analfabetismo, a atribuição do diploma de escolaridade obrigatória, o prosseguimento de estudos e o desenvolvimento de algumas competências profissionais.

O Ensino Recorrente pode ocorrer por iniciativa dos estabelecimentos de ensino público, particular ou corporativo, ou por quaisquer entidades públicas ou privadas, sendo livre a criação de cursos sempre que possa ser garantida a sua qualidade científica e pedagógica e que se assegure o conhecimento oficial.

Privilegia-se uma pedagogia diferenciada, conducente à autonomia do formando, numa abordagem interdisciplinar, e centrada na resolução de problemas reais, recorrendo-se à pluridocência em algumas áreas disciplinares.

A) Ensino Recorrente/Caracterização do Público

A população que frequenta os cursos do ensino recorrente é essencialmente constituída por adultos que abandonaram precocemente o sistema escolar e que a ele regressam anos mais tarde.

Embora não se pretenda caracterizar exaustivamente o formando, é possível salientar alguns traços que definem o seu perfil:

- É portador de saberes que lhe conferem uma cultura própria, expressão do contexto sócio-económico e cultural em que está inserido;
- As suas motivações decorrem fundamentalmente da necessidade de uma participação mais activa no quadro social em que se insere;
- Ter um pensamento pragmático e concreto, usando frequentemente a comparação por referência ao seu mundo vivencial e utiliza com facilidade o calculo mental para a resolução de exercícios retirados da vida real;
- A mudança de comportamentos e a apropriação de conhecimentos realizam-se segundo esquemas já estruturados de pensamento;
- Muitas vezes, tem oito horas de trabalho diário, acrescido de tempo gasto nos transportes e no trabalho doméstico;
- A sua vida familiar sofre, em geral, alterações significativas devido à frequência do curso;
- Insere-se num grupo/turma onde existem desníveis etários, diversidade de profissões e diferentes extractos sociais.

B) Finalidades do Ensino Recorrente

De um modo geral, enquanto subsistema de Educação de Adultos, o Ensino recorrente deverá contribuir para:

- A compreensão e o respeito pela diversidade dos costumes e das culturas, tendo em vista a paz e a cooperação, tanto no plano nacional como no internacional;

- A consciencialização das relações que ligam o homem ao seu meio físico e cultural, no sentido de melhorar esse meio, de respeitar e proteger a natureza, o património e os bens comuns;

- A aquisição, só, em grupo e no contexto dos ensinos formal e não formal, de novos conhecimentos, qualificações, atitudes e comportamentos que contribuam para o desenvolvimento integral da personalidade;

- A articulação progressiva entre a educação de adultos e as diferentes actividades sociais e profissionais;

- Outras.

Quadro 47 – População Escolar/Ensino Recorrente

1999/2005

	Tipologia dos Cursos	Anos						Nº de Cursos	Nº Formandos
		1999 2000	2000 2001	2001 2002	2002 2003	2003 2004	2004 2005		
1º CEB (4º Ano)	Certificação ao nível da antiga 4ª classe	1				1	1	3	11
2º CEB (6º Ano)	Certificação ao nível do 6º ano de escolaridade	1						1	7
Ed. E. Escolar	Alfabetização	1				1	1	3	25
	Dinamização de Bibliotecas Artes Aplicadas	1	1	1	1	1	1	3	80
TOTAL								14	193

Fonte: Extensão Educativa de Góis, 2005

2. RECURSOS NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO

2.1. RESIDÊNCIA DE ESTUDANTES

Inaugurada em 1994, a Residência de Estudantes de Góis surge, neste concelho, com o intuito de dar resposta à necessidade de encurtar as distâncias percorridas pelas crianças e jovens deste município para frequentarem a escola do 2º e 3º ciclos, porquanto a área territorial do concelho é de 276 Km², área essa fortemente acidentada.

Com efeito, muitos dos alunos realizavam diariamente um percurso de cerca de 80 km para puderem frequentar as aulas, com todas as consequências negativas que daqui advinham (cansaço, sonolência, má nutrição e maus resultados académicos).

Regulamentadas nos termos do art.16º do Decreto-lei nº 35/90, de 25 de Janeiro 1990, as Residências de Estudantes encontram-se sob a dependência das Direcções Regionais de Educação, tendo como principal objectivo garantir, de forma equitativa, o acesso à educação e ensino a todos os jovens, independentemente do local onde vivem ou do agregado familiar em que se inserem.

Fig. 14 – Residência de Estudantes



Contudo, a realidade do concelho de Góis, as necessidades que evidencia e a dinâmica que possui, levaram esta Instituição a traçar um projecto de intervenção mais abrangente, propiciando, a par do acompanhamento educativo, um apoio social e humanitário. Assim, tem vindo a acolher muitas crianças provenientes de famílias desestruturadas e/ou disfuncionais, acautelando-lhes as condições necessárias para um crescimento saudável e harmonioso, ao mesmo tempo que procura colmatar as lacunas decorrentes das suas situações familiares.

Neste sentido, a Residência tem estendido o seu trabalho a todos as crianças e jovens que necessitam, quer porque residem longe da escola, quer porque as suas famílias atravessam uma crise, quer ainda porque o Tribunal e a Comissão de Protecção a Crianças e Jovens em Risco, decidem afastar alguns jovens das suas famílias, por estas se mostrarem incapazes de garantir a segurança e bem-estar dos mesmos.

Actualmente a Residência possui alunos a frequentar escolas, do 1º, 2º, 3º ciclos, do ensino Básico, escolas do ensino secundário e ainda do ensino técnico-profissional (escolas dos concelhos de Góis, Arganil e Lousã), proporcionando a todos as condições ambientais, educativas, pedagógicas e humanas necessárias a um desenvolvimento integral e consonante com o estabelecido na lei de Bases do Sistema Educativo.

Fig. 15 – Refeitório da Residência de Estudantes

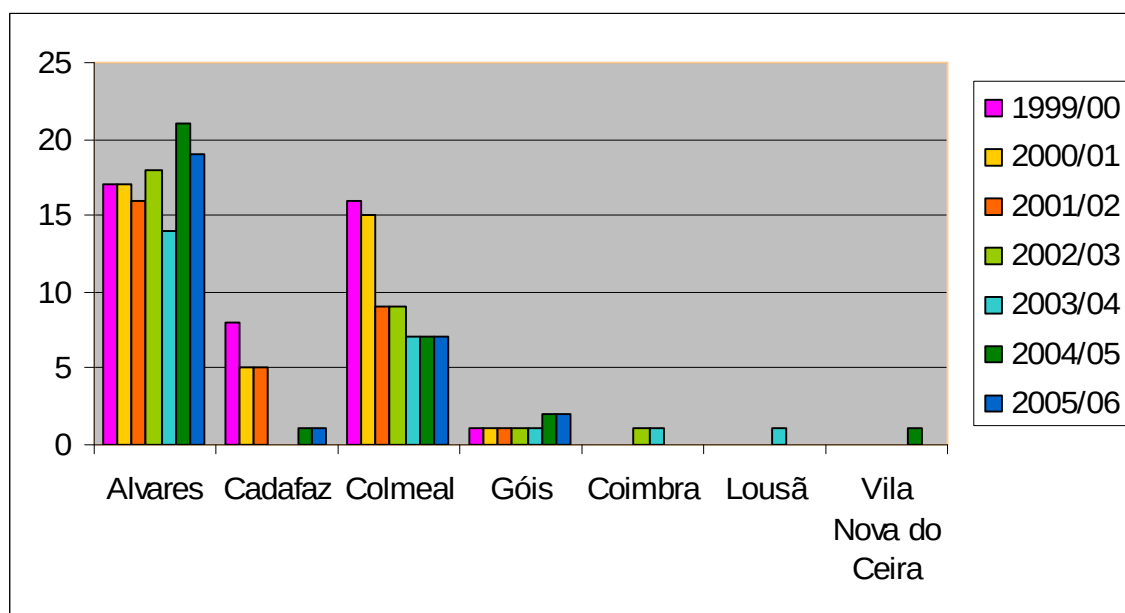


Quadro 48 - Residência de Estudantes / Índice de Ocupação
1999/2006

Ano/Freguesia	Alvares	Cadafaz	Colmeal	Góis	Coimbra	Lousã	Vila Nova do Ceira	Total
1999/00	17	8	16	1	0	0	0	42
2000/01	17	5	15	1	0	0	0	38
2001/02	16	5	9	1	0	0	0	31
2002/03	18	0	9	1	1	0	0	29
2003/04	14	0	7	1	1	1	0	24
2004/05	21	1	7	2	0	0	1	32
2005/06	19	1	7	2	0	0	0	29

Fonte: Residência de Estudantes, 2006

Gráfico 35 – Residência de Estudantes
Proveniência dos Alunos 1999/2006



Fonte: Residência de Estudantes, 2006

Conforme se pode verificar, o maior número de alunos que frequenta a Residência de Estudantes, vive na freguesia de Alvares. Trata-se da freguesia mais distante da sede do concelho, com lugares dispersos e isolados, sem transportes públicos diários. Este tipo de constrangimentos estão igualmente presentes nas freguesias do Colmeal e Cadafaz. A Residência de estudantes oferece excelentes condições de alojamento aos alunos, garantindo ao mesmo tempo, todo um acompanhamento ao nível do desenvolvimento das competências pessoais e sociais.

2.2. Associação de Pais e Encarregados de Educação das Escolas do Concelho de Góis

A Associação de Pais e Encarregados de Educação do Concelho de Góis foi instituída em Setembro de 1991 e tem vindo a funcionar até à presente data.

Trata-se de uma Associação voluntária sem fins lucrativos e tem como finalidades interessar as famílias no labor pedagógico e social que na escola se realiza, pugnar pelo acesso de todos ao ensino, de acordo com as capacidades de cada um e pela criação de transportes e alojamentos adequados, contribuir para a dignificação do ensino, bem como colaborar com o Conselho Executivo da Escola na resolução dos problemas dessa mesma escola.

Para a realização destas finalidades, a Associação propõe-se:

- Contribuir para o desenvolvimento e fortalecimento da amizade e compreensão entre professores e alunos e, restante pessoal da escola, pais e encarregados de educação;
- Contribuir para uma permanente consciencialização e esclarecimento dos pais e encarregados de educação, face aos problemas escolares;
- Colaborar em conferências, reuniões, exposições, e outras actividades similares na escola, organizadas pelo Conselho Executivo e Pedagógico a fim de se manter e desenvolver o interesse dos pais e encarregados de educação e seus educandos, pelos problemas morais, culturais e sociais;
- Pugnar para que seja concedido auxílio financeiro ou outro, nas actividades relacionadas com a educação, instrução e conforto dos alunos e, em caso de necessidade, devidamente comprovada, completar a acção social referida, com os meios ao seu alcance;

- Destinar uma verba do orçamento da Associação para fins de acção social escolar, procurando junto do Conselho Executivo, que garanta o acesso à Biblioteca e outras actividades recreativas, mediante condições a estabelecer.

- Dar parecer, quando solicitado ou previsto na Lei, nos processos disciplinares e analisar a situação dos alunos e dos professores neste aspecto, quando for oportuno.

A Associação de Pais e Encarregados de Educação das Escolas do Concelho de Góis, é parceira efectiva de várias estruturas e projectos locais, particularmente do Conselho Municipal de Educação, da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Góis e do Conselho local de Acção Social.

Saliente-se que, as várias Direcções que têm assumido o funcionamento desta Associação, têm pugnado por um trabalho que envolva ao máximo os Pais e Encarregados de Educação no sentido de contribuírem para o sucesso educativo dos alunos do concelho de Góis.

Pese embora o facto dos responsáveis pela Associação se empenharem nas diversas acções do Agrupamento de Escolas e/ou das estruturas locais que envolvem a Comunidade Educativa, continua a verificar-se um deficit de participação por parte dos pais e encarregados de educação.

Para colmatar esta lacuna, há que continuar a apostar numa cultura de participação e de cidadania activa.

2.3. Equipamentos de Ocupação de Tempos Livres

As respostas integradas de apoio à família dos alunos e pais, traduzem-se na Componente de Apoio à Família no âmbito do Pré-Escolar e numa Rede concelhia de ATL'S dirigida aos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico.

Estas respostas resultam de uma parceria activa entre as Autarquias locais e as IPSS's e são uma continuidade do investimento existente em termos de educação.

Neste contexto, importa caracterizar o sentido real e objectivo da Componente de Apoio à Família e da Animação Sócio-Educativa, bem como os equipamentos que existem com respostas estruturadas neste âmbito.

A) Componente de Apoio à Família

Com a Lei-Quadro (Lei nº5/97 de 10 de Fevereiro) além de ficar consignada a obrigatoriedade de um trabalho educativo intencional com a duração de 25 horas semanais, a que se pode simultaneamente chamar “curricular”, “pedagógico” ou “lectivo”, ficou também validado o apoio à família sempre que disso haja necessidade. Este serviço de apoio às famílias, que João Formosinho chama também “apoio social” ou “guarda”, inclui todos os tempos, que fiquem para além das 25 horas lectivas semanais, e que de acordo com a lei são definidas com os pais no início do ano lectivo.

O facto de, por vezes, se chamar a este serviço “guarda” não nos pode fazer apressadamente deduzir que são tempos durante os quais a qualidade educativa pode estar ausente.

O termo “guarda” tem um sentido ambíguo e significa “tomar conta”; “cuidar”, expressões que nos são familiares na nossa cultura educativa tradicional.

Para não se correr o risco que a palavra “guarda” sofra leituras redutoras ou impensáveis num quotidiano em que é necessário existir ao longo de todo o tempo,

em que as crianças estão entregues à Instituição, uma permanência dos grandes objectivos educativos e valores que os apoiam – atribui-se a estes tempos o nome de actividade de “animação sócio-educativas”.

Pela necessidade da existência de um continuum educativo que acima citámos, estas actividades deverão, pois, estar integradas no Projecto Educativo do estabelecimento para que tenham visibilidade os esteios que o fundam.

Será ainda necessário que todos os profissionais envolvidos nestas actividades, tenham um tempo calendarizado para poderem reflectir, planear e avaliar o trabalho desenvolvido, assim como partilhar saberes e/ou dificuldades, num clima de apoio mútuo e de articulação de procedimentos que dignifiquem os profissionais e garantam um atendimento de qualidade. Este trabalho em equipa permitirá encontrar as soluções específicas e contextualizadas que melhor respondam às necessidades das crianças e das famílias.

B) Animação Sócio-Educativa/ ATL's 1.º Ciclo

A palavra animação vem do latim “animus” , alma. Animar é dar vida, dar alma. A animação como conceito de intervenção social surgiu nos anos 60/70 e teve um papel marcante nomeadamente na França e na Bélgica. O seu objectivo de base é a democratização da cultura, procurando numa cultura viva, tecida nas relações com o quotidiano, contribuir para a qualidade de vida numa perspectiva de desenvolvimento participado.

A UNESCO define a animação sócio-cultural “como o conjunto de práticas sociais que visam estimular a iniciativa e a participação das populações no seu próprio desenvolvimento e na dinâmica global da vida sócio-política em que estão integrados”.

A partir deste conceito promissor e abrangente começam a surgir muitas modalidades de animação: animação cultural, animação de bairro, animação pedagógica, animação desportiva, etc.

A animação sócio-educativa surge como estratégia complementar do sistema e da acção educativa e procura intervir essencialmente no processo de socialização infantil e juvenil.

Talvez seja importante reter do conceito matricial de animação o que nos diz Breda Simões “(A animação) só poderá erguer-se de uma relação que pressuponha da parte de animadores e animados – disponibilidade, compreensão, afectividade e comunicabilidade situadas”.

Por outro lado, a animação também nos ensina que a criatividade não se mede em relação ao produto, mas sim ao próprio indivíduo – o seu envolvimento, satisfação e bem-estar.

As actividades de animação sócio-educativa contrariamente às lectivas em que tem de existir uma preocupação pelos progressos, têm como objectivo o fruir. Nestas actividades é muito mais importante o grau de envolvimento e satisfação das crianças do que a existência de produto. É mais importante o prazer de estar e conviver do que avaliar (a avaliação das) aprendizagens.

C) Grupos, Tempos e Espaços de Animação Sócio-Educativa

Visto serem actividades de cariz socializante e, portanto, mais próximas dos contextos sociais naturais, há que permitir trocas activas intergrupos (por exemplo reagrupando os grupos por horas de saída, criando grupos de idades diferentes), bem como incentivar a vinda de pessoas de família e da comunidade que queiram partilhar aquele tempo de brincadeira, por exemplo: jogar às cartas, cantar, dançar, ouvir música, fazer roupas para bonecas, trocar jogos tradicionais, contar histórias para um grande ou pequeno grupo.

Falamos em trocas tradicionais e histórias porque a importância destes jogos na integração da regra, elaboração do desejo e fortalecimento do sentido de pertença nos parece indicados como um dos conteúdos privilegiados para estes tempos.

A vivência da tradição tem sempre um valor iniciático e de lastro para futuros voos, constituindo um recurso enriquecedor para estes tempos.

O tempo de animação sócio-educativa deve ser mais solto e íntimo, menos estruturado vocacionalmente, mais aberto à informalidade, à ausência de sistematicidade e à multiplicidade de propostas. Mais importante que a realização de actividades parece-nos essencial a existência de um prazer de estar a conviver.

Este tempo pode permitir o desenvolvimento de competências não compreendidas no currículo, mas igualmente estimulantes, por exemplo: a existência de um dia ritualizado de “ida ao Cinema” (escolhe-se o vídeo, há bilhetes, intervalo, guloseimas), de costura, danças tradicionais, jardinagem, pequenos passeios, visitas aos vizinhos. Mas que nada disto tenha carácter obrigatório e possam sempre existir crianças envolvidas em outras actividades que lhes dêem maior satisfação e que sejam por elas livremente escolhidas: construções, leituras, jogos, conversas com os amigos ou simplesmente estarem entregues aos seus próprios pensamentos. Como é evidente todo o material existente na animação sócio-educativa deverá ser diferente do material utilizado no tempo curricular.

A mudança de espaço físico é também indispensável. Se ficarem na sala em que se levam a cabo actividades curriculares serão com muito mais facilidade levados a repetir tudo o que foi feito durante o dia – actividades, modo de estar. Ao mudar de espaço quer os profissionais, quer as crianças, estarão mais aptos a recriar um outro tempo.

Para equipar este espaço não será preciso muito material, mas procurar sempre que possível que ele favoreça a polivalência e a intimidade, afastando-se das características mais estruturadas da sala do jardim-de-infância: sofás para convívio, um colchão para cambalhotas, uma escrivaninha para escritório, jogos sociais e tudo mais que favoreça o convívio e a informalidade.

A utilização dos espaços comunitários, associações recreativas, biblioteca, ludotecas, ginásios, academias, piscinas pode constituir uma alternativa ao espaço desde que se tenha em conta as características do grupo, a acessibilidade para as crianças e para os pais, bem como os objectivos lúdicos e de fruição deste tempo.

Quadro 49 - Rede Concelhia de ATL's

Ano Lectivo 2005/2006

A.T.L.	Frequência	Capacidade	Entidade Responsável
Góis	46	50	Câmara Municipal de Góis
Góis	20	25	Centro Social Rocha Barros
Bordeiro	18	20	Centro Social Rocha Barros
Ponte do Sótão	15	25	Centro Social Rocha Barros
Alvares	7	10	Centro Paroquial de Solidariedade Social da Freguesia de Alvares
Cortes	10	20	Centro Paroquial de Solidariedade Social da Freguesia de Alvares
Vila Nova do Ceira	26	35	Santa Casa da Misericórdia de Góis

Fonte: Câmara Municipal de Góis e IPSS's locais, 2006

A Componente de Apoio à Família e a Rede de ATL's concelhia tem ao longo dos anos respondido às reais necessidades dos pais, através da adequação dos horários de funcionamento bem como da garantia de funcionamento em férias lectivas, sem esquecer o fornecimento de refeições e a disponibilização de transportes.

No presente ano lectivo, a Câmara Municipal de Góis reforçou o seu apoio financeiro a estas actividades, celebrando para o efeito Protocolos com as IPSS's locais.

A Componente de Apoio à Família da Rede Pública é assegurada pela Câmara Municipal Góis. Tem no presente ano lectivo uma frequência de 36 crianças, sendo que, a capacidade é para 75.

D) Caracterização da Oferta Actual dos Equipamentos

A análise de cada um dos estabelecimentos de ensino apresentada neste estudo, permite-nos afirmar que os Equipamentos escolares existentes no concelho são adequados e de grande qualidade, consequência da intervenção planeada e executada pela Câmara Municipal.

Considerando que as instalações escolares das diferentes freguesias são edifícios com algumas décadas, a intervenção desenvolvida nos últimos anos teve como principal objectivo promover a oferta de equipamentos educativos de qualidade.

Nesta perspectiva, a qualidade do Parque Escolar de Góis, é evidente, especialmente nos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e Escolas do 1º Ciclo, que durante muito tempo apresentaram maiores problemas relativamente à qualidade das instalações, mas que actualmente, fruto das recentes intervenções, podem considerar-se Equipamentos com elevada qualidade e dentro das normas legalmente definidas.

No entanto, a regra deve ser melhorar sempre. E nessa linha, a Câmara Municipal mantém o seu plano de manutenção e conservação de todo o parque escolar.

Em simultâneo, a Autarquia desenvolveu programas de apetrechamento dos Estabelecimentos de Ensino, dotando-os com novo mobiliário e material informático (software e hardware) .

Quadro 50 - Caracterização da Oferta Actual dos Equipamentos Educativos

Jardim de Inf./ Escola	Tipologia	Estado de Conservação	Regime de Funcionamento	Taxa de Ocupação
J.I.de Góis	Indefinida	Bom	Normal c/prolongamento de horário	88%
J.I.Ponte de Sotão	Indefinida	Bom	Normal c/prolongamento de horário	24%
J.I.V.Nova do Ceira	Indefinida	Bom	Normal c/prolongamento de horário	84%
J.I. Centro Social Rocha Barros(*)	Indefinida	Bom	Normal	100%
J.I. Cortes (*)	Indefinida	Bom	Normal	50%
1ºCEB Alvares	Plano Centenário	Bom	Normal + ATL	16%
1ºCEB Bordeiro	Indefinida	Bom	Normal + ATL	40%
1ºCEB Cortes	Plano Centenário	Bom	Normal + ATL	20%
1ºCEB Góis	Indefinida	Bom	Normal + ATL	84%
1ºCEB P.Sotão	Plano Centenário	Bom	Normal + ATL	36%
1ºCEB V.N.Ceira	Plano Centenário	Bom	Normal + ATL	84%
E.B.2,3 Góis	Indefinida	Bom	Normal	64%

Fonte: Agrupamento de Escolas do Concelho de Góis

(*) Jardins de Infância da Rede Privada

Conforme se pode verificar, em termos do Pré-Escolar, a taxa de ocupação do Jardim de Infância de Ponte de Sotão é preocupante. A frequência deste Estabelecimento não expressa a realidade local, porquanto o nº de crianças residentes, com idades entre os 3 e os 5 anos é francamente superior. Esta discrepância prende-se com o facto de, muitas famílias matricularem os respectivos filhos nos Estabelecimentos de Ensino sedeados na sede de concelho, uns por mera opção, outros por razões de ordem profissional.

A reduzida taxa de ocupação do Jardim de Infância de Ponte de Sotão reflecte-se naturalmente na taxa de ocupação da EB1 da mesma localidade.

Relativamente ao 1ºCEB e para além da realidade de Ponte de Sotão, não é menos preocupante a situação das EB1's de Alvares e de Cortes, cujas taxas de ocupação não chegam sequer aos 25%.

2.4. Rede de Transportes Escolares

De acordo com o Decreto Lei n.º 299/84 de 05 de Setembro, a Câmara Municipal de Góis assegura toda uma rede de transportes concelhia, através das viaturas municipais e/ou através da celebração de Protocolos com os Bombeiros Voluntários de Góis, de Alvares e com as IPSS's locais.

Com o objectivo de possibilitar a deslocação dos estudantes para os seus locais de ensino, a autarquia assegura/ comparticipa o transporte dos alunos do ensino básico, nos termos dos apoios contemplados pela legislação supracitada. No entanto, visando garantir a todos o acesso à educação, independentemente do local onde habitam, ou da sua situação socio-económica, entendeu ainda conceder um conjunto de apoios facultativos, onde se incluem:

- alunos a frequentar currículos alternativos
- alunos a frequentar escolas profissionais
- alunos que residam a menos de 3 km's da escola, ou ainda, que sejam oriundos de localidades cujas escolas foram suspensas ou extintas.

A rede de transportes escolares é elaborada tendo sempre em atenção não só o aproveitamento das carreiras públicas existentes, como a cobertura eficaz das localidades de onde se prevê que hajam alunos a frequentar o pré-escolar e os 1º, 2º e 3º ciclos do ensino básico.

São muitos os circuitos efectuados diariamente e por isso são também, muitos os recursos humanos e financeiros disponibilizados pela Câmara Municipal.

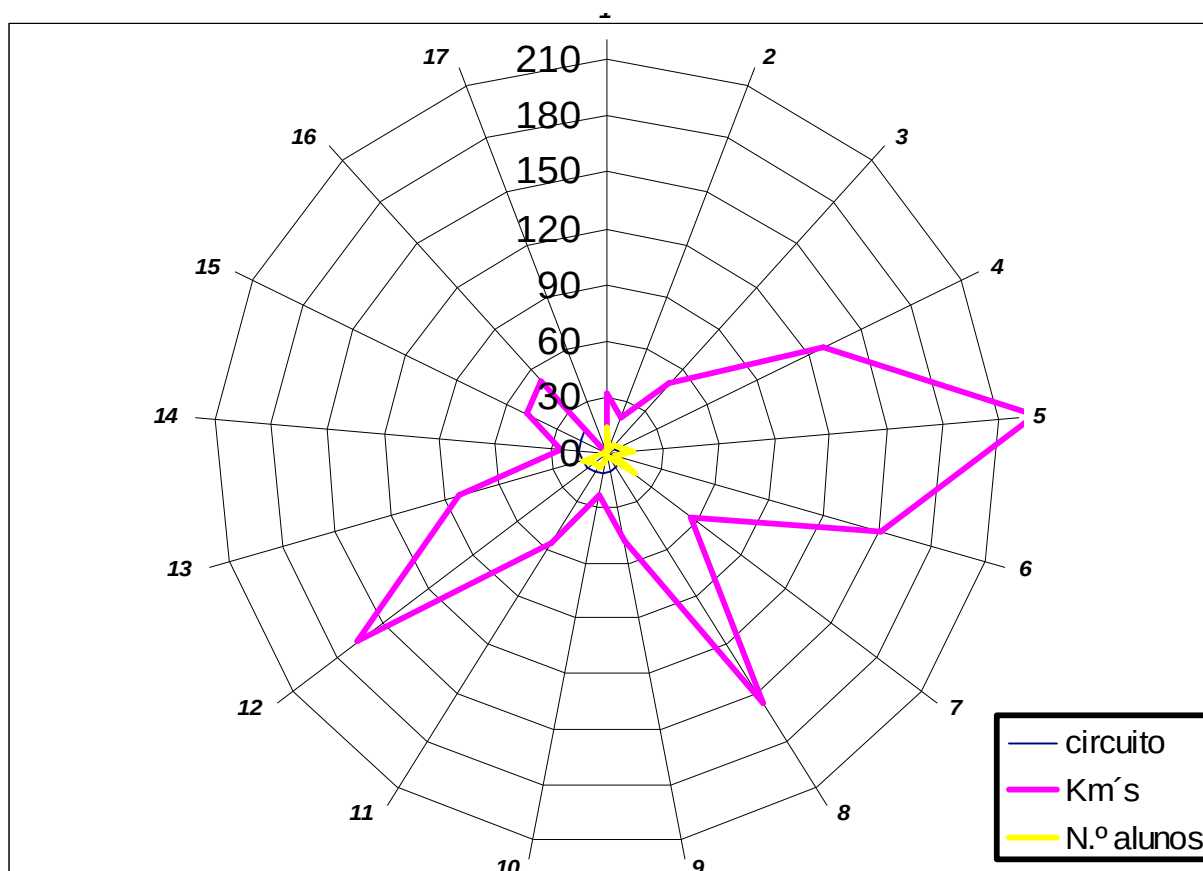
A título de exemplo os circuitos existentes podem oscilar entre os 32 e os 228 Km's diários, por estradas bastantes sinuosas, próprias de um concelho rural e de montanha.

Quadro 51- Circuitos assegurados por transporte municipal

Circuito	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
Km's	32	20	50	128	228	152	56	156	48	22	56	166	82	24	48	52
N.º alunos	14	2	5	7	14	4	18	2	2	4	9	8	14	2	1	2

Fonte: Plano de Transportes Escolares – Câmara Municipal de Góis

Gráfico 36 - Circuitos assegurados por transporte municipal



Fonte: Plano de Transportes Escolares – Câmara Municipal de Góis

Os circuitos acima apresentados – Quadro 48 e Gráfico 35 – expressam os circuitos assegurados diariamente pela Câmara Municipal, exceptuando o circuito n.º 6 e n.º 7 que se efectuam semanalmente. Trata-se do transporte dos alunos que permanecem na Residência de Estudantes de segunda a sexta-feira.

Para além destes circuitos, são efectuados outros por carreiras públicas, particularmente os circuitos 1A, 1B e 1C, conforme o quadro 52.

Quadro 52- Circuitos assegurados por carreira pública

Circuito	1A	1B	1C
Km's	58	15	16
N.º alunos	2	7	27

Fonte: Plano de Transportes Escolares – Câmara Municipal de Góis

De acordo com o art.º 26 do Orçamento de Estado para 2006, constante da Lei n.º 60-A/2005, de 30 de Dezembro, está prevista a transferência de uma verba, destinada a compensar os municípios pelos encargos suportados com os transportes escolares dos alunos inscritos nos 7.º, 8.º e 9.º anos de escolaridade.

Para efeitos de reembolso, a Câmara Municipal elabora os documentos correspondentes aos encargos com transportes escolares, os quais remete anualmente à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Interessa ainda referir que se encontra a cargo deste Município 50% das despesas inerentes ao transporte de alunos que frequentam a Escola Secundária de Arganil e Lousã.

Para além dos transportes escolares e no caso concreto de Ponte do Sotão, a Autarquia cede diariamente uma viatura e respectivo motorista a fim de garantir uma refeição quente às crianças do Jardim de Infância e da E.B. 1, conforme Mapa 9 em anexo.

III PARTE
EQUIPAMENTOS COLECTIVOS

1. EQUIPAMENTOS COLECTIVOS

O desenvolvimento integral da criança, passa por vivências diferenciadas, tanto no espaço familiar, como no espaço escolar, sem esquecer o meio envolvente. Daí que, a Educação, para ter “saber” e “sabor”, não possa reduzir-se ao mero cumprimento do programa curricular. Há que fomentar a complementaridade e a transversabilidade de acções, de forma a que as crianças e jovens se sintam motivadas para a vida escolar.

Deste modo, o concelho de Góis dispõe de espaços de grande qualidade, públicos e privados, com condições para o desenvolvimento e aquisição de competências bem como para a formação pessoal e social.

São também estas infra-estruturas colectivas, através dos seus dirigentes, que muito têm contribuído para diversificar a oferta educativa, colocando os seus serviços á disposição da comunidade escolar.

A promoção do livro e da leitura, da música e da dança (moderna e tradicional), a formação de bombeiros, a prática de actividades desportivas, protagonizadas pelo município e/ou por entidades locais de direito privado, são alguns dos exemplos demonstrativos do envolvimento da comunidade no processo de desenvolvimento e formação das nossas crianças e jovens.

Os equipamentos colectivos, enquanto infra-estruturas ao serviço da comunidade, constituem-se como espaços privilegiados para o desenvolvimento de actividades culturais, recreativas e desportivas.

Neste contexto, inserimos também a Ludoteca itinerante enquanto equipamento lúdico ao serviço do Agrupamento de Escolas, apetrechada com uma diversidade de jogos pedagógicos e com equipamentos de natureza recreativa.

A título de exemplo e sem qualquer intenção discriminatória, apresentam-se alguns dos equipamentos colectivos existentes no concelho de Góis.

Fig. 16 – Parque Infantil do Cerejal



Fig. 17 – Polidesportivo do Cerejal



Fig. 18 - Pavilhão Gimnodesportivo – Góis



Fig. 19 - Polidesportivo de Vila Nova do Ceira



Fig. 20 - Polidesportivo de Ponte do Sótão



Fig. 21 – Circuito de Manutenção de Góis



Fig. 22 - Associação Educativa e Recreativa de Góis



Fig. 23 - Polidesportivo da Cabreira



Fig. 24 – Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Góis



Fig. 25 – A. H. dos Bombeiros Voluntários de Góis – Secção de Alvares



Fig. 26 - Biblioteca Municipal de Góis



Fig. 27 – Biblioteca Municipal de Góis



IV PARTE
SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO

1. SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO

1.1. Educação Pré-Escolar

A capacidade instalada na educação pré-escolar a nível concelhio responde à procura potencial, tendo em conta o número de crianças actual e previsto do grupo etário dos 3 aos 5 anos. No entanto, aconselha-se uma leitura por freguesia:

A) Freguesia de Alvares

A freguesia de Alvares tal como já foi referido anteriormente, tem em funcionamento uma Creche e um Jardim de Infância sedeadas, nas instalações do Lar e Centro de Dia de Cortes. De acordo com a nova legislação esta freguesia pode num futuro muito próximo ver encerrada uma das Escolas do 1º Ciclo. A verificar-se esta situação, e numa óptica de rentabilização dos edifícios, deveria ser equacionada a possibilidade de concentrar todas as crianças do 1º ciclo na sede de freguesia, assegurando a prestação de refeições.

Relativamente ao pré-escolar, poder-se-ia equacionar a possibilidade de concentrar as crianças com idade inferior a 6 anos, na localidade de Cortes – a creche continuaria a funcionar nas instalações do Centro Paroquial – Lar de Cortes; o jardim de infância passaria a funcionar na EB1 de Cortes.

Redimensionar a Rede Escolar na freguesia de Alvares nesta perspectiva, beneficiaria as crianças, as famílias, sem prejudicar as dinâmicas locais instaladas.

B) Freguesia de Cadafaz

A freguesia do Cadafaz, actualmente não tem qualquer estabelecimento de ensino a funcionar. As poucas crianças em idade pré-escolar e escolar residentes na freguesia, são transportadas diariamente para a sede do Concelho.

O Centro Social Rocha Barros, é a instituição que acolhe as crianças com menos de seis anos de idade, nas valências de Berçário, Creche e Jardim de Infância.

As crianças com mais de seis anos, frequentam a escola básica integrada da sede do concelho.

C) Freguesia de Colmeal

A realidade da freguesia do Colmeal é pouco diferente da freguesia do Cadafaz. Tem actualmente a funcionar uma escola do 1º ciclo na sede de freguesia, estando prevista a sua suspensão no ano lectivo de 2006/2007.

Há crianças residentes na freguesia do Colmeal, mas matriculadas na sede do concelho, situação que resulta numa diminuição da taxa de frequência escolar da E.B. 1 de Colmeal.

As crianças com idade inferior a seis anos, frequentam as valências do Centro Social Rocha Barros (berçário, creche e jardim de infância).

D) Freguesia de Góis

A freguesia de Góis tem em funcionamento três jardins de infância – dois da rede pública e um da rede privada. Para além destes equipamentos, funcionam no Centro Social Rocha Barros, as valências de Berçário e Creche.

Do diagnostico efectuado, verifica-se que há uma forte concentração de crianças no Jardim de Infância do Centro Social Rocha Barros, em detrimento do Jardim de Infância de Ponte do Sótão. A reduzida frequência deste ultimo

equipamento escolar, pode levar ao seu encerramento nos próximos anos lectivos, acarretando inevitavelmente consequências para a escola do 1º Ciclo de Ponte do Sótão.

Esta situação, obriga naturalmente a reflectir sobre a sua continuidade e alternativas, as quais serão apresentadas no item “Propostas”.

Saliente-se que as crianças residentes no lugar de Ponte do Sótão e aldeias limítrofes, se forem matriculadas no Jardim de Infância de Ponte do Sótão, garantem a continuidade deste estabelecimento de ensino e acautelam o funcionamento futuro da EB1 ali existente.

O encerramento de qualquer estabelecimento de ensino, coloca em causa um conjunto de postos de trabalho, altera as dinâmicas locais instaladas, sem esquecer os inúmeros edifícios que ficam devolutos, aos quais estão associados fortes investimentos feito pelo Poder Central e Municipal.

E) Freguesia de Vila Nova do Ceira

Na freguesia de Vila Nova do Ceira existe um Jardim de Infância da rede pública, com uma taxa de ocupação de 72%.

Do diagnóstico efectuado, constata-se que esse equipamento responde às necessidades da freguesia na área da Educação Pré-Escolar.

A componente de Apoio à Família é assegurada pela Câmara Municipal de Góis em articulação com a Santa Casa da Misericórdia de Góis.

De um modo geral pode-se afirmar que as instalações existentes no concelho na área do Pré-Escolar são adequadas e de qualidade aceitável.

1.2. 1º Ciclo do Ensino Básico

Em consequência da desvitalização e envelhecimento demográfico e do programa de recuperação/beneficiação de todas as Escolas do 1º Ciclo do concelho implementado pela Câmara Municipal no mandato de 2002/05, podemos afirmar que existe uma boa cobertura da população em idade escolar para a totalidade das freguesias.

No concelho existem mais de vinte Escolas do Ensino Básico, sendo que apenas estão em funcionamento sete; nos últimos quinze anos encerraram no concelho de Góis mais de uma dezena de Escolas.

As escolas que se encontram a funcionar são: Góis, Bordeiro, Ponte do Sótão, Vila Nova do Ceira, Colmeal, Cortes e Alvares.

Naturalmente que a concentração do maior número de alunos é na E. B. 1 da sede de concelho.

O número reduzido de alunos por professor em algumas escolas (inferior a 10 alunos) aconselha a repensar a existência física da escola.

Tendo em conta uma evolução a dez anos, o número de alunos nas freguesias de Alvares e Colmeal, aconselha a reflectir sobre a continuidade de algumas escolas e respectivas alternativas. A E.B. 1 de Ponte do Sótão, exige uma atenção especial. A sua continuidade depende do cumprimento do estabelecido na legislação em termos de matrícula.

Todas as E. B. 1 do concelho foram objecto de recente intervenção, pelo que podemos afirmar que todas as escolas têm excelentes condições, quer ao nível das instalações, quer ao nível do apetrechamento.

Saliente-se que, no âmbito do Programa PRODEP III – Media 9 e 9.1., todas as E.B. 1 do concelho foram equipadas com material informático e conteúdos Multimédia Educativos (software e hardware).

1.3. 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico

Regista-se uma diminuição dos efectivos de alunos nos dois últimos ciclos do ensino básico, no concelho. Este comportamento tem efeito nos valores das taxas de ocupação das escolas que tem diminuído, indicando valores de subaproveitamento, mantendo-se elevadas as taxas de escolarização.

Quadro 52 – Taxa de Ocupação/E.B. 2.3. de Góis

Capacidade do edifício	300	Alunos
Nº de alunos que frequentam o edifício	192	Alunos
Taxa de Ocupação		64.00%

Fonte: Agrupamento de Escolas de Góis, 2006

Quadro 53 - Taxa de escolarização (Bruta)

5º Ano	100.00%
6º Ano	100.00%
7º Ano	100.00%
8º Ano	100.00%
9º Ano	100.00%

Fonte: Agrupamento de Escolas de Góis, 2006

As instalações da E.B. 2,3 são de boa qualidade encontrando-se em bom estado de conservação.

Quadro 54 - Taxa de Ingresso

5º Ano	100.00%
6º Ano	100.00%
7º Ano	100.00%
8º Ano	100.00%
9º Ano	100.00%

Fonte: Agrupamento de Escolas de Góis, 2006

Quadro 55 - Nº de alunos repetentes
(Ano Lectivo 2004/2005)

5º Ano	0	Alunos
6º Ano	1	Alunos
7º Ano	8	Alunos
8º Ano	5	Alunos
9º Ano	12	Alunos

Fonte: Agrupamento de Escolas de Góis, 2006

Quadro 56 - Taxa de repetência
(Ano Lectivo 2004/2005)

5º Ano	0.00%
6º Ano	2.86%
7º Ano	23.53%
8º Ano	11.63%
9º Ano	50.00%

Fonte: Agrupamento de Escolas de Góis, 2006

Quadro 57 - Nº de alunos que abandonaram o sistema de ensino de 2004/2005 para 2005/2006

5º Ano	0	Alunos
6º Ano	1	Alunos
7º Ano	1	Alunos
8º Ano	0	Alunos
9º Ano	1	Alunos

Fonte: Agrupamento de Escolas de Góis, 2006

Quadro 58 - Nº de alunos matriculados em 2004/2005

5º Ano	48	Alunos
6º Ano	35	Alunos
7º Ano	34	Alunos
8º Ano	43	Alunos
9º Ano	24	Alunos

Fonte: Agrupamento de Escolas de Góis, 2006

Quadro 59 - Taxa de abandono (de reprovados)
(2004/2005)

5º Ano	0.00%
6º Ano	2.86%
7º Ano	2.94%
8º Ano	0.00%
9º Ano	4.17%

Fonte: Agrupamento de Escolas de Góis, 2006

1.4. Ensino Secundário

O Ensino secundário tem a duração de 3 anos (10º, 11º e 12º anos) e organiza-se segundo formas diferenciadas, contemplando a existência de Cursos de Carácter Geral, orientados para o prosseguimento dos estudos, e de Cursos Tecnológicos, orientados para a vida activa e com o objectivo de um ingresso mais célere no mercado de trabalho.

No concelho de Góis, fruto da inexistência de qualquer curso do nível do ensino secundário, os alunos que optem por estudar para além da escolaridade obrigatória, são confrontados com a falta de alternativas locais, pelo que, na sua grande maioria, ingressam nas Escolas Secundárias ou Profissionais de Arganil, Lousã, Coimbra ou Vila Nova de Poiares.

A ausência de ensino secundário no concelho de Góis, condiciona o prosseguimento dos estudos a alguns alunos, particularmente aos mais carenciados e, ao mesmo tempo, conduz inevitavelmente ao êxodo rural, com consequências ao nível populacional.

Neste contexto, o Agrupamento de Escolas em articulação com a Câmara Municipal de Góis e o Centro de Formação e Emprego de Arganil, propõem-se implementar no próximo ano lectivo um curso de nível III (10º, 11º e 12º anos) criando assim condições aos alunos que terminam a escolaridade obrigatória de prosseguirem os seus estudos no seu concelho de residência.

2. ANÁLISE PROSPECTIVA

Na análise prospectiva que se apresenta relativamente ao número de nascimentos no Concelho de Góis, assume-se como pressuposto um decréscimo da população de 2% ao ano e uma taxa de natalidade semelhante à dos últimos anos, na ordem dos 7,5 por mil.

Quadro 60 – Evolução da População
(1999-2015)

ANO	POPULAÇÃO RESIDENTE	NADOS- VIVOS	ÓBITOS	TAXA DE NATALIDADE	TAXA DE MORTALIDADE
1999		34	101	7,3 ‰	21,8‰
2000		37	104	7,5 ‰	21,2‰
2001	4.831	37	102	7,6 ‰	21,0‰
2002	4.707	36	100	7,6 ‰	21,1‰
2004	4.606	23	86	5,0 ‰	18,6‰
2006	4.424	33		7,5 ‰	
2007	4.336	32		7,5 ‰	
2008	4.250	32		7,5 ‰	
2009	4.165	31		7,5 ‰	
2010	4.082	31		7,5 ‰	
2011	4.000	30		7,5 ‰	
2012	3.920	30		7,5 ‰	
2013	3.842	29		7,5 ‰	
2014	3.765	28		7,5 ‰	
2015	3.690	28		7,5 ‰	

Quadro 61 – Análise Prospectiva de Alunos nos diversos graus de Ensino nos próximos 5 anos lectivos

ESCOLAS	Jardins de Infância				1º Ciclo Ensino Básico				2º Ciclo Ensino Básico				3º Ciclo Ensino Básico			
	I (1)	C (2)	T	Total (1+2)	I (1)	C (2)	T	Total (1+2)	I (1)	C (2)	T	Total (1+2)	I (1)	C (2)	T	Total (1+2)
2006 / 2007	36	74	37	110	37	152	35	189	35	37	42	76	42	72	41	114
2007 / 2008	23	73	37	96	37	149	40	186	40	51	25	91	25	89	25	114
2008 / 2009	23	60	36	83	36	129	57	165	57	61	30	118	30	83	31	113
2009 / 2010	33	47	36	80	36	121	44	157	44	84	34	128	34	77	36	111
2010 / 2011	32	57	23	89	23	121	36	144	36	80	48	116	48	90	21	138

I - Ingressam
C - Continuam
T - Transitam

Na análise prospectiva apresentada no quadro 61, considerou-se uma taxa de retenção no 1º CEB de 5 %, no 2º CEB e no 3º CEB de 15 %. Trata-se de uma análise simplista e linear, não tendo em conta factores externos que podem naturalmente influenciar tanto a taxa de crescimento natural, como o saldo migratório. Cruzando apenas as variáveis da população residente com a Taxa de Natalidade e Taxa de Mortalidade, verifica-se naturalmente um decréscimo da população nos próximos anos, situação que tem obviamente consequências ao nível da população escolar.

Considerando que uma análise prospectiva baseada apenas em números sem considerar quaisquer factores externos, pode induzir em erro, foi elaborada uma outra “ projecção ” assumindo-se como pressuposto não apenas a evolução natural da população, mas também a influência da fixação neste Município de famílias jovens que aqui procuram estruturar a sua vida, tendo como consequência o aumento da população em idade escolar, que de alguma forma consegue compensar o saldo natural negativo, apresentado na análise prospectiva do quadro 60.

Assim, nos anos subsequentes a 2006, pressupomos a existência de um saldo migratório positivo equivalente a 1% da população total, do qual 15 % é constituído por população em idade escolar.

Quadro 62 – Evolução da População
(1999-2015)

ANO	POPULAÇÃO RESIDENTE	NADOS- VIVOS	SALDO MIGRATÓRIO	Nº Crianças e Jovens em Idade Escolar
1999		34		
2000		37		
2001	4.831	37		
2002	4.707	36		
2004	4.606	23		
2006	4.424	33	44	7
2007	4.380	32	44	7
2008	4.338	32	43	6
2009	4.296	31	43	6
2010	4.256	31	42	6
2011	4.216	30	42	6
2012	4.178	30	42	6
2013	4.142	29	41	6
2014	4.106	28	41	6
2015	4.072	28	41	6

Quadro 63 – Análise Prospectiva de Alunos nos diversos graus de Ensino nos próximos 5 anos lectivos

ESCOLAS	Jardins de Infância				1º Ciclo Ensino Básico				2º Ciclo Ensino Básico				3º Ciclo Ensino Básico			
ANOS	I (1)	C (2)	T	Total (1+2)	I (1)	C (2)	T	Total (1+2)	I (1)	C (2)	T	Total (1+2)	I (1)	C (2)	T	Total (1+2)
2006 / 2007	40	74	37	114	40	152	35	192	35	37	42	76	42	72	41	114
2007 / 2008	27	77	37	104	40	152	40	192	40	51	25	91	25	89	25	114
2008 / 2009	26	68	36	94	39	135	57	174	57	61	30	118	30	83	31	113
2009 / 2010	36	54	40	90	43	130	44	173	44	84	34	128	34	77	36	111
2010 / 2011	35	63	27	98	30	131	42	161	42	80	48	122	48	90	21	138

I - Ingressam
C - Continuam
T - Transitam

Na análise prospectiva apresentada no quadro 63, considerou-se uma taxa de retenção no 1º CEB de 5 %, no 2º CEB e no 3º CEB de 15 %. Uma vez que foram consideradas outras variáveis que podem naturalmente influenciar a evolução da população residente e população escolar, podemos concluir desta análise prospectiva que nos próximos 5 anos lectivos há um aumento da população, ainda que pouco significativo atendendo a que foi apenas considerada uma taxa de crescimento de 1% ao nível do saldo migratório.

2.1. Síntese da Análise Prospectiva

Em qualquer análise prospectiva podem ser consideradas diferentes variáveis que podem naturalmente influenciar a evolução da população residente e escolar em qualquer município.

No caso concreto do concelho de Góis, preteriu-se o uso dos métodos estatísticos de previsão baseados no histórico, optando-se por basear a previsão em métodos mais simples e mais adequados à situação particular do concelho.

Numa primeira análise, a projecção foi elaborada supondo que as tendências continuam - “O comportamento passado é utilizado para projectar o futuro”.

Contudo e como já foi referido, uma análise assente apenas no passado, é redutora e não traduz seguramente o futuro. Daí que, e partindo do pressuposto que factores internos e externos podem influenciar a evolução da população, tais como: maior oferta de emprego, aumento do turismo no concelho, a melhoria das acessibilidades, a fixação das populações para além de estratégias de desenvolvimento local que tornem este território mais atractivo, intenções políticas bem como alterações socio-económicas e demográficas significativas na região, foi também elaborada uma análise prospectiva partindo do pressuposto que nos próximos 9 anos o saldo migratório é positivo(+1%).

Conclui-se assim que nos próximos 5 anos a população escolar pode vir a aumentar, sem que haja necessidade de novos investimentos físicos, isto é, os equipamentos escolares existentes respondem às necessidades do presente e do futuro. Importa manter e garantir a qualidade da oferta educativa, quer em termos das instalações e mobiliário assim como de todos os “serviços” que a autarquia tem disponibilizado à população escolar.

V PARTE
PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO PARA A REDE
EDUCATIVA DO CONCELHO DE GÓIS

PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO PARA A REDE EDUCATIVA DO CONCELHO

1. Enquadramento

O desafio fundamental da Educação é a formação do(a) aluno(o) enquanto pessoa, a quem a escola deve proporcionar igualdade de oportunidades, integrando no processo de ensino-aprendizagem o saber, o saber-ser, o saber-fazer e o aprender a viver juntos, de modo a preparar o/a discente para a vida como cidadão.

A escola é, em sentido lato, um processo em construção resultante da vontade e da responsabilidade dos “actores” do processo educativo, mas também das oportunidades de participação e decisão que lhes forem dadas. Na verdade, a escola (com a sua dinâmica) possui características que influenciam e constroem o comportamento dos seus membros. Conforme o tipo de autoridade e líder e o modo como são chamadas a intervir, assim actuam os indivíduos.

Deste modo, não basta conceber um Projecto Educativo, nem apresentar propostas de intervenção, se não se promoverem dinâmicas construtivas e participações activas, que responsabilizam todos os Agentes e Parceiros do Processo Educativo.

Para alcançar este nível de (des)envolvimento é fundamental continuar a investir na educação/formação, numa lógica de proximidade. Sem esquecer as especificidades e singularidades do concelho de Góis, enquanto espaço geográfico com características marcadamente rurais.

2. Objectivos

- Proporcionar a toda a população do concelho o acesso à educação;
- Diminuir o insucesso e abandono escolar;
- Proporcionar às crianças com idade inferior a 3 anos, uma resposta social compatível com as necessidades laborais do agregado familiar;
- Facultar a todas as crianças do concelho, o acesso à Educação Pré-Escolar o mais próximo do seu local de residência;
- Garantir a todas as crianças do concelho a frequência do 1º Ciclo do Ensino Básico em Escolas o mais próximo do seu local de residência;
- Proporcionar a todas as crianças com necessidades educativas especiais e/ou portadoras de deficiência o acesso à educação em moldes adequados à sua situação;
- Diversificar a oferta educativa, nomeadamente ao nível do ensino Profissionalizante;
- Garantir o ensino recorrente à população adulta que não completou a escolaridade obrigatória;
- Criar condições para a implementação de um Centro de Reconhecimento e Validação de Competências;
- Contribuir para a fixação da população no concelho

3 . MEDIDAS DE INTERVENÇÃO: PROPOSTAS

- As crianças devem ser matriculadas nos Estabelecimentos de Ensino da respectiva área de residência (em conformidade com a legislação em vigor).
- Redimensionar a oferta educativa nas freguesias de Alvares, do Cadafaz e do Colmeal:

Freguesia de Alvares

Equacionar a possibilidades de concentrar todo o 1º Ciclo na EB1 de Alvares (sede de freguesia) partindo do pressuposto de que a legislação aponta para o encerramento de todas as Escolas com menos de 10 alunos.

Manter as valências de berçário (menos de 1 ano) e de creche (entre 1 e os 3 anos) nas instalações do Centro Paroquial de Solidariedade Social da Freguesia de Alvares – Lar de Cortes.

Instalar a valência de Jardim de Infância no edifício da E.B. 1 de Cortes.

Freguesia do Cadafaz e Colmeal

Relativamente ao 1º ciclo, concentrar todas as crianças das duas freguesias na E.B. 1 do Colmeal.

Relativamente ao Pré-Escolar equacionar a possibilidade de instalar um Jardim de Infância na EB1 de Cabreira, actualmente devoluta (desde que o número de crianças justifique)

- Manutenção do Parque Escolar que serve o Pré-escolar e o 1º CEB.
- Implementar o Ensino profissional e/ou Curso de Aprendizagem, com equivalência ao 12º ano.
- Criar condições à implementação de Gabinete de Acompanhamento e Orientação Psicológica.
- Reajustar o ensino pré-escolar (público/ privado) de forma a manter todos os jardins de infância a funcionar.
- Em todos os processos de intervenção e ajustamento da rede de oferta educativa, as Juntas de Freguesia devem desempenhar um papel fulcral, por ser o democraticamente representativo da população.
- Reinstalar o Ensino Recorrente no concelho de Góis.
- Manter a rede de ATL's concelhia e a Componente de Apoio à Família, melhorando os recursos físicos e materiais existentes.
- Criar condições à Formação Inicial e Contínua de Animadores de ATL, garantindo o bem-estar às crianças e a prestação de serviços com qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Carta Educativa do Município de Góis, foi elaborada de acordo com o estipulado no Decreto-Lei nº 7/2003 de 15 de Janeiro e em conformidade com o modelo-tipo, concebido entre o Ministério da Educação e a Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Uma vez caracterizado o concelho, dentro de um enquadramento territorial específico, e efectuado o diagnóstico estratégico ao nível educativo, lançaram-se algumas propostas, com o propósito de melhorar a rede de ofertas educativas e a sua fixação o mais próximo possível das populações, de modo a travar a desertificação, bem como elevar os níveis de escolaridade.

Melhorar a qualidade dos serviços prestados ao nível da educação e formação, é o que se pretende com a Carta Educativa, enquanto documento aberto, dinâmico e potenciador de intervenções municipais estratégicas.

Ressalta de tudo isto que a fase de monitorização/ avaliação não pode ser em nenhum momento descurada porquanto permite uma permanente e continuada aferição da clarividência e eficácia das propostas formuladas, por forma a que seja possível a detecção precoce de eventuais desajustamentos e que atempadamente se configurem as soluções mais adequadas.

A monitorização é, assim, a continuidade natural da Carta Educativa, a sustentação ao longo dos anos, subsequentes, dos conteúdos da mesma. É um dos seus aspectos essenciais.

Quadro 64 - CALENDARIZAÇÃO

EXECUÇÃO DAS PROPOSTAS

PROPOSTAS	Períodos (em meses)																							
	2006/2007												2007/2008											
	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL		
Matrículas na área de residência																								
Redimensionar a oferta educativa																								
- Freguesia de Alvares																								
- Freguesia do Cadafaz																								
- Freguesia de Colmeal																								
Manutenção de parque escolar																								
Implementar o Ensino Profissional																								
Implementar Gabinete de Acompanhamento e Orientação Psicológica																								
Reajustar o ensino pré-escolar (público/ privado)																								
Articular ajustamentos da rede de oferta educativa com as Juntas de Freguesia																								
Reinstalar o Ensino Recorrente																								
Manter a Rede de ATL's																								
Manter a componente de Apoio à Família																								
Formação Inicial e Continua de Animadores de ATL																								

Obs. As Propostas que não estão calendarizadas - Redimensionar a oferta educativa e Articular ajustamentos da rede de oferta educativa com as Juntas de Freguesia, dependem naturalmente da aplicação da Legislação em vigor no que concerne à suspensão/encerramento das escolas com menos de 10 alunos.

Bibliografia

- § Decreto-Lei n.º 7/2003 de 15 de Janeiro
- § Modelo de carta Educativa/ Associação Nacional de Municípios Portugueses
- § Conselho Local de Acção Social de Góis (2000). “Diagnóstico de Recursos e Necessidades”
- § “Censos 2001”/ Instituto Nacional de Estatística
- § Lei de Bases do Sistema Educativo
- § Bessa, Prof. Daniel. “Tipificação das Situações de Exclusão Social em Portugal”
- § Pacheco, Adriano. “Febre do Rabadão”
- § Ministério da Segurança Social. “Educação Pré-escolar: Perguntas e Respostas”
- § Ministério da Educação, Ministério da Segurança Social e do Trabalho (2004). “Eu Não Desisto: Plano Nacional de Prevenção do Abandono Escolar”.
- § Alves, Ruben. “Conversas Com Quem Gosta de Ensinar”. Porto: Edições Asa
- § Conselho Nacional de Educação (1996). “Educação e Meios Grupais – Problemas e Caminhos do Desenvolvimento”.
- § Barroso, João (1996). Autonomia e Gestão das Escolas. Ministério da Educação
- § Silva, Isabel Melo e, Leitão, José Alberto et al (2002). “Educação e Formação de Adultos: Factor de Desenvolvimento Inovação e Competitividade”. Anefa: Ad Litteram
- § Decreto-Lei nº 319/91 de 23 de Agosto – Ministério da Educação
- § Carta Educativa do Concelho de Pampilhosa da Serra
- § Projecto Educativo / Agrupamento de Escolas do Concelho de Góis
(2003/2006)
- § Plano de Desenvolvimento Local/Leader + ADIBER
- § Estudo da Sustentabilidade do Recurso Florestal de Góis/ Associação Florestal do concelho de Góis

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO	2
Princípios Gerais da Educação.....	4
I PARTE	
1. Enquadramento Territorial e Caracterização do Concelho.....	5
1.1. Orografia.....	11
2. Caracterização Sócio-Económica do Concelho.....	12
2.1. Análise Demográfica.....	12
2.2. Actividades Económicas e Emprego.....	26
A) Identificação do Tecido Empresarial.....	29
B) Recurso Florestal: Caracterização e Quantificação.....	31
2.3. Rede Viária e Acessibilidades.....	35
A) Vias Principais.....	36
B) Vias Secundárias.....	36
2.4. Análise SWOT do Território.....	38
II PARTE	
1. Enquadramento e caracterização da Educação no Concelho.....	52
1.1. Caracterização e Evolução do Sistema Educativo.....	53
1.2. Enquadramento Geral da Educação e Ensino.....	53
1.3. A Procura da Educação, do Ensino e da Formação.....	54
1.3.1. A Educação Pré-Escolar.....	55
1.3.2. Ensino Básico.....	65
1.3.3. Alunos com Necessidades Educativas Especiais.....	78
1.3.4. Abandono e Sucesso Escolar.....	80
1.3.5. Pessoal Docente.....	84
1.3.6. Pessoal Não Docente.....	85
1.3.7. Acção Social Escolar.....	86
1.3.8. Ensino Recorrente.....	88
A) Ensino Recorrente/Características do Público.....	89
B) Finalidades do Ensino Recorrente.....	90
2. Recursos no âmbito da Educação.....	91
2.1. Residência de Estudantes.....	91
2.2. Associação de Pais e Encarregados de Educação do Concelho de Góis.....	94
2.3. Equipamentos de Ocupação de Tempos Livres.....	96
A) Componente de Apoio à Família.....	96
B) Animação Sócio-Educativa.....	97
C) Grupos, Tempos e Espaços de Animação Sócio-Educativa.....	98

D) Caracterização da Oferta Actual dos Equipamentos.....	101
2.4. Rede de Transportes Escolares.....	103
III PARTE	
Equipamentos Colectivos.....	107
IV PARTE	
1. Síntese do Diagnóstico.....	115
1.1. Educação Pré-Escolar.....	115
A) Freguesia de Alvares.....	115
B) Freguesia de Cadafaz.....	116
C) Freguesia do Colmeal.....	116
D) Freguesia de Góis.....	116
E) Freguesia de Vila Nova do Ceira.....	117
1.2. 1º Ciclo do Ensino Básico.....	118
1.3. 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico.....	119
1.4. Ensino Secundário.....	122
2. Análise Prospectiva.....	123
2.1. Síntese da Análise Prospectiva.....	127
V PARTE	
Propostas de Intervenção para a Rede Educativa do Concelho de Góis.....	129
1. Enquadramento.....	129
2. Objectivos.....	130
3. Medidas de Intervenção: Propostas.....	131
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	133
CALENDARIZAÇÃO	134
BIBLIOGRAFIA.....	135